



OS EMIGRANTES PARTICIPAM NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

O «Avante!» acaba de se deslocar a diferentes centros da emigração portuguesa em França, na Bélgica, na Alemanha, onde contactou com trabalhadores portugueses. Não o fez acidentalmente. Esse contacto, ditaram-no, por um lado, os milhares de homens e mulheres que, nesta quadra do Natal, diariamente estão a chegar ao País, alguns deles a primeira vez depois do 25 de Abril, trazendo para mais perto de nós os seus problemas, os seus anseios; por outro lado, o importante momento político que se vive: estamos em pleno recenseamento, aproximam-se as eleições, as pri-

meiras democráticas e livres depois de um jugo fascista de meio século.

Nas conversas travadas com dezenas de trabalhadores, quer em Paris com os trabalhadores da Renault-Billancourt, com os trabalhadores de S. Dennis, os jovens desertores ou com trabalhadores de Tours; quer, em Bruxelas, com trabalhadores portugueses na Associação dos Portugueses Emigrados na Bélgica; quer, na Alemanha, com os trabalhadores na Associação Portuguesa em Hamburgo — uma conclusão se impôs entre todas: a importância da unidade dos trabalhadores dentro e fora do País, como único

caminho que conduzirá finalmente, o povo português a um regime verdadeiramente democrático e a construção de um país próspero, onde um dia possam ter lugar também esses quase dois milhões de portugueses que o fascismo escondeu da própria Pátria. Através das conversas com os trabalhadores vieram a lume os problemas que a emigração portuguesa mais vivamente sente neste momento, quer se encontre em França, na Bélgica ou na Alemanha. Na impossibilidade de trazermos hoje as nossas páginas toda a riqueza dos contactos estabelecidos nessa curta viagem, vamos apresen-

tar alguns dos problemas da emigração tal como os veem os próprios emigrantes com

CONT. NA PÁG. 12



José Dias Coelho

HÁ TREZE ANOS A PIDE MATOU

(NA PÁG. 4)

ÁLVARO CUNHAL EM ALPIARÇA E ST. IRIA DE AZÓIA

A LUTA CONTRA OS MONOPÓLIOS E OS PROBLEMAS DA AGRICULTURA

Quando os trabalhadores produzem com as suas próprias mãos e por sua vontade uma obra de interesse colectivo, há sempre um misto de orgulho e de alegria íntima pelo trabalho realizado. E quando essa obra se destina ao seu Partido de classe, ela ganha então uma outra dimensão e um significado político tão importante quanto a valia do seu préstimo na actividade dos seus constituintes.

Neste caso a obra foi o Centro de Trabalho do PCP em Santa Iria de Azóia e os que a construíram os comunistas e uma grande parte da população da localidade.

No domingo transacto, Santa Iria de Azóia ganhou um ar de festa e o tal orgulho e alegria estavam pintados nos rostos dos que se juntavam no largo principal da terra. Bandeiras vermelhas ondeavam sobre as cabeças.

As três da tarde chegou a charanga de Sacavém acompanhada por numerosa delegação de trabalhadores sacavenenses. Operários da Covina, da Ormis, da Corame, da Sada Póvoa, das várias empresas da região, confraternizavam com os camaradas locais. Revoadas de centenas de pombos largaram das gaiolas e ao som do «Avante Camarada!» a multidão pôs-se

em marcha subindo a pequena escada que conduz ao novo Centro de Trabalho. O director do «Avante!», antigo operário numa fábrica ali perto, abriu a porta e a sala de convívio e reuniões encheu-se rapidamente. Algumas palavras alusivas e de novo as canções encheram o ar, finalizadas desta vez com os acordes da «Internacional».

A noite, no salão de festas da Sociedade local, teve lugar o comício. No largo fronteiro, muito mais gente, avallada em alguns milhares, que não coube no edifício, aglomerou-se para ouvir os oradores.

Abriu a sessão o camarada Sousa Carvalho, operário metalúrgico, que referiu o significado daquela sessão e chamou para a mesa o velho e dedicado camarada João Madruga de 73 anos um dos mais diligentes obreiros do novo edifício.

Sucederam-se António Santos da célula da Corame que trouxe as saudações dos trabalhadores e comunistas da sua empresa e abordou alguns dos problemas que mais preocupam a classe operária.

A camarada Maria Helena Rodrigues, do secretariado da célula da Covina, que fez um apelo à frequência do novo Centro de Trabalho. Disse a certa altura, atacando os que procuram dividir os trabalhadores: «Alguns tentam com demagogias de pluri-sindicalismo a divisão quando querem mais que uma central sindical; alguns tentam pôr os trabalhadores menos esclarecidos a lutar contra os seus sindicatos.»

A camarada Vitória Martins, da Ormis, que num vibrante discurso disse, entre outras coisas: «Na nossa fábrica, na Ormis, já conseguimos algumas melhorias. Conseguimos melhores salários, um mês de férias e o respectivo subsídio, outros subsídios para que as mães operárias possam deixar os filhos nas creches.» Alertou para o perigo de «abrandarmos a nossa luta, que nos poderia fazer voltar aos dias negros da opressão e do terror, aos dias do fascismo.»

Francisco Marques da Comissão de Freguesia do PCP,

disse a certa altura: «O povo de Santa Iria sabe hoje distinguir o nosso Partido daqueles grupos que só agora aparecem dizendo-se defensores da classe operária. Esses grupos são empurrados por aqueles que nunca estiveram nem estão interessados no Processo Democrático do País».

Também o director do

«Avante!» abordou alguns problemas da situação política actual, seguindo-se a camarada Laura Vieira do secretariado da célula do MEC, que disse a certa altura: «É indispensável a participação de todos na luta onde quer que nos encontremos; no lar, nas fábricas, nos campos, nos esportivos, etc.»

CONT. NA PÁG. 4



Os camaradas Hermann Axen e Alvaro Cunhal

DELEGAÇÃO DA RDA VISITA PORTUGAL

A convite do Partido Comunista Português chegou no dia 18 ao nosso País uma delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, vinda da RDA, chefiada por Hermann Axen,

membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara Popular.

Da delegação fazem também parte Joachim Hermann, membro suplente da Comissão Política e director do «Neues Deutschland» — órgão central do Partido —; Egon Wikelmann, do departamento internacional do Comité Central; Manfred Uchner, do Comité Central; Ernst-Otto Schawabe, director da revista «Horizont», e Walter Brunner, colaborador do Comité Central.

A chegada ao Aeroporto da Portela os camaradas do PSUA foram recebidos por uma delega-

CONT. NA PÁG. 4

COMÍCIO DA UEC

Trazer para fora das escolas os graves problemas que afectam o ensino e que dizem respeito não só aos estudantes mas a todo o povo foi o principal objectivo do comício da UEC, realizado no passado dia 12, no Pavilhão dos Desportos, que contou com a participação do secretário-geral do nosso Partido, camarada Alvaro Cunhal.

Milhares de pessoas, estudantes e trabalhadores, expressaram entusiasticamente, ao longo da noite, o seu apoio e confiança na UEC, vanguarda revolucionária da juventude estudantil.

Numerosos cartazes, de pano, por toda a sala, assinalavam a saudação dos operários e delegações estudantis presentes.

Na mesa, presidida por Pena dos Reis, da C. Executiva da Comissão Central da UEC e responsável por Coimbra, estiveram presentes os camaradas Zita Seabra e Joaquim Oliveira, por Lisboa; Maria da Graça Marques Pinto, por Setúbal; e Jorge Resende, pelo Porto, todos membros da C. Executiva da C. Central da UEC, Alvaro Cunhal, Alda Nogueira em representação da DORL, Carlos Brito pela

Comissão Política do PCP. Ivo Trana da FMJD, o jovem trabalhador comunista César Roçadas, António Manuel Sousa da célula da Philips, Manuel Gusmão da célula dos professores comunistas e mais tarde também o camarada Jaime Serra, do C. Central do PCP.

Não sustentamos parasitas

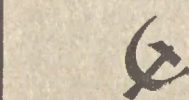
Ao abrir o comício, Pena dos Reis leu as saudações enviadas pela célula dos trabalhadores comunistas da Siderurgia Nacional, UEC de Leiria, Mirandela, Marinha Grande, Caldas da Rainha, base de Entrecampos-Lisboa e Juventude Universitária Católica, que na impossibilidade de estarem presentes não quiseram deixar de saudar todos os camaradas participantes no comício e apoiar as decisões tomadas a bem dos estudantes.

Usando da palavra em primeiro lugar, Zita Seabra começou por saudar os estudantes, a classe operária, os trabalhadores e a juventude, que perante a gravidade dos problemas do ensino acorreram ao Pavilhão dos Desportos a este comício. Ao analisar a grave situação em

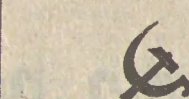
Avante!

PAGINA 2

A luta contra os monopólios imperativo duma ordem democrática



Unidade e Socialismo



Vitória de uma política justa



RECENSEAR ORGANIZAR VENCER

(NA PÁG. 9)

CONT. NA PÁG. 5

A luta contra os monopólios imperativo duma ordem democrática

A CONTECIMENTOS da última semana vieram dar força aqueles dentre nós que preconizavam uma concretização imediata da estratégia antimonopolista definida em linhas gerais no Programa do MFA.

De facto, a descoberta de actividades sabotadoras e a prisão de alguns financeiros e grandes capitalistas portugueses, acusados de actos fraudulentos contra a economia do País na gestão de empresas sob o seu controlo, vieram confirmar que o nosso processo de democratização jamais poderá ir avante enquanto se mantiverem alojados em pontos-chaves da vida nacional inimigos jurados da democracia portuguesa.

O Partido Comunista sempre considerou indissociável da tarefa de edificar um estado autenticamente democrático a luta pela supressão do poder dos monopólios. A **liquidação do poder dos monopólios e o desenvolvimento geral constituem um objectivo central da revolução democrática e nacional** — diz-se no Programa do Partido aprovado no VI Congresso em 1965 e confirmado no recente VII Congresso (extraordinário). Caracterizando a atitude actual dos monopólios afirma-se com clareza no preâmbulo da plataforma de emergência nele aprovada:

Os grandes grupos monopolistas e os latifundiários, que comandam dezenas de anos a vida nacional através do governo fascista... têm confirmado desde o 25 de Abril serem o principal entrave ao progresso do País, ao desenvolvimento económico independente, à melhoria do nível de vida do povo, à construção de um regime de liberdade.

Aqueles que sob o fascismo e a coberto de todas as facilidades e protecções puderam acumular fortunas enormes à custa das maiores traficâncias e da exploração infame dos povos de Portugal e das colónias portuguesas devem ser impedidos de prejudicar e comprometer a democratização política e económica do País. Especuladores e sabotadores que não acatem a nova ordem de coisas saída do 25 de Abril não podem ter cabimento no Portugal democrático que estamos a construir.

Para os detentores do capital, mesmo de certo vulto, que compreendam a natureza das transformações havidas no País e se conformem com a vontade do nosso povo, há ainda um lugar — e não destituído de importância — no arranjo do futuro imediato. Mas, significativamente, a experiência dos outros povos e a realidade

social do nosso país mostram que lá onde os monopólios se inserem na armadura económica de uma nação aspiram imediatamente ao poder político, ao domínio das instituições e, de posse do aparelho de Estado, impõem toda uma ordenação de vida segundo os seus interesses de classe.

Acontece que o desenvolvimento monstruoso do capitalismo monopolista permitiu na actualidade a criação de mecanismos supranacionais tão fluidos e subtils que possibilitam aos grandes monopólios manobrar no plano internacional contra a independência dos povos e contra o seu desejo de edificarem os seus próprios destinos. Da sabotagem económica e financeira à conspiração e à subversão abertas vai um passo de que o Chile é um exemplo concludente. Em Portugal, os monopólios, utilizando o seu aparelho de estado fascista, instalaram-se profundamente nas nervuras económicas da nação e é a partir dessas posições que vários deles procuram agora paralisar os avanços revolucionários do nosso povo.

A fuga de capitais é precisamente um dos meios por excelência dessa actividade sabotadora dos inimigos da democracia e da independência de Portugal.

O sistema bancário português está profundamente enlaçado com o capital financeiro internacional em mecanismos complexos, através dos quais se regularam no passado e se tenta regular no presente aspectos vitais da economia do País.

Sob o controlo ou em associação com os grandes bancos dos Estados Unidos, da Alemanha, da França, da Bélgica, da Itália, dos países nórdicos, da Holanda e da própria Espanha, sem falar do Brasil, os bancos comerciais portugueses participam em sociedades supranacionais de crédito, de investimento, de «factoring», de turismo (por onde fluem milhões em divisas) e outras, e têm a possibilidade de fazer sair de Portugal vultosos capitais, imprescindíveis ao arranque da nossa economia. A saída do País de mais de 20 milhões de contos desde o 25 de Abril, fugindo ao controlo do Estado e à vigilância dos empregados bancários, só foi possível através dessa rede densa e complexa dos grandes grupos financeiros internacionais.

O caso da sabotagem e das actividades fraudulentas de que são acusados os financeiros agora metidos na prisão mostra que as estruturas da banca comercial e as suas actividades não podem processar-se sem uma intervenção estatal mais directa e operante. A nação,

nalização da banca comercial, depois da dos bancos emissores, preconizada por Alvaro Cunhal no seu discurso em Santa Iria, começa a colocar-se como uma exigência imprescindível do processo de democratização nacional.

Se nos virarmos para o sector agrário e nos detivermos no comportamento dos grandes senhores do latifúndio — os monopolistas da terra —, vemos também aí tomar corpo, de forma cada vez mais deliberada, uma atitude criminosa e sabotadora contra os assalariados rurais e o pequeno e médio camponês, e contra o normal abastecimento do País em produtos agrícolas e pecuários.

O povo português e em especial os órgãos actuais do Poder — o Governo Provisório e o Conselho de Estado e, ainda, no seu plano, específico, o MFA — não podem ficar indiferentes a tais atitudes antipopulares e antinacionais. Medidas coercitivas tão amplas quanto o determina o comportamento criminoso e hostil dos grandes latifundiários devem ser promulgadas tempestivamente se queremos defender a vida e o bem-estar dos portugueses e fazer triunfar a sua vontade.

O problema da Reforma Agrária começa assim a aparecer cada vez mais como forma de resolução dos graves problemas do campo. Se o nosso povo o quiser nada o fará recuar nos seus propósitos de edificar um Portugal democrático, livre e independente.

Os monopólios todos-poderosos já não dispõem hoje, como no passado, do poder suficiente para esmagar a luta de um povo que quer ser livre e para o obrigar a ajoelhar-se pela fome diante dos seus interesses de rapina. Existe hoje uma outra realidade que se impõe também às manobras escravizadoras e expansionistas do imperialismo e do grande capital, e que constitui um poderoso sustentáculo da luta dos povos pela sua independência.

Essa realidade chama-se «Campo Socialista».

Gracias à ajuda do campo socialista, em especial da União Soviética, os povos de Cuba e do Vietname, por exemplo, puderam ver triunfar os seus anseios mais ardentes de liberdade e independência.

Não faltam ao nosso povo exemplos encorajantes desde que vá buscar ao fundo de si próprio as energias e a vontade para enfrentar as manobras da reacção na política e na economia.

Os passos do Governo Provisório e as acções do MFA no sentido antimonopolista não poderão deixar de encontrar o caloroso apoio do povo português.



A O longo dos cinquenta e três anos de vida, o Partido Comunista Português tornou-se o sólido bastião ideológico e orgânico da classe operária. A firmeza dos seus princípios, a coerência da sua acção permitiram-lhe resistir vitoriosamente à repressão fascista, fazem dele hoje uma pedra-base da edificação de um Portugal livre e democrático.

Os comunistas portugueses jamais transigiram face aos inimigos da classe operária, face a todas as manifestações políticas que conduzissem ao desarmamento ideológico e organizativo dos trabalhadores portugueses, que conduzissem ao hipotecar da luta do nosso povo por um futuro livre e feliz.

O artigo 3.º dos estatutos do Partido Comunista Português, aprovados no VII Congresso, afirma que o PCP «tem como objectivos supremos a construção em Portugal do socialismo e do comunismo, que acabará para sempre com a exploração do homem pelo homem e proporcionarão ao povo português a paz, a abundância, a liberdade, a cultura, a igualdade e a felicidade». O artigo 2.º dos mesmos estatutos declara que o PCP «baseia a sua actividade na doutrina do marxismo-leninismo». Estas afirmações são repetidas no programa do Partido aprovado no mesmo Congresso.

Muito se fala hoje de socialismo. Em vários matizes, em vários tons, com várias molduras. A ninguém surpreenderá que os comunistas não concordem com a grande maioria dos edifícios teóricos que se pretendem apresentar como socialistas, que não concordem com propostas que são apresentadas ao povo como formas de atingir uma sociedade socialista. Contudo, no seu programa, na sua acção, na sua luta, os comunistas não fazem de tais discordâncias cavalos de batalha, ignoram vozeares irresponsáveis e até outros que não serão tão irresponsáveis como isso.

E a explicação para tal facto é simples.

Ao encabeçarem a luta da classe operária e de todas as camadas progressistas do povo português pelo socialismo, os comunistas sabem que o socialismo é uma aspiração dos explorados e o fim dos exploradores. Sabem que a edificação do socialismo será feita pelos trabalhadores contra os interesses de quem hoje os explora. Sabem que os principais inimigos do socialismo são os exploradores. Sabem ainda que é na luta pelo socialismo que os trabalhadores verificarão qual a forma de o atingirem e construir.

Seria negar a realidade afirmar que não existem diferentes critérios acerca da construção do socialismo. Mas é necessário estar atento ao facto de que tais diferenças decorrem de duas raízes: umas são sérias e honestas discordâncias, frutos de análises divergentes, mas outras são manobras de diversão que ao tal devem ser encaradas. Com as primeiras o debate é possível, com as segundas o combate é inevitável.

Estas manobras de diversão constituem, porém, exércitos de segunda linha da reacção e do capital. A sua existência depende da existência das reais bases de força do capital: os meios de produção — as fábricas, a terra, o capital financeiro — e a influência ou o controlo no aparelho de Estado. Estas sim, as reais armas que é preciso derrotar. Participar no vozear teorizante é distrair do inimigo principal. Quando se luta com alguém armado não interessa muito discutir o que esse alguém diz ou manda alguém dizer por ele; é sim preciso estar atento à arma. Destruída esta, o palavrão tende a desaparecer...

Isso se passa hoje em Portugal. O caminho para o socialismo defronta hoje um principal inimigo — e esse inimigo ainda tem força. A reacção, o grande capital monopolista ainda aí estão, ainda têm força. A esse inimigo, a esse real inimigo estão atentos os comunistas, contra ele alertam as massas, contra ele conduzem a luta das massas.

E é da existência desse inimigo que decorre a necessidade de unidade intransigentemente defendida e praticada pelo PCP. É do reconhecimento da pluralidade social e ideológica de quantos se opõem à reacção, ao poder dos monopólios, a tudo o que constitui o fascismo que oprimiu e explorou o povo português que decorre a necessidade apontada pelos comunistas de uma larga unidade das forças democráticas.

E, no fundo, que é necessário para esta unidade? Apenas o reconhecimento desta verdade que todo o povo português constata: que o inimigo principal da liberdade e do progresso, de um Portugal livre, de um caminho para o socialismo, reside à direita, reside na reacção e nas forças ainda existentes que apoiaram o fascismo.

Do reconhecimento deste facto decorre uma prática elementar: a de valorizar o que nos une, a de ter em conta que é necessário avançar decididamente na luta comum contra um inimigo que a todos nos põe em causa.

Não o fazer, perturbar esta luta unida em nome de divergências a longo prazo, de divergências relativamente a etapas, às quais, por enquanto, é pura e simplesmente preciso chegar, revela esta coisa simples: que, para os que o fazem, é mais importante um programa próprio, uma ideia própria, do que lutar vitoriosamente contra o inimigo comum. Em Portugal, hoje, há forças antifascistas e os comunistas são sem dúvida a mais consequente: afastar-se deles não é certamente a melhor maneira de defender a democracia. Cavar divisões nas forças antifascistas significa prejudicar a sua acção.

Ora, é exactamente por isto que, no momento presente, os comunistas não entram em polémicas sobre futuros acerca dos quais

têm certezas e projectos, mas que entendem ser, antes de mais nada, preciso assegurar, correspondendo às necessidades concretas de consolidação e desenvolvimento do processo democrático. Do esforço para esse assegurar muita clarificação resultará e muito debate se poupará.

Assim sendo, como se justifica que organizações políticas responsáveis se percam em arrazoados teóricos e explicações programáticas sobre o socialismo que dizem defender e se caracterizam fundamentalmente por diferirem do que laboriosa e pouco exactamente, explicam ser o proposto pelo PCP? Como se explica que, para erguerem os edifícios programáticos dos seus partidos, alinhem com o mais vesgo e reacçãoário anticomunismo?

Será que tais edifícios são edificados com pedras cuja única característica é serem talhadas da forma diferente das que os comunistas ergueram já? Ou será que se pretende receber a nada honrosa herança de las calúnias, de todas as mistificações que o fascismo lançou, para sobreviver, sobre os comunistas? E a questão é que, mesmo que essa intenção não seja clara, a herança viril. Ao que nós dremos: pobres dos democratas que não limpem os seus edifícios teóricos dos resíduos de propagandas reacçãoárias.

Há que sermos claros. Há que afirmarmos se queremos ou não construir um Portugal livre. Há que afirmarmos se entendemos ou não que, para tanto, é necessário bater definitivamente a reacção e o poder dos monopólios. Há que afirmarmos se aceitamos que, para o conseguir, é indispensável a unidade de todas as forças democráticas.

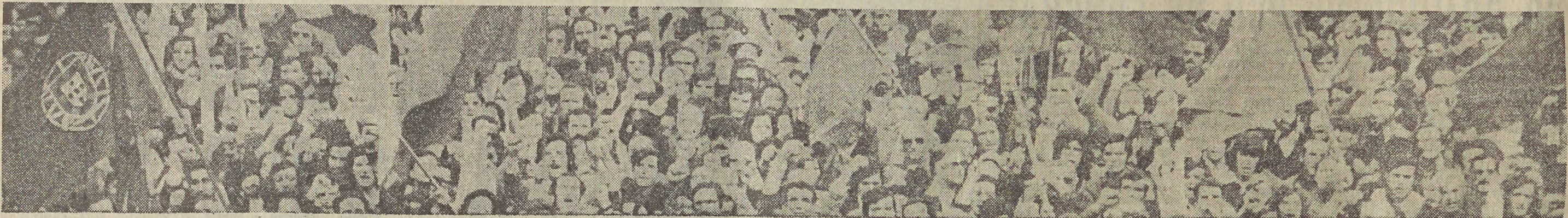
Se se afirmar isto, como os comunistas fazem, então não é possível defender programas políticos cujo eixo é o anticomunismo. Então não é possível atacar estruturas políticas como o MDP, que servem a luta antifascista e que muito mais servirão se forem apoiadas e fortalecidas. Então não é possível afirmar que se defende a unidade sindical, mas não se quer vê-la consagrada na lei.

E, se os problemas que se colocam à jovem democracia portuguesa criam grandes responsabilidades às forças democráticas, há que não esquecer um facto: a unidade existe.

É uma vitória histórica do nosso povo, é a ferramenta essencial da construção de um Portugal para os portugueses.

Finalmente, intransigentemente, os comunistas portugueses defendem a unidade, estendem fraternamente a mão a quantos querem edificar um país livre e próspero. Firmemente, intransigentemente, os comunistas defendem e cumprem os princípios que proclamam. O PCP afirma no seu programa: «A política de unidade do Partido Comunista Português com outras forças progressistas é para hoje e para o futuro.»

Unidade e Socialismo



Vitória de uma política justa

O malogro da tentativa de greve nas escolas foi uma vitória do movimento estudantil. Os universitários de Lisboa prestaram esta semana um grande serviço aos trabalhadores portugueses, ao povo, ao avanço do processo democrático. Reagindo com serenidade e firmeza, derrotaram uma manobra reacçãoária, responderam com um comportamento revolucionário a uma provocação cujo carácter contra-revolucionário era patente desde o início.

A agitação gratuita na Universidade, a agitação como fim, tem um significado provisório. E os estudantes perceberam essa evidência. Um grupelho que, por palavras e actos, vem agindo como instrumento e ponta-de-lança das forças que tentam impedir o aprofundamento das conquistas democráticas do povo português pretendia paralisar a Universidade e os liceus. Esses aventureiros mobilizaram-se para tal fim. Convocaram um plenário sem qualquer representatividade para dar uma falsa cobertura democrática a um plano previamente concebido. Julgavam que podiam parar uma Universidade de mais de 40 000 alunos com uma arrogante decisão tomada numa sala onde havia menos de 500. Julgavam que uma gritaria histérica teria força bastante para impor a palavra de ordem da «greve geral nacional». Escolheram bem o momento. As aulas estavam no fim. Faltavam apenas cinco dias úteis para as férias. Mas a esperada vitória fácil converteu-se numa derrota que os desmascarou.

Os estudantes de Lisboa disseram NÃO à greve contra-revolucionária. Compreenderam logo que a tentativa de paralisação das escolas era dirigida contra o Governo Provisório, contra o MFA, contra as forças democráticas na sua totalidade. Repudiaram a manobra em grandes assembleias, criticaram os seus autores, e, comparecendo às aulas, arancaram-lhes a máscara.

É verdade que a Universidade não corresponde em Portugal às necessidades do momento histórico. Faltam instalações, faltam professores, o saneamento foi superficial, as insuficiências do ensino são gritantes. Mas os provocadores não estão interessados na reforma de estruturas obsoletas. Invocaram um ou dois pretextos, como poderiam ter invocado dez diferentes. A agitação permanente é a sua meta. Tudo lhes serve na ânsia de forçarem as massas estudantis a assumir um comportamento antipopular, contra-revolucionário.

Há no País dezenas de milhares de jovens que querem estudar

e não podem fazê-lo pelas duras condições de existência decorrentes da estrutura de uma sociedade de classes modelada por meio século de fascismo. Mas não é a situação desses jovens, nem o anacronismo da Universidade que preocupa a minoria de provocadores, cujo comportamento lembra o dos energúmenos do Partido Nacional e do PDC na Universidade do Chile. Não querem trabalhar, nem estudar. Só estão interessados na desorganização, na arruagem, na chantagem, só pensam em implantar o caos na Universidade, em convertê-la em palco de batalhas campais e lutas fraticidas. Revolução, para essa escória humana e política, é agredir colegas, sequestrar e torturar jovens trabalhadores, insultar os docentes, calar pela força os que dela discordam, desafiar as Forças Armadas e o MFA.

O MEC tem razão ao salientar que uma escola onde não se estuda é uma escola onde não se serve o povo. A Universidade precisa de ser reformada de alto a baixo. Mas o caminho para a Universidade do futuro não passa pelo encerramento da Universidade errada do presente. Portugal é um País pobre, atrasado, onde a instrução é ainda privilégio de uma minoria. Importa melhorá-la, democratizá-la, mas não acabar com ela para voltarmos a uma cultura da Idade da Pedra. As escolas custam milhões ao povo português, são pagas com o suor dos trabalhadores. Permitir que uma insignificante minoria de maus estudantes, filhos de famílias da alta e da média burguesia, transformassem a Universidade em cenário de fitas de «cow-boys» seria uma traição à democracia, uma traição ao povo trabalhador, uma capitulação diante da violência e das manobras da reacção.

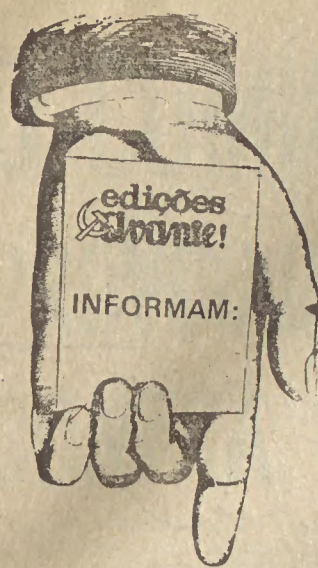
Os estudantes de Lisboa agiram correctamente. A intimidação, a prepotência, a sabotagem, responderam com uma NÃO categórica. Isolaram e neutralizaram os provocadores. Para nós, comunistas, é reconfortante constatar que a UEC desempenhou um importante papel na derrota e no desmascaramento do grupo irresponsável que procura impedir o funcionamento da Universidade. A justeza das suas posições foi confirmada pelos factos. Os estudantes comunistas defendem e praticam a unidade de acção de todas as forças democráticas que nas escolas se batem pelo avanço do processo revolucionário, pelo reforço da aliança entre as massas estudantis, o povo trabalhador e o MFA. Por isso mesmo, opõem-se a todas as provocações reacçãoárias, por isso mesmo não aceitam o boicote

aos processos democráticos da discussão e decisão nas escolas. O grandioso comício do dia 12 demonstrou claramente que a UEC permanecerá firme na defesa da sua linha política, voltada para a unidade, para a luta contra a reacção, contra todas as provocações e formas de oportunismo. Entre os seus objectivos fundamentais figuram «democratizar a instrução e a cultura, tornando-as acessíveis às massas trabalhadoras, modificar o conteúdo, os métodos e os objectivos do nosso ensino, ligando-os à vida, às realidades do nosso povo, interligando a teoria com a prática; ter escolas cientificamente atualizadas e em número suficiente, de molde a permitir a formação de técnicos competentes que a construção da democracia exige».

Para a conquista de tais objectivos, que merecem a adesão da esmagadora maioria das massas estudantis e trabalhadoras, não se desviará a UEC do caminho traçado, não fará qualquer concessão. Os estudantes comunistas estão com a classe operária, com todos os trabalhadores, com o MFA, na batalha pela democracia. E a Universidade é um sector chave nessa batalha. Os estudantes comunistas combatem e continuarão a combater, como vanguarda juvenil, todas as manobras da reacção. Não lhe darão quartel. Saberão encontrar os métodos mais adequados para neutralizar e esmagar a ofensiva contra-revolucionária nas escolas, mesmo quando ela, como agora, se disfarça sob o manto de provocações esquerdistas. A UEC cerra fileiras, na primeira linha de combate do movimento estudantil pela democracia e pelo progresso.

Em Portugal, hoje, tentar paralisar as escolas é uma atitude profundamente contra-revolucionária, uma atitude que favorece a reacção. Lutar para que as escolas funcionem, lutar com tenacidade e lucidez pela sua reforma é servir o povo e o País, é uma prova de consciência revolucionária.

Nem sempre esse comportamento será fácil. Mas uma opção autenticamente revolucionária envolve muitos sacrifícios, é uma escolha incompatível com recompensas imediatas e com uma vida tranquila e cómoda. Como recordou há dias o camarada Alvaro Cunhal, uma política justa não sempre conduz ao sucesso imediato. «Mas uma política justa acaba sempre por ser confirmada pela vida, acaba por ser compreendida pelas massas e acaba por ser premiada com o sucesso.» Temos uma certeza: a História confirmará a correcção da linha da UEC, a política justa do Partido Comunista Português.



VII CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DO PCP

O VII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Português, realizado no dia 20 de Outubro, foi um acontecimento da maior importância na vida do Partido e do Povo Português.

Mais de meia centena de oradores, delegados de células de base e dirigentes de organizações de massas e de organismos superiores do Partido, subiram à tribuna, Portavozes de operários industriais, de assalariados agrícolas, de camponeses, da juventude trabalhadora e estudantil, das mulheres, de intelectuais, vindos das principais regiões do País, mostraram bem nas suas intervenções que as classes trabalhadoras e largas camadas da população portuguesa apoiam e confiam plenamente no Partido.

O VII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Português foi a expressão da unidade indissolúvel das fileiras do Partido, da sua fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, da confiança dos comunistas nos seus dirigentes provados. Foi uma bela demonstração de ardor patriótico dos comunistas, que não separam a defesa dos interesses vitais dos trabalhadores dos verdadeiros interesses nacionais, tal como o Programa e a Proclamação aprovados no Congresso tão bem evidenciam.

REVISTA INTERNACIONAL (N.º 3)

A definição do partido como vanguarda da classe operária exprime a sua essência mais profunda. Quais são as qualidades que o fazem dar o passo para o direito de se intitular vanguarda?

O papel dirigente do Partido Comunista deve-se, antes do mais, ao facto de se situar acima de todas as outras organizações do proletariado pela compreensão das tarefas e objectivos da luta revolucionária, de os comunistas terem em relação ao resto do proletariado a vantagem de uma clara compreensão das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário (Lenine). Uma boa preparação teórica e a assimilação da experiência das revoluções vitoriosas permitem aos partidos comunistas dos países de uma política correcta o estabelecimento de planos de acção realmente científicos, a renúncia a qualquer ilusão, antes mesmo que a prática tenha demonstrado a sua inconsistência, e a preparação com toda a confiança da classe operária para a conquista do Poder.

Guia político da classe operária, o Partido distingue-se pela sua aptidão para compreender correctamente os interesses da classe e para agir de acordo com eles, pela intransigência face ao oportunismo, pela sua fidelidade aos ideais da revolução.

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS (romance)

O original dactilografado do romance «Até Amanhã Camaradas», foi encontrado, junto de outros originais, num arquivo formado, no decurso dos anos, ao sabor de incidentes e de acidentes na vida agitada daqueles mesmos dos quais o romance dá alguns exemplos típicos.

Desconhece-se quem é o autor. O único exemplar encontrado não tem assinatura. Só, numa pequena folha apenas e agraphada, nodia ler-se, em rabisco apressado, o nome Manuel Tiago, pseudónimo de corteza.

Foram consultadas pessoas que poderiam dar eventualmente indicações conducentes a uma identificação. Sem resultado. O autor fica assim merecendo o título de «homem sem nome», tal como as personagens do seu romance. Pedidos à Editorial «Avante!» Av. Santos Dumont, 57-2.º — LISBOA e a Centros de Trabalho.

ASSINA
O
"AVANTE!"



O descerramento do busto de Alberto Araújo

ALMADA PRESTOU HOMENAGEM A ALBERTO ARAÚJO

Alberto de Araújo foi dirigente do Partido Comunista Português nos anos de 1933 a 1937, tendo sido preso pela extinta e criminosa PIDE/DGS e deportado para o campo de morte do Tarrafal, após 11 meses de incomunicabilidade, sendo apenas condenado a prisão correcional.

No campo do Tarrafal suportou todas as violências ali praticadas, com a dignidade e a coragem que todos lhe conheciam, a que não faltou o castigo de 20 dias da terrível «frigideira».

Alberto de Araújo veio a falecer poucos anos após a saída do Tarrafal, a 19/3/1955, com 45 anos, vítima de tuberculose agravada pelos trabalhos forçados a que foi sujeito durante 8 anos. Natural de Almada, professor de Liceu, dedicou toda a sua vida à luta da classe operária contra a exploração.

No dia do seu 65.º aniversário (14 de Dezembro), o povo de Almada prestou, finalmente, a justa homenagem a quem sempre por ele lutara; alguns milhares de pessoas associaram-se com a sua presença a esta iniciativa de um grupo de democratas do concelho de Almada e da comissão Concelhia do PCP com a colaboração das autarquias locais, assistindo ao descerramento de um busto, pago por subscrição pública, no jardim de Almada e à inauguração de placas toponímicas no Bairro do Matadouro, Monte

de Canarica, Costa de Caparica, Vale Fetal e Cova da Piedade. Presentes na homenagem a sr.ª D. Maria de Lurdes, em representação da família, o major Leal de Almeida, representante das Forças Armadas, as autarquias locais — Câmara Municipal e Junta de Freguesia, os Centros de Trabalho de Almada e Cova da Piedade as comissões de freguesia do Monte de Caparica, Costa de Caparica e Trafaria, o Sindicato dos Professores, colegas de cativeiro no campo de concentração do Tarrafal, a professora Virgínia de Lima, que teria sido a sua companheira, as células da Lisnave, da Timex, a UEC e várias colectividades do concelho. O nosso partido fez-se ainda representar por camaradas do Comité Central — Alvaro Cunhal, George Ferreira, Pedro Soares e Francisco Miguel.

Elementos da comissão toponímica da Câmara Municipal de Almada, da comissão organizadora e das autarquias locais salientaram as capacidades e a dedicação de Alberto de Araújo, tornando extensiva a homenagem a todos os que lutaram pela libertação das classes trabalhadoras, em Portugal, nos duros anos de fascismo.

Foi lida, em seguida, uma carta do professor Nuno Teotónio Pereira, aluno de Alberto de Araújo, no Liceu Pedro Nunes: «Era extremamente modesto, mesmo tímido, mas

a força do seu olhar, o empenho com que ensinava e, sobretudo, o interesse e o calor que punha no trato com cada um dos alunos, em pouco tempo conquistaram a amizade dos estudantes. Algo me fascinou no seu comportamento. Alguns anos mais tarde quando ouvi dizer que tinha sido preso como comunista, esse facto foi como a explicação de qualquer coisa que eu pressentira; Alberto de Araújo era, afinal, um militante político, devotado à tarefa de lutar por uma sociedade mais justa e mais fraterna; os valores pelos quais se arriscou, sofreu e morreu, mostrou-os e bem, naqueles meses em que o tivemos como companheiro.»

Intervenção de Pedro Soares

Falou então o camarada Pedro Soares, que salientou:

«Não é uma homenagem formal, esta que hoje lhe rendemos. Pelo contrário, é uma homenagem que vem do fundo da consciência de cada um de nós, dos trabalhadores que aqui vieram, dos seus camaradas do partido, dos comunistas que erguem alto a bandeira rubra que ele só viu flutuar além fronteiras, na Espanha republicana e na França das grandes manifestações populares.»

Prosseguindo no elogio da figura do homenageado, afirmou:

«Reviver a lembrança de certos mortos é criar nos vivos o interesse pelo seu exemplo, é encher de energias criadoras, de confiança e de esperança a consciência de muitos homens.»

O traço saliente que marca a personalidade de Alberto de Araújo é a sua fidelidade à classe operária, ao Partido que a tem sabido orientar na complexidade da sua luta, aos ideais do marxismo-leninismo.

E a finalizar, o camarada Pedro Soares disse:

«E quando prestamos homenagem a Alberto de Araújo, quando evocamos o seu exemplo é para reforçarmos a nossa determinação de lutar, de organizar, de unir esforços e vontades, de marchar adiante, de conquistar novas e decisivas vitórias sobre as forças da reacção.»

A professora Virgínia de Lima, que teria sido a sua companheira se não fossem ambos presos no dia 11 de Novembro de 1934, leu uma carta escrita na esquadra do Lumiar, há 40 anos, lembrando o aniversário de Alberto de Araújo; testemunho sincero de quem lutou lado a lado com o companheiro amado.

«O 25 de Abril não pára, continuou com o 28 de Se-

tembro e tem de continuar, custe o que custar; o povo de Almada bem sabe disso, porque já muito antes do 25 de Abril se distinguia pela luta contra o fascismo e pela luta pela liberdade e pela democracia. Estar aqui presente significa que o povo de Almada pode contar com as Forças Armadas, assim como eu sei que as Forças Armadas podem contar com o povo de Almada» — eis algumas das palavras proferidas pelo major Leal de Almeida.

Em nome da comissão concelhia do PCP de Almada, falou o camarada Martins Vieira, operário da Timex. Os camaradas Francisco Miguel e Correio Pires, ambos colegas de cativeiro no Tarrafal, deram-nos mostras da dignidade com que Alberto Araújo suportou a dureza da vida no Tarrafal, salientando que apesar da sua precária saúde, aproveitou todos os momentos para encorajar e elevar culturalmente os seus companheiros.

Discurso do secretário-geral do PCP

No início do seu discurso, Alvaro Cunhal falou do significado da homenagem do povo de Almada a Alberto Araújo:

«Aqueles que durante dezenas de anos foram implacavelmente perseguidos e torturados, afastados e separados pela força dos seus familiares, dos seus companheiros, das suas terras, enviados para prisões ou para campos de concentração em África, pelo único facto de amarem o seu país, de defenderem os interesses dos trabalhadores e das massas populares, de batalharem pela liberdade, a esses contra os quais o fascismo não poupava as acusações e calúnias mais vis — a esses o povo em massa presta hoje a sua homenagem e reconhece-os publicamente como os seus melhores filhos, os seus melhores amigos, os seus melhores defensores.»

Homenagem que tem o valor dum lição e de um exemplo: exemplo de dedicação pessoal pela grande causa do nosso povo; de coragem serena e confiante que não se exhibe nem se ostenta; de atitude e comportamento revolucionário dos intelectuais.

«Exemplo quando ainda estudante (exemplo de particular interesse nos dias de hoje) da consagração simultânea de esforços e energias, organização e propaganda clandestinas e revolucionárias e ao estudo esforçado e à preparação profissional e científica.»

Exemplo na simplicidade, no viver de intelectual talentoso que aprendeu com o seu partido a conduta moral proletária e que «soube com-

preender o ensinamento de Lenine (que profundamente estudou), segundo o qual no núcleo combatente se deve apagar absolutamente a distinção entre operários e intelectuais.»

Exemplo de comunista, exemplo de português internacionalista e patriota, que viveu e morreu com o seu partido e com o seu povo, sabendo que o partido e o povo são inseparáveis.

Falando da abnegação dos comunistas, personificada em Alberto Araújo, Alvaro Cunhal disse: «Uma verdade incontestável que os comunistas mostraram como ninguém que não procuram vantagens pessoais ou de grupo e que a única razão de ser da sua política e da sua actividade é servir o povo e o País.»

Muitos morreram sem verem o objectivo da sua própria luta: a conquista da liberdade. Exemplos que são motivos de inspiração para todos os lutadores.

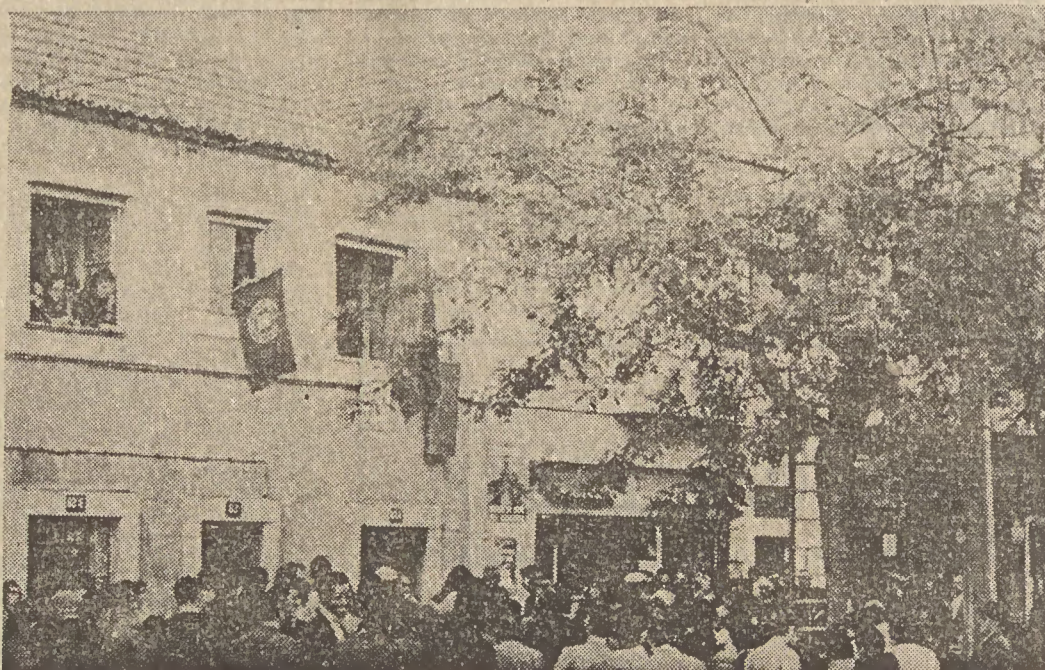
Depois de referir a prisão dos especuladores do BIP e da Torralta — que é um aviso — e de salientar os perigos que ainda pesam sobre a jovem democracia portuguesa, denunciou os esforços e as intrigas da reacção contra o actual regime e afirmou que ela «continua particularmente a procurar a divisão das forças da democracia e do progresso social, introduzindo factores de cisão e de conflito na classe operária através do chamado pluralismo sindical; inspirando discordâncias, conflitos e incompatibilidades entre as forças democráticas: criando situações que levem a oposições e, se possível, a uma rutura entre o movimento popular e as Forças Armadas.»

Mas os esforços da reacção serão inúteis:

«Existem forças bastantes para assegurar o triunfo nas três batalhas sucessivas que temos diante de nós: para triunfar das dificuldades políticas e económicas nos próximos meses até às eleições; para triunfar nas eleições; para construir depois o Portugal democrático escolhido pelo próprio povo português.»

Apelando para a unidade do movimento popular e democrático e a sua aliança com o MFA, «que se deve tornar irreversível e que é condição para as profundas transformações «democráticas da sociedade portuguesa», terminou com palavras de confiança na vitória definitiva da democracia em Portugal.

No final procedeu-se, então, ao descerramento do busto de Alberto Araújo, seguindo-se um cortejo à casa onde nasceu, com descerramento de uma lápide, e ao cemitério onde repousam os seus restos mortais.



Em ritmo acelerado, desde as pequenas aldeias às grandes cidades, prossegue por todo o País a inauguração de novos Centros de Trabalho do nosso Partido, reflexo sintomático do apoio crescente das massas populares ao partido da classe operária. Esta imagem documenta mais uma dessas cerimónias singelas mas entusiasmadas, realizada na cidade de Almada. E a nova sede — situada na Rua Capitão Leitão, 62 — foi pequena para albergar todos os que pretendam assistir à sessão inaugural

Partido Comunista Português

SOBRE O COMBATE À SABOTAGEM ECONÓMICA E À CORRUPÇÃO

1 — O Partido Comunista Português dá o seu completo apoio ao comunicado da Presidência do Conselho, anunciando a prisão de certo número de individualidades fascistas, implicadas em graves delitos de sabotagem económica, de corrupção e especulação financeira. Secundando o apelo do Governo Provisório, o PCP exorta os seus militantes, os trabalhadores e todos os antifascistas a colaborarem com as autoridades competentes na

localização e detenção dos restantes elementos fascistas visados nos mandados de captura.

2 — A revelação agora feita de transacções e crimes de corrupção, em que estão envolvidas algumas destacadas figuras do depósito regime fascista, comprova a justeza da definição do carácter antinacional do regime monopolista derrubado em 25 de Abril. Ela confirma também a existência da sabotagem económica, a sua extensão e origem, que repetidamente, temos denunciado.

O PCP espera que estas medidas marquem o início de uma consequente política antimonopolista e antilatifundista. O poder económico dos monopolistas constitui uma ameaça permanente às conquistas democráticas do Povo Português. Constitui a base de apoio para todas as manobras reaccionárias, para as acções de sabotagem económica e para todas as conspirações fascistas.

3 — Por tudo isto, o PCP exorta os trabalhadores e as massas populares a organizarem uma vigilância activa com vista a dar a mais larga e aberta colaboração à actividade do Governo Provisório e do MFA no caminho agora encetado.

Para construir um Portugal democrático, é necessário que seja completamente desmantelado o aparelho de Estado fascista, que sejam saneadas todas as instituições em que se apoiou a grande burguesia monopolista para oprimir e explorar os trabalhadores portugueses ao longo de meio século, que sejam severamente castigados os principais responsáveis e beneficiários da corrupção e dos crimes do fascismo, os autores da sabotagem económica contra o processo democrático.

O PCP lutará decididamente para que estes objectivos sejam alcançados.

13 de Dezembro de 1974

A Comissão Política do
Comité Central do Partido
Comunista Português

SOBRE A SITUAÇÃO NA ILHA DA MADEIRA

A Comissão Política tomou conhecimento e apreciou a situação existente na ilha da Madeira, constatando:

1 — O saneamento está praticamente por realizar em toda a ilha. Os fascistas (apoiados por uma boa parte do clero e da informação reaccionária) continuam a dominar a administração em diversas zonas da Madeira.

A reacção consegue criar ambiente de intimidação que torna difícil, ou mesmo impossível, a realização de comícios ou sessões de esclarecimento. Em toda a ilha, e especialmente em algumas zonas, se-se comunista ou fazer propaganda do PCP é pôr em risco a integridade física dos militantes.

A frente da maioria dos sindicatos continuam a estar direcções que a ditadura fascista impôs aos trabalhadores. Recentemente a direcção fascista do Sindicato dos Estivadores não hesitou em lançar no desemprego 9 trabalhadores, sendo a verdadeira razão dessa inqualificável decisão o facto de serem comunistas.

Aproveitando o abandono a que o fascismo votou a ilha e a sua população, têm surgido mesmo organizações políticas, como o chamado Exército de Libertação do Arquipélago da Madeira (ELAM), que instiga

gam a ideia de separação da Madeira.

2 — Por causa do condicionamento reaccionário ainda existente, o recenseamento está a processar-se sem o apoio activo da população e com uma diminuta participação dos partidos democráticos.

Há razões de sobra para se concluir que sem uma rápida e grande modificação das actuais condições políticas, as eleições previstas para Março, na Madeira, não poderão ser eleições livres.

3 — O PCP apela para os partidos democráticos e o MFA unirem os seus esforços com vista a que seja promovido, na Madeira, um rápido saneamento e concretizada uma acção dinâmica e democrática das autoridades que possibilitem instaurar em toda a ilha, de maneira efectiva, as liberdades democráticas definidas pelo Programa do MFA e conquistadas no 25 de Abril.

O PCP considera também que é de primeira importância uma ampla campanha de esclarecimento junto da população realizada por todas as forças que apoiem efectivamente a consolidação das vitórias democráticas e do progresso do nosso País.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

As sessões de esclarecimento e os comícios do nosso partido sucedem-se por todo o País.

No Cine-Teatro da Lousã, com a presença de 700 pessoas, realizou-se um comício organizado pela Comissão Concelhia local e em que foram oradores os camaradas Lousã Henriques, Paulo Vasco, Angelo de Sousa, Júlio Miranda e Carlos Luis Figueira, este último d. DORB e suplente do Comité Central.

Também em Alvalade, a Comissão de Freguesia do PCP levou a cabo um comício de propaganda, em que foi orador o camarada Pedro Soares, do Comité Central. A sessão efectuada na sala do cinema, que se encontrava repleta.

Entretanto, a célula do PCP da Imprensa Nacional — Casa da Moeda — organizou uma excursão às grutas de Alvalade e Santo António que reuniu cerca de 80 trabalhadores, e, na passada sexta-feira uma sessão de esclarecimento nas instalações do anexo da Rua da Rosa que teve a presença de 130 trabalhadores. Falaram os camaradas João de Brito, José Ribeiro, Anabela e Cilas Cerqueira, que respondeu a várias perguntas.

Por sua vez, a DOROR promoveu sessões de esclarecimento em Santarém, para os trabalhadores da Federação dos Municípios do Ribatejo, em Vale de Santarém, em Vale de Figueira, Samor, Corveia, Santo Estêvão (Benavente), Couço, Coruche, Lamas, Erra, Santana do Mato e Montinhos dos Pegos.

Pela DORB foram realizadas também sessões de esclarecimento, focando a situação política presente em Vagos, Ovar, Avelar de Cima (Anadia) e Mealhada, Vinha da Ramalhã (Soure), Carrapinheira, Póvoa do Pinheiro, Mortel, Cantanhede, Vouzela e Seia.

Entretanto, o nosso partido, levou ainda a efeito sessões de esclarecimento na Casa do Povo da freguesia de Alagoa, com a participação do camarada Gervásio, do Comité Central, e na Casa do Povo da freguesia de Fortios, em que estiveram presentes: o camarada Gervásio e o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Para além destas, realizaram-se ainda sessões de esclarecimento em Soutinho de Mesão (Vila Pouca de Aguiar), Raposo de Cima (Monte da Caparica), Trafaria, Pragal e Vila Nova da Caparica, no Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, em Lisboa, no Hospital de Santo António, no Porto, e na fábrica da Covina, promovida pela célula local do Partido, e que teve a presença do camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Em ritmo acelerado, desde as pequenas aldeias às grandes cidades, prossegue por todo o País a inauguração de novos Centros de Trabalho do nosso Partido, reflexo sintomático do apoio crescente das massas populares ao partido da classe operária. Esta imagem documenta mais uma dessas cerimónias singelas mas entusiasmadas, realizada na cidade de Almada. E a nova sede — situada na Rua Capitão Leitão, 62 — foi pequena para albergar todos os que pretendam assistir à sessão inaugural

O "AVANTE!" É DE TODOS NÓS.
ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES



SESSÕES E COMÍCIOS

HOJE

ABRUNHEIRA (Montemor-o-Velho) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
BUSTOS (Oliveira do Bairro) — Sessão de esclarecimento no Salão Primor, às 21 e 30.
CAMPO MAIOR — Sessão de esclarecimento no cinema, às 20.
CREIXOMIL (Guimarães) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 20.
FORNELOS (Vila do Conde) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
FORNOS (Vila da Feira) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
GAIA (Monte da Virgem) — Sessão de esclarecimento no Sanatório D. Manuel II, às 21 e 30.
MACEDA (Ovar) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
MAFAMUDE (Gaia) — Sessão de esclarecimento na Liga de Ass. de Socorros Mútuos, às 21 e 30.
MONTEGORDO — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
PAIO PIREZ — Sessão de esclarecimento na Sociedade 5 de Outubro para os trabalhadores da Siderurgia Nacional, às 17.
PEROSINHO (Gaia) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
PORTO — Sessão de esclarecimento no Grupo Os Modestos, às 21 e 30.
PÓVOA DE SANTO ADRIÃO — Colóquio organizado pelo Centro de Trabalho do Partido sob o tema «O voto ao serviço do povo» no salão da Junta de Freguesia.
RIBEIRA DE FRADES — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
RIO TINTO (Gondomar) — Sessão de esclarecimento na Assembleia Recreativa de Rio Tinto, às 21 e 30.
SILVES — Comício no Cine-Teatro Silves, às 21 e 30 com Dias Lourenço.
TELHEIRO (Marinha Grande) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
VALBOM — Sessão de esclarecimento na Associação Recreativa Corações Vilaverdenses, às 21 e 30.
VALE DE CAMBRA — Sessão de esclarecimento no salão dos Bombeiros, às 21 e 30.
VALE DE FIGUEIRA — Sessão de esclarecimento no pavilhão de Vasco Morgado, às 21 e 30.

AMANHÃ

ALBERGARIA-A-VELHA — Sessão de esclarecimento no salão dos Bombeiros, às 21 e 30.
ALCANENA — Sessão de esclarecimento, às 21.
ALCARRAQUE (Trouxemil) — Sessão de esclarecimento no Centro de Recreio Popular de Alcarraque, às 21 e 30.
ALFANDEGA DA FE — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
AMORA — Sessão de esclarecimento com projeção de um filme na Sociedade Filarmónica Operária Amorense, às 16.
AMORIM (Póvoa de Varzim) — Sessão de esclarecimento na «Arca» às 21 e 30.
AREIAS (Santo Tirso) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
BAROSA — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
BRAGA — Sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho do Partido, às 21 e 30, para empregados.
BRINCHES — Sessão de esclarecimento, às 21.
CALDAS DAS TAIPAS (Guimarães) — Sessão de esclarecimento nos Bombeiros Voluntários, às 21 e 30.
CANHA (Montijo) — Sessão de esclarecimento, às 19 e 30.
CHAIÇA (Santarém) — Sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa da Chaiça, às 21 e 30.
CORUCHE — Comício, às 21 e 30.
ESCAPAES (Vila da Feira) — Sessão de esclarecimento, às 16.
ESPÍRITO SANTO DE TOREGAS — Sessão de esclarecimento no Café de Gabriel Ferreira, às 21 e 30.
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30.
LAMEGO — Sessão de esclarecimento, às 21.
MARINHA (Ovar) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
MÉRTOLA — Sessão de esclarecimento no Cine-Teatro Marques Lucas.
MILHEIROS DOS VINHOS — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
MIRAGALHA — Sessão de esclarecimento no Grupo Musical de Miragala (Rua Arménia, 18, 1.º), às 21 e 30.
MONTE-MOR-O-NOVO — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20.
MONTE-MOR-O-VELHO — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
NOVELOS (Pontevedra) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
ORADA (Borba) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21 e 30.
PEDRALVA (Anadia) — Sessão de esclarecimento, às 21.
PORTALEGRE — Sessão de esclarecimento no Pavilhão Gimnodesportivo, às 21.
PORTIMÃO — Comício no Cine-Teatro, às 16. Com o camarada Octávio Pato.
PORTUNHOS — Sessão de esclarecimento no Salão Clube, às 20 e 30.
REGUENGOS DE MONSARAZ — Sessão de esclarecimento na Sociedade Artística, às 21.
S. DOMINGOS DE ESTREMOZ — Sessão de esclarecimento, às 19.
S. PEDRO DA COVA — Sessão de esclarecimento na Escola Afonso V, às 21 e 30.
S. PEDRO DA RAIMUNDA (Paços de Ferreira) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.
SOALIC (Anjos de Valdevez) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20.
TORRES DO MONDEGO — Sessão de esclarecimento no Centro de Cultura e Recreio, às 21.
VAIRÃO (Vila do Conde) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
VILA DE MATOS — Sessão de esclarecimento na Escola Velha, às 21.
ZEBREIROS (Foz do Sousa) — Sessão de esclarecimento na oficina de António Guedes Gomes.

DOMINGO

ALPILHÃO (Portalegre) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 14.
AMIEIRA DO TEJO — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.
ANOBRA — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 15.
ARADA (Ovar) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 15.
CASTELOES (Vale de Cambra) — Sessão de esclarecimento, à tarde.
CASTRO VERDE — Sessão de esclarecimento, às 15.
ESTREMOZ — Sessão de esclarecimento nos Bombeiros Voluntários para operários metalúrgicos, às 15.
FIJES (Vila da Feira) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
LORIGA (Seia) — Sessão de esclarecimento, às 15.
MONTEJUNTOS (Alendrosal) — Sessão de esclarecimento no Largo do Povo, às 16.
MOREIRA DE CÔNEGOS (Guimarães) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 10.
NORA (Borba) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 20.
ODEMIRA — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.
OLIVEIRA (Santa Maria) (Vila Nova de Famalicão) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária.
PERAFITA (Matosinhos) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 10.
PORTO CARRO (Marinha Grande) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.
RIBA D'AVE (V. N. Famalicão) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 10.
SANTIAGO DE RIBAUL (Oliveira de Azeméis) — Sessão de esclarecimento, à tarde.
SANTIAGO DE RIO DE MOINHOS (Borba) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 15.
S. JOÃO DO CAMPO — Sessão de esclarecimento, às 21.
VILAR (Vila do Conde) — Sessão de esclarecimento na Escola Velha do Lugar de Padrão, às 10 e 30.
VINHAIS — Sessão de esclarecimento, às 16.

SEGUNDA-FEIRA

S. LOURENÇO (Estremoz) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20.
MOTRINHOS (Reguengos de Monsaraz) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.



O CAMARADA KALININE VISITA O CENTRO DE TRABALHO DE LISBOA DO NOSSO PARTIDO

O camarada Arnold Kalinine, embaixador da URSS no nosso país, visitou na passada

terça-feira o Centro de Trabalho de Lisboa do PCP, onde foi recebido pelos camaradas

NA TRANQUILIDADE

LUTA VITORIOSA

Os trabalhadores da Companhia de Seguros Tranquilidade aprovaram por aclamação, em plenário realizado no passado dia 17, uma proposta que veio solucionar o problema «gratificações de 1974», tendo decidido que a verba orçamentada para o efeito revertesse integralmente para o Ministério do Trabalho, comprometendo-se este a investir essa quantia, no valor de 5400 contos, na criação de postos de trabalho, tendente a reduzir a taxa actual de desemprego.

Como se salienta na proposta aprovada, pretende-se que essa riqueza, produzida por todos os trabalhadores da Tranquilidade, reverta para trabalhadores que, antes de mais, lutam pela sua sobrevivência; que toda esta proeza incentive os trabalhadores a uma luta ampla contra as injustiças sociais, contra a exploração dos trabalhadores, contra os privilégios, contra o capital monopolista, contra todas as manobras do capital.

Na sequência do processo reivindicativo desencadeado na Tranquilidade, a fim de abolir o critério arbitrário de gratificações, que de há muitos anos vem sendo praticado pela administração, os trabalhadores tinham ocupado, na passada 2.ª-feira, as instalações da empresa, onde se encontravam quatro administradores.

Conscientes que a distribuição elitista da riqueza por todos produzida visa essencialmente alienar e dividir a classe trabalhadora, constituindo simultaneamente uma profunda injustiça, como se verifica pela análise dos números de 1973:

— 10 por cento do pessoal, todo ele de chefia, recebeu 4200 contos;
— uma minoria dos restantes 90 por cento do pessoal, recebeu 1200 contos (22 por cento da verba total).

Os trabalhadores, reunidos em plenário de 29/10/74, decidiram abolir as gratificações e fazer distribuir equitativamente por todos a verba de 5400 contos já orçamentada para este ano.

Esta medida foi imediatamente apoiada pelos Sindicatos dos Profissionais de Seguros de Lisboa e do Porto.

A administração assumiu desde o início uma posição antagónica à dos trabalhadores, procurando boicotar as decisões tomadas no Plenário de Trabalhadores, isolar a Comissão Sindical e inclusivamente persuadir os Sindicatos a «chamar os trabalhadores a ordem».

Dado o impasse a que se chegou os trabalhadores recorreram ao Ministério do Trabalho, em 3 de Dezembro, tendo havido várias reuniões, nas quais a administração da Tranquilidade acabou por ac-

NOVIDADE

OS CAPITÃES

ANÁLISE CRÍTICA DA SUA FORMAÇÃO

por Tenente-Coronel LUIS ATAÍDE BANAZOL

Esc. 30500



EDITORIA

R. da Misericórdia, 67, 2.ª-Esq.
LISBOA

CAMARADAS DA RDA ENTRE NÓS

CONT. DA PAG. 1

do CC do PCP, constituída pelos camaradas Joaquim Gomes, António Dias Lourenço, Jaime Serra, Carlos Costa, Georgette Ferreira e Aurélio Santos e pelos embaixadores da RDA, URSS e Cuba no nosso País, tendo o chefe da delegação, Hermann Axen, lido à imprensa a declaração que a seguir transcrevemos:

Queridos camaradas e amigos:

Sentimos uma profunda emoção, uma profunda alegria. Desde há dezenas de anos, os comunistas alemães e portugueses estão ligados fraternalmente. Mas hoje temos pela primeira vez a possibilidade de saudar aqui o heróico Partido irmão português. Sentimo-nos felizes com isso. É um grande acontecimento.

Transmito aos nossos anti-fascistas, ao novo Portugal, à sua classe operária, a todos os trabalhadores, a todos os representantes do novo Portugal as saudações cordiais dos quase dois milhões de comunistas e do povo da RDA e especialmente do primeiro-secretário do Comité Central do PSUA, camarada Erich Honecker.

A derrota da ditadura fascista em Portugal pelo Movimento das Forças Armadas em aliança com as massas populares foi muito bem recebida pela opinião pública do nosso país. A nossa experiência sob o terror sangrento do fascismo hitleriano permite-nos apreciar bem de que peso enorme foi aliviado o Povo Português no histórico 25 de Abril. Por causa desta experiência, o nosso povo observa com simpatia e interesse especial as transformações profundas que se realizaram nos últimos meses na política interna e externa de Portugal.

O caminho de Portugal desde o 25 de Abril corresponde totalmente ao espírito da nossa época. Esta é caracterizada cada vez mais, como o observador dos acontecimentos políticos pode verificar, pela intervenção das forças favoráveis à paz, à verdadeira democracia e ao progresso social.

A nossa delegação quer com a sua visita e com as conversações oficiais que vamos realizar nos próximos dias, impulsionar também o desenvolvimento ulterior das relações entre a RDA e Portugal em direcção à paz, à verdadeira democracia e ao progresso social.

Finalmente, ficamos satisfeitos por encontrarmos com os trabalhadores de Portugal e ver um pouco do vosso lindo País. Queremos conhecer as esperanças e ideias do povo de Portugal. Queremos manifestar a solidariedade do nosso Partido, do Estado e do povo da RDA ao Povo Português no seu novo e difícil caminho.

Na quarta-feira, à noite, teve lugar uma recepção de amizade, no Centro de Trabalho do nosso Partido, tendo-se dado início às conversações com o CC do PCP, dirigidas pelo camarada Alvaro Cunhal, que prosseguiram durante a manhã e a tarde de ontem. Ao fim da tarde realizou-se um encontro de amizade na sede da Associação Portuguesa-RDA e à noite a Embaixada da República Democrática Alemã ofereceu uma recepção no Hotel Tivoli.

Durante o dia de hoje a delegação do PSUA visitará a Covilhã, onde confraternizará com os trabalhadores e tomará contacto com alguns aspectos da realidade portuguesa.

As 17 e 30 de hoje os camaradas da RDA realizarão uma conferência de imprensa, na Casa da Imprensa.

A delegação, que permanecerá no nosso País até domingo, deslocar-se-á ainda a Alarcos, onde se encontrará com trabalhadores agrícolas e participará num comício de amizade, entre o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o Partido Comunista Português, amanhã, às 21 e 30, no pavilhão gimnodesportivo da Amadora.

SANTA IRIA DE AZÓIA

CONT. DA PAG. 1

Falou depois o camarada António Pedro, do Comité Regional do Baixo Ribatejo, que abordou as tarefas actuais dos comunistas no processo de democratização nacional, além de outros problemas que preocupam presentemente o Partido.

Por fim entrou na sala o camarada Alvaro Cunhal, calorosamente saudado por toda a assistência. O seu discurso, que publicamos noutro lugar, foi escutado com grande interesse e frequentemente aplaudido. Na sala, grandes bandeiras do PCP eram agitadas pela assistência que sublinhava com gritos as passagens principais do discurso do secretário-geral do Partido.

A noite terminou como começara o dia — em festa. A «Portuguesa» e a «Internacional» ecoaram na sala e no largo a terminar uma jornada inesquecível para os que a ela puderam assistir.



HÁ TREZE ANOS A PIDE MATOU

Foi há 13 anos. A tiro. A tiro numa rua da cidade de Lisboa. Em Alcântara. Num bairro de operários e do povo, cujo carinho ele aprendeu a encontrar. Foi lá que José Dias Coelho foi assassinado pela PIDE. A razão de ser da sua morte foi a mesma que lhe abriu os horizontes da vida: era militante do Partido Comunista Português.

★ ★

Todos aqueles que conheceram José Dias Coelho falam dele com ternura. Mas falam, sobretudo, com alegria: ele era quase a tradução, em figura de gente, da frase que tantos resistentes antifascistas descobriram no combate à opressão: o comunismo é a juventude do mundo.

Foi sempre um optimista. Era um homem que amava profundamente a vida. Que vivia na amizade. Que era capaz, naturalmente, dos gestos mais simples e mais difíceis. Ele não iludia as suas contradições. Tinha aquela serena e aberta grandeza de um homem que descobria, no quotidiano e no geral, que as dificuldades não são sacrifícios para quem encontra na classe operária e no seu papel histórico, humano, o rumo da vida e a base da possibilidade de explicação de tudo quanto acontece e se faz.

★ ★

Se Dias Coelho é hoje para todos uma figura quase lendária, é porque foi um, entre dezenas, contadas de portugueses, que reconheceram a sua vida na vida do povo.

Veio de Pinhel (Guarda), onde se formou num meio conservador. Foi desenhador e escultor. Artista modesto, trabalhador, sem tempo ou possibilidades de se dedicar à criação artística e, ainda, tendo de enfrentar as mil rasteiras e ratiocínios mesquinhas do Estado, do SNI, das classes endinheiradas, senhoras todas poderosas do obscurantismo.

Foi estudante de Belas-Artes, de que veio a ser expulso na luta contra a adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico, por se ter solidarizado totalmente com os que, como ele, tinham coberto a sua escola de frases em defesa da paz e da independência de Portugal.

Foi um entusiasta das exposições colectivas antifascistas, no tempo em que a PIDE as assaltava, roubava quadros, prendia artistas. Foi um animador e organizador de estudantes e de jovens. Foi um dirigente do MUD Juvenil, em cuja actividade veio a ser preso e encarcerado no Aljube.

Foi um homem do Partido dos trabalhadores. Um homem que, tanto se reuniu com os operários da Marinha Grande como com assalariados do Alentejo.

Foi um factor activo de união, resistência, persistência da intelectualidade na luta antifascista.

Foi um formador de dezenas e dezenas de jovens que deram com o seu exemplo e o seu apoio sorridente os primeiros passos no desconhecido que para eles ainda era luta contra a ditadura dos monopólios. A sua casa, em Campo de Ourique, era um viveiro da juventude. De dia e de noite entravam e saíam rapazes e raparigas que partiam para distribuições de documentos, para fazer inscrições nas paredes, para inúmeras reuniões e encontros da resistência.

Foi nestas estradas e carreiros da vida popular, que o José Dias Coelho trilhou e retilhou, que ele aprendeu a saber ser comunista.

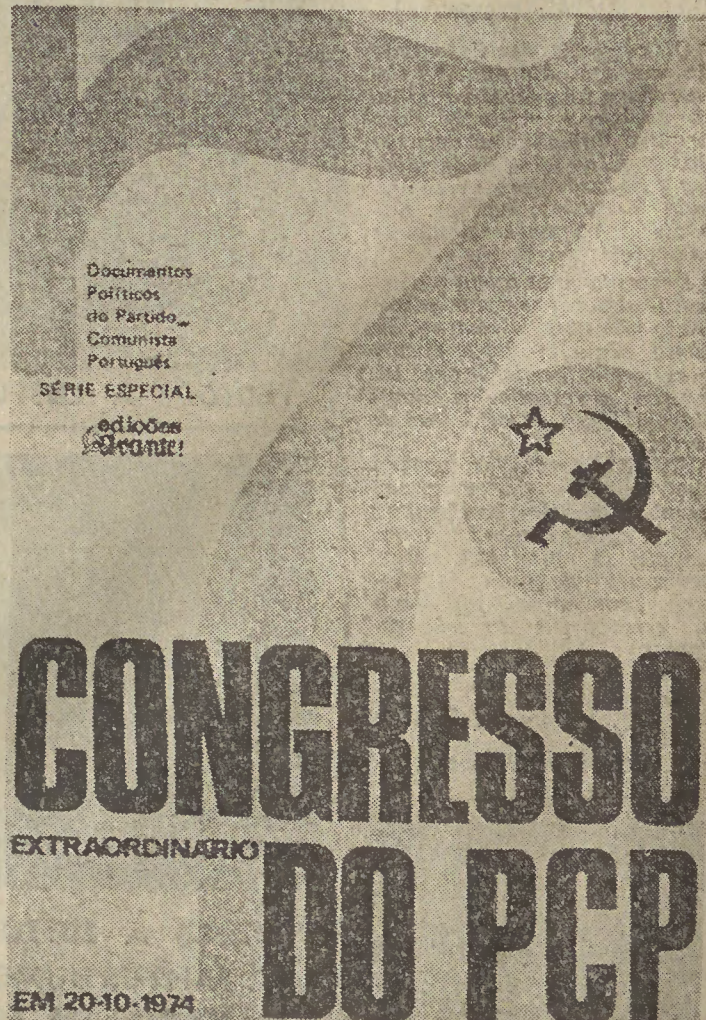
Foi assim que quase naturalmente, como tudo nele parecia, um dia passou à clandestinidade como funcionário do Partido Comunista Português. Para continuar o que sempre fizera. Para poder dedicar-se inteiramente à causa da classe operária e do seu combate pela libertação do Povo Português.

★ ★

Hoje, treze anos passados sobre a sua morte, vale a pena pensar o que nos deixaram camaradas, amigos dos nossos melhores, como Dias Coelho.

Deixaram-nos o Partido Comunista Português, o desenvolvimento da consciência e da união da classe operária e dos trabalhadores. Deixaram-nos, com o seu heroísmo, novas perspectivas sociais, a possibilidade da abolição do monopólio e da transformação democrática e socialista do País, a certeza da sua libertação do fascismo e do colonialismo.

Mas deixaram-nos mais. Como o fez José Dias Coelho, deixaram-nos a verdadeira imagem do comunista: do homem do povo. A expressão da humanidade popular. A simplicidade. O gosto criador da vida colectiva. A compreensão do que é a disciplina livremente aceite e livremente cultivada. A paixão da luta pela libertação de todos os oprimidos. O horror da mesquinhez burguesa. O entusiasmo de viver a vida, transformando o mundo. A escola dos autênticos revolucionários que é o Partido Comunista Português.



CONGRESSO DO PCP

EXTRAORDINÁRIO

EM 20-10-1974

PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!»

O COMÍCIO DO PCP EM ALPIARÇA PROVOU QUE OS COMUNISTAS NÃO ESTÃO CONTRA OS PEQUENOS AGRICULTORES

O comício do nosso Partido em Alpiarça, com a participação do camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português e cujo discurso publicamos noutro local, constituiu a confirmação da confiança que os trabalhadores e a população em geral daquela zona depositam na luta dos comunistas por uma sociedade justa.

No interior do ginásio do Grupo Desportivo «Os Águias» aglomerava-se uma assistência de quatro mil pessoas, enquanto cá fora, perto de duas mil ouviam atentamente as intervenções que lhes chegavam através da instalação sonora. Centenas de bandeiras vermelhas e cartazes indicando as representações con-

piarça foi durante muito tempo um povo apenas revoltado contra a injustiça social. Foi só depois da reorganização do Partido, verificada em 1941-42, e com o desenvolvimento da organização partidária que os trabalhadores de Alpiarça começaram, pouco a pouco, a integrarem as suas lutas num processo verdadeiramente revolucionário.

E, mais adiante: Foi depois da reorganização de 1941-42, à medida que o Partido Comunista se instalou e se desenvolveu aqui que os trabalhadores aprenderam a lutar colectivamente e foram, então sim, alcançando sucessivas vitórias. E aprenderam a manejar a greve como importante arma de luta. Mas aprenderam também que, se uma tal arma, bem manejada, servia de facto os interesses dos trabalhadores, quando utilizada inadveridamente pode voltar-se contra aqueles mesmos que a utilizam.

O Partido Comunista Português deve muito aos trabalhadores de Alpiarça. Mas os trabalhadores de Alpiarça devem igualmente ao Partido a capacidade de organização e a consciencialização política que lhes permitiu as conquistas alcançadas ao longo dos anos através das suas lutas, todas elas conduzidas sob a sua direcção e orientação.

Os operários agrícolas querem trabalhar

Os trabalhadores agrícolas estão na firme disposição de abdicar do horário que têm actualmente e passar a outro horário, desde que lhes seja garantido trabalho todo o ano e outras regalias sociais das que estão em estudo e desde que se criem estruturas em que os trabalhadores tenham a plena certeza de que as horas que trabalham a mais sejam para bem de todos e não para a única dúzia de galinhas — declarou Alvaro Farias Brasileiro, operário agrícola e membro da comissão concelhia de Alpiarça, depois de frisar ser falso que os operários agrícolas queiram trabalhar pouco e ganhar muito.

Falou a seguir António Farinha, operário da construção civil, da comissão distrital de Santarém, que depois de fazer notar que hoje é fácil afirmar-se defensor da classe trabalhadora, pois não se corre o mesmo risco que anteriormente, acrescentou:

De facto é pena que só o PCP ponha em prática a sua teoria, porque se todos os outros partidos o fizessem, tornar-se-iam mais fáceis as lutas e, por consequência, a sobrevivência dos monopolistas e latifundiários seria muito mais curta. Mas é precisamente isto que a alguns não interessa e por tal nos atacam.

Lamentamos profundamente tais ataques que alguns partidos nos dirigem nas suas sessões de esclarecimento, que em vez de indicarem ao povo o caminho justo e firme que há-de seguir para se libertar o mais rapidamente possível dos exploradores e dos sabotadores, dediquem essas sessões a atacar o nosso Partido que sempre foi, e é, o partido do povo trabalhador e para o povo trabalhador.

dor, usando em alguns casos a mesma linguagem que o fascismo sempre usou.

Os latifundiários é que roubam as terras

Depois de Vitória Brito, estudante liceal da UEC que traçou uma panorâmica da situação do ensino no nosso país, falou Gabriel Feijó Coelho, que salientou durante a sua intervenção que os comunistas nunca estiveram nem estão contra os pequenos e médios agricultores, exemplificando:

Foram os comunistas que apoiaram sempre as lutas reivindicativas dessas camadas contra os grandes exploradores, podemos exemplificar aqui bem perto o caso da Quinta da Goucha, em que ao fim de uma quantidade de anos de sacrifício dos agricultores no desbravamento e de valorização das terras, o latifundiário lhe as queria tirar, privando assim esses trabalhadores do fruto do seu sacrifício. Foram o PCP e os comunistas que sempre orientaram e defenderam os interesses desses agricultores, os comunistas sempre apoiaram o advogado que lutou e que enfrentou as leis fascistas em pleno tribunal ao lado dos agricultores, indo pela razão, nunca se desviando nem se vendendo ao capital, fazendo com que aquilo que tinha sido fruto do sacrifício de centenas de trabalhadores lhes fosse restituído.

E acrescentou: Também podemos exemplificar o caso dos foros de Almada (Benavente), em que o PCP sempre apoiou essa tenaz luta dos agricultores e que há bem pouco tempo tomaram a posse das terras de onde tinham sido expulsos. São os grandes agrários que sempre têm querido roubar as terras aos pe-

quenos capitalistas e latifundiários, pois os interesses dos grandes são completamente antagónicos aos seus.

Depois de desmascarar a ALA, que apenas serve os interesses dos latifundiários, o orador informou que já está em formação, em Alpiarça a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, que conta já com mais de duzentas adesões.

No decorrer do comício foi feito um apelo para a solidariedade aos presos políticos espanhóis, que deve ser canalizada para o Centro de Trabalho do Partido em Alpiarça.

CÓNT. DA PÁG. 1

sé Teixeira e Nelson Cabral, todos da Comissão Concelhia do Funchal.

Defender os interesses das massas trabalhadoras

Recordando alguns madeirenses que se bateram pela libertação do povo, o camarada Edmundo Castro, que primeiro usou da palavra, acrescentou que a organiza-

ção operária da nossa ilha encontrava-se grandemente enfraquecida em virtude do isolamento geográfico que nos não permitiu uma eficaz aliança com as forças progressistas continentais e ainda pelo estreito «controle» fascista a que estava sujeita toda a actividade cultural e política madeirense. Prosseguindo e depois de fazer notar que a reacção madeirense nunca chegou a desarmar, nomeadamente porque o domínio do capital estrangeiro se manifesta fortemente e a maioria das autoridades administrativas continuam a

servir os interesses e privilégios da «direita» e nada fizeram até agora para assegurar a participação dos trabalhadores nas tarefas da democratização e do progresso social, o orador acrescentou que não obstante todas estas dificuldades o Partido tudo fará para defender os interesses das massas trabalhadoras, da classe operária e do povo madeirense.

Representando as mulheres comunistas, falou a seguir a camarada Paula Henriques, que focou o papel que lhes cabe, neste momento, na libertação de todas as nossas camaradas que ainda vivem no obscurantismo, herança deixada pelo antigo regime, pois as mulheres têm um vasto campo de acção à sua frente na luta sindical pela aplicação de salário igual para trabalho igual, pelo desaparecimento de certas pelas jurídicas que as colocam em plano de inferioridade ao nível familiar e, em outros campos da sua vida, pela criação de creches, jardins de infância, escolas, entre outros aspectos da sua vida de mulheres trabalhadoras.

O povo deve ter acesso ao ensino

Saudando a organização da UEC (União dos Estudantes Comunistas) do Funchal e todos os estudantes da Madeira, Joaquim Judas, da Comissão Central da UEC, afirmou que os estudantes comunistas defendem nas escolas os interesses da classe operária e a linha política do Partido Comunista Português.

Depois de referir toda a luta dos estudantes contra o regime fascista acrescentou: Hoje, quando o nosso povo aliado ao MFA venceu o fascismo e alcançou a liberdade, os estudantes querem um ensino novo, democrático, a que os filhos dos trabalhadores tenham acesso; um ensino virado para a construção de um Portugal democrático e progressista que forme os técnicos e os especialistas que o País e o nosso povo precisam para vencerem definitivamente a miséria e o atraso em que o fascismo e a exploração dos monopolistas e dos latifundiários os deixou. Esclareceu, por fim, que a reacção não aparece nas escolas com a mesma cara que aparece noutros locais, salientando sempre uma roupagem de escuridão que ainda consegue iludir alguns.

A reacção à solta na ilha da Madeira

O camarada Martins Coelho aproveitou a sua intervenção para esclarecer os presentes sobre alguns problemas graves que ainda sufoam a ilha. Depois de referir a campanha difamatória



Octávio Pato discursando no comício do nosso Partido realizado no Funchal

Saudando o início das sessões de esclarecimento do MFA na ilha da Madeira, as quais serão um passo importante para a penetração das ideias democráticas em populações intoxicadas por um anticomunismo primário, Martins Coelho denunciou alguns movimentos reaccionários como o RUMA (Movimento de Trabalhadores Rurais e Marinheiros) e o ELAM (Exército de Libertação do Arquipélago da Madeira) e o MAMA (Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas, também a actuar nos Açores) os quais advogam a independência do arquipélago com o objectivo de poderem continuar a explorar as massas trabalhadoras das ilhas.

O direito de aspirar a uma vida melhor

O povo da Madeira tem o direito a aspirar a uma vida melhor. E pode tê-la, se se unir na defesa dos seus interesses e aspirações, se as autoridades locais forem representativas, da confiança do povo e se tiverem o apoio do Governo central — declarou o camarada Octávio Pato, que antes frisara a necessidade de que a Madeira, vulgarmente conhecida por a Pérola do Atlântico, se torne efectivamente numa pérola para todos aqueles que aqui nasceram e aqui labutam, no meio de grandes dificuldades ou até mesmo na miséria.

Depois de recordar a importância das decisões aprovadas no VII Congresso do PCP, Octávio Pato fez notar que se a reacção perdeu o poder político continua a manter o poder económico, e trabalhar e lutar para que os reaccionários percam igualmente o poder económico é a opção capital e a mais imediata que se coloca a todo o nosso povo. E acrescentou:

Liquidar o poder dos monopolistas e dos latifundiários não significa libertar os trabalhadores da exploração capitalista mas representará, sem dúvida alguma, um grande passo em frente na revolução democrática e nacional, libertando os trabalhadores, assim como os pequenos e

médios agricultores, comerciantes e industriais do domínio conjugado do poder dos monopolistas dos latifundiários e do capital financeiro.

Os monopolistas e toda a reacção procuram agravar as dificuldades económicas em que o País se debate. Mas os grandes senhores da banca, os grandes capitalistas que durante dezenas de anos acumularam fortunas escandalosas à custa da miséria do povo português, e que agora procuram sabotar a economia do País tentando paralisá-la, lançando no desemprego milhares de trabalhadores e na ruína muitos pequenos agricultores industriais e comerciantes, todos esses senhores da banca e da finança acabam de receber um sério aviso com a prisão em Lisboa de vários grandes

COMÍCIO DA UEC

(Continuado da 1.ª pág)

que se encontra o ensino no nosso país, agravada pelos conflitos criados por grupos de esquerdistas e reaccionários. Zita Seabra salientou que «não pode permitir-se que o ensino e nomeadamente a Universidade, que custa milhares e milhares de contos ao País que saem dos bolsos do povo trabalhador, seja gasto para que uns grupos pseudo-revolucionários se entretêm a brincar à «revolução». Não pode permitir-se que grupos minoritários de parasitas andem nas Universidades a servir a contra-revolução, tirando o lugar a milhares de jovens operários e camponeses que lá não estão por falta de recursos».

E prosseguiu, definindo claramente a posição da UEC: «A União dos Estudantes Comunistas defende intransigentemente que a Universidade deve ser unicamente para aqueles que querem trabalhar, estudar e reconstruir totalmente o ensino. Aquelles que quando ouvem falar em que os estudantes, como privilegiados que o são, devem contribuir para a construção de um país novo, devem ajudar a suprir carências do nosso povo, devem dar um pouco do seu tempo a trabalhar como trabalha a classe operária, dizem logo: «fogo sobre os trabalhos forçados». Que vão fazer fogo para casa».

Unidade, caminho da vitória. Enthusiasticamente aplaudida, a oradora terminou a

sua intervenção com palavras de confiança: «Uma fronteira se define entre as diferentes concepções políticas. As que estão viradas para diante e apoiam as forças mais progressistas da nossa sociedade e os que continuam amarrados ao passado, os que pensam e actuam agora como pensavam e actuavam há um ano atrás».

«Nós, na UEC, não temos dúvidas. Os estudantes uniram-se à classe operária, estarão com as massas populares no caminho da liberdade e da construção de um novo Portugal».

Depois da intervenção de António Manuel de Sousa, da Phillips, que reafirmou o apoio dos trabalhadores à justa luta dos estudantes comunistas, usou a palavra Ivo Trana, que saudou a UEC, a juventude e os trabalhadores portugueses em nome da FMJD.

O orador seguinte foi Joaquim Oliveira, estudante de medicina, que se referiu à formação de brigadas de trabalho nas escolas como uma «revolução».

Intervieram ainda César Rogadas e Manuel Gusmão. Frequentemente interrompido por vibrantes aplausos, encerrou o comício o camarada Alvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutro local.

No fim do comício a assembleia entou, de pé, o Hino Nacional, a «Internacional» e o «Avante! Camaradas».

OS ESTUDANTES COMUNISTAS NA VANGUARDA DA LUTA POR UM ENSINO POPULAR

A greve geral decretada por certa de 500 estudantes constituiu um malogro completo, como seria de esperar de uma decisão tomada por uma minoria em nome de uma população estudantil que ronda os cinquenta mil. Aliás, esta falta de representatividade ficou bem expressa em diversas reuniões gerais de alunos e no comício da UEC efectuado no Pavilhão dos Desportos.

Assim, no princípio desta semana, data para que fora marcada a interrupção das aulas, a vida era normal em quase todos os estabelecimentos escolares onde há aulas. No Instituto Superior Técnico um cartaz manifestava mesmo a discordância dos estudantes quanto ao decreto de greve. E várias foram as associações de estudantes que o repudiaram.

Ainda sobre este assunto, o Ministério da Educação e Cultura emitiu um comunicado em que se afirma não poder aceitar «que grupos minoritários visem, no sector do ensino, perturbar a normalidade da vida social e o processo democrático em que estão empenhados o Governo, as forças democráticas e o MFA», e, depois de acrescentar que no ensino secundário «a maior parte dos alunos, dos professores, dos encarregados de educação deseja o normal funcionamento da vida escolar», o comunicado do Ministério adianta:

«Cumpra que todos cooperem activamente no sentido de a sua vontade prevalecer sobre a daqueles para quem as escolas não são o lugar de estudo e trabalho que o País e o Povo Português têm o direito de exigir que sejam».

Perante este panorama, a UEC por várias vezes manifestou o desejo que a vida

nas escolas se processasse de acordo com o esquema democrático em que todos se-

jam ouvidos como aliás ficou expresso no comício que levou a efeito.

TIPÓGRAFOS COMUNISTAS DE ÁGUEDA DENUNCIAM MANOBRAS REACCIONÁRIAS DO PATRONATO FASCISTA

O secretariado das células do nosso Partido das empresas Tipografia Águeda, Gráfica Ideal e Gráfica, num comunicado, denunciaram firmemente as manobras reaccionárias do patronato fascista, que culminaram com o despedimento de vários companheiros, levados a cabo pela empresa Gráfica Ideal.

Assim, «com falsas alegações de que não precisamos de pessoal (para no imediato fazer novas admissões), o patronato reaccionário procura criar um clima de insatisfação que lhes facilite provocar nos trabalhadores a má vontade e a desconfiança em relação ao processo democrático iniciado em 25 de Abril, pela acção do Movimento das Forças Armadas. Tentam e tentarão sobretudo, por este meio, lançar-nos contra o Governo Provisório no intuito de provocar a instabilidade política e facilitar o regresso de um regime fascista, de um regime que lhes possibilita a continuidade de uma exploração desenfreada».

E a prosseguir: Para combater a todo o tipo de manobras reaccionárias, é essencial o reforço da unidade e da acção dos trabalhadores como base fundamental para assegurarmos a vitória final, a vitória que virá por fim à exploração capitalista. Denunciamos as manobras reaccio-

nárias do patronato fascista da Gráfica Ideal. Tomemos uma atitude de firme solidariedade e unidade face aos despedimentos ou às ameaças de despedimento. Reforcemos a nossa luta nas empresas com a acção do Sindicato, da Intersindical, do Ministério do Trabalho e do Movimento das Forças Armadas. Não aos despedimentos! Pelo direito ao trabalho! Abaixo a exploração capitalista! Reforcemos a nossa organização para combater firme e eficaz a todas as manobras do patronato fascista! Avante trabalhadores, contra os despedimentos! Viva a unidade dos trabalhadores.

Depois de recordar a importância das decisões aprovadas no VII Congresso do PCP, Octávio Pato fez notar que se a reacção perdeu o poder político continua a manter o poder económico, e trabalhar e lutar para que os reaccionários percam igualmente o poder económico é a opção capital e a mais imediata que se coloca a todo o nosso povo. E acrescentou:

Liquidar o poder dos monopolistas e dos latifundiários não significa libertar os trabalhadores da exploração capitalista mas representará, sem dúvida alguma, um grande passo em frente na revolução democrática e nacional, libertando os trabalhadores, assim como os pequenos e



Conceição Pereira Carlos

celhais (Marinha Grande, Cartaxo, Samora Correia, Couço, Chamusca, Santarém, Trancão, Torres Novas e Foros da Branca) davam um colorido alegre e de vida ao ambiente.

A banda da Filarmónica Alpiarcense 1.ª de Dezembro, que esteve presente, iniciou o comício tocando o «Avante! Camaradas» e que todos os presentes entoaram. Seguiram-se as intervenções de vários camaradas, cujas passagens mais significativas transcrevemos.


Usou em primeiro lugar da palavra a camarada Conceição Pereira Carlos, operária agrícola, da comissão concelhia de Alpiarça, que frisou: «Camaradas: sendo nós, mulheres, desde sempre, a parte mais explorada dos trabalhadores, porque não devemos ter o direito de lutar e termos uma tarefa em defesa de melhores condições de vida? E depois de denunciar os boatos e as calúnias que a reacção lança sobre o PCP, exortou as suas companheiras, afirmando: Avante com as nossas tarefas, pois o nosso direito e dever de lutar é igual ao dos homens».

O PCP deve muito aos trabalhadores de Alpiarça

Depois de Mário Piscallo, jovem operário metalúrgico e membro da comissão concelhia, que referiu a importância de ter sido reconhecido o direito de voto aos 18 anos e que Portugal é um dos poucos países da Europa Ocidental em que esse direito é reconhecido, pois todos os governos do grande capital tentam por todos os meios ao seu alcance retardar o mais possível a concessão deste direito porque sabem que o seu poder pode ser abalado com a entrada dos jovens na cena política, recordando que cabe aos jovens mais conscientes ajudar a fazer a modificação da sociedade em que vivemos, usou da palavra Carlos Pinhão, da DOROR, afirmando na sua intervenção:

Que Alpiarça é desde há muito um baluarte do Partido Comunista Português é de todos sabido, como sabido é a ajuda que o povo desta terra sempre deu à luta antifascista. Alpiarça foi uma das terras mártires da repressão fascista.

No entanto, o povo de Al-




Por que lutam os Comunistas

CADERNOS

2

edições

PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!»



A VOZ DO PCP

Todas as 2.ª-feiras
às 22 horas
no Rádio Clube Português
O PCP FALA PARA TI

Novos livros Estampa

ANTOLOGIA FILOSÓFICA

Karl Marx — Friedrich Engels

Colecção Clássicos do Bolso, n.º 21/22

Preço 50\$00

ANTICOMUNISMO E COEXISTÊNCIA

A. Boutenko

Colecção Cadernos Políticos, n.º 1

Preço 30\$00

O ABC DA POLÍTICA

Cadernos Políticos, n.º 2

Preço 40\$00

DICIONÁRIO DAS IDEIAS FEITAS

G. Flaubert

Colecção Livro B, n.º 24

Preço 50\$00

PARA UM DOSSIER GULBENKIAN

Mário Vieira de Carvalho

Colecção Polémica, n.º 11

Preço 50\$00

EDITORIAL ESTAMPA

Rua da Escola do Exército, 9, r/c, dto

telefone 555667 Lisboa 1

NOVIDADE

POEMAS DE ABRIL

de SIDÓNIO MURALHA

com prefácio de Alexandre Cabral

PRELO EDITORA

R. da Misericórdia, 67, 2.ª-Esq. LISBOA

esc. 50\$00

A LUTA ANTIMONOPOLISTA, A UNIDADE, A

Álvaro Cunhal em Alpiarça



- A tarefa fundamental nas eleições para a Assembleia Constituinte é assegurar a vitória eleitoral às forças da democracia de forma a que as liberdades fiquem definitivamente consolidadas
- O PCP apoia firmemente, dentro e fora do Governo, muitas propostas feitas pelos agricultores nas suas assembleias e exposições
- Enquanto permanecer a actual estrutura agrária, não poderá realizar-se o progresso da agricultura
- A ALA não é uma organização que pode garantir a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores
- É imperioso o reforço da aliança do proletariado com o campesinato

Camaradas:
Agradeço-vos, reconhecido o convite para visitar Alpiarça e participar neste comício.

Na história da luta do povo português contra a ditadura fascista, Alpiarça é um nome que brilha pelas lutas dos operários agrícolas, pelas grandes manifestações de protesto contra a ditadura, pela vitalidade das actividades democráticas, pela influência e papel determinante do partido da classe operária — o Partido Comunista Português.

O nome de Alpiarça tornou-se conhecido como o de uma das fortalezas da luta popular, erguidas, invencíveis e confiantes, no Portugal abafado, oprimido e espezinhado pela odiada ditadura fascista.

É por isso para mim uma grande honra estar hoje aqui convosco e permiti que transmita à Comissão Concelhia e ao povo de Alpiarça as saudações calorosas e fraternais do Comité Central do Partido Comunista Português.

Permiti também que, por intermédio de vós, participantes neste comício, saúde os trabalhadores e os democratas de todo o Ribatejo, que sempre se distinguiram pela sua forte consciência de classe, a sua combatividade e o seu espírito antifascista.

Consolidar as liberdades democráticas

Os trabalhadores e os democratas de Alpiarça, assim como os de todo o Ribatejo, conhecem, pela sua própria experiência do tempo do fascismo, o que significavam a inexistência de liberdades e a repressão, o que significavam a PIDE, as prisões, os maus tratos, as torturas, as pesadas condenações, os assassinatos.

Pelo que viveram e sofriam no tempo do fascismo, os trabalhadores e os democratas desta região sabem apreciar o valor da liberdade, a grande e histórica conquista do 25 de Abril.

Por isso, tal como no 28 de Setembro, o povo de Alpiarça, como o povo de outras localidades do Ribatejo, se levantou e nas barreiras cortou o caminho à reacção que anunciara querer marchar sobre Lisboa —, se de novo surgisse um grave perigo contra-revolucionário, de novo o povo de Alpiarça, os trabalhadores e o povo do Ribatejo, tendo na sua vanguarda o Partido Comunista Português e cooperando com as forças armadas, se levantariam em defesa da liberdade e de novo cortariam o passo à reacção.

Há quem queira fazer esquecer o que foi o fascismo e quem queira diminuir o apreço do povo pela liberdade alcançada.

Nós, comunistas, e connosco a classe operária, os trabalhadores, a juventude, temos razões particulares para darmos o devido valor e defendermos firmemente a liberdade, porque ninguém mais do que nós foi privado da liberdade no tempo do fascismo, e ninguém mais do que nós lutou por ela.

É natural que outros não sintam este problema com a mesma intensidade, porque no tempo do fascismo a repressão não era para eles e se amanhã, para nossa infelicidade, voltasse uma ditadura fascista, alguns democratas de fresca data não sofreriam, como certamente sofreriam os comunistas (e não só os comunistas como os militares e outros democratas), o banho de sangue que a contra-revolução prepararia.

O PCP continua a considerar como tarefa prioritária a consolidação das liberdades alcançadas de forma a pôr o povo português ao abrigo de qualquer tentativa contra-revolucionária.

A vigilância das massas não deve abrandar. E o aparelho do Estado democrático tem de consolidar-se de forma a tornar-se uma garantia definitiva da defesa da democracia.

Considera como factores da mais alta importância para o reforço do Estado democrático as medidas organizativas do MFA após o 28 de Setembro, medidas essas que confirmam o MFA como garante da situação democrática.

O reforço do MFA é um aspecto decisivo do reforço do Estado democrático. Mas só por si não resolve todos os problemas. É necessário apressar a reorganização das forças militarizadas. É necessário levar a cabo o saneamento onde ainda não se realizou. É necessário tornar mais operativa a vigilância e a investigação das conspirações reacţionárias. É necessário transformar profundamente a máquina burocrática ainda infestada de inimigos da democracia, de elementos ociosos e parasitários, gente que entrava de forma activa ou passiva a acção governativa, isto para não falar já de fascistas saneados, que, com férias permanentes em suas casas, continuam a receber altíssimos vencimentos e até talvez o 13.º mês, num momento em que aproximando-se o Natal, numerosas empresas têm salários em atraso e se recusam a pagar os subsídios e gratificações habituais.

O saneamento físico tem de ser acompanhado do saneamento moral. Não basta o afastamento dos elementos fascistas. É indispensável uma mudança profunda nas concepções e nos hábitos do aparelho do Estado, que se tem de tornar um poderoso instrumento de acção, não contra o povo, como era no tempo do fascismo, mas para servir o povo no Portugal democrático que queremos construir.

A tarefa fundamental nas eleições para a Assembleia Constituinte é assegurar a vitória eleitoral às forças da democracia, de forma a que as liberdades fiquem definitivamente consolidadas e possa construir-se uma nova sociedade democrática.

O PCP luta firme e consequentemente para que, no Portugal democrático de amanhã, o povo goze das mais amplas liberdades, para que sejam reconhecidas as mais amplas liberdades a todos os que queiram respeitá-las e defendê-las.

É porém menos certo que se alguns (que, num eleitoralismo prematuro, procuram apresentar os comunistas como um perigo para a liberdade), se esses alguns se vissem um dia com mais poder do que têm, reconhecessem e garantissem da mesma forma o pleno exercício da liberdade aos comunistas.

Pela propaganda anticomunista, pelas discriminações contra elementos do PCP que fazem em diversos níveis, pelas alianças que aqui e além realizam com reacţionários e provocadores contra os comunistas, não confirmam hoje nos actos a sua pretensão de campeões da liberdade para amanhã.

A realidade é que, no Portugal actual, das formações políticas existentes, o Partido Comunista Português se afirma (e confirma a

sua afirmação política na sua actividade prática diária) como o mais intransigente defensor das liberdades para hoje e para amanhã.

A situação dos operários rurais

Os operários agrícolas defrontam salários insuficientes e desemprego. Surgiu também recentemente, para os operários agrícolas de Alpiarça, um novo problema relacionado com o horário de trabalho.

Como se sabe, há grandes diferenças regionais nos horários de trabalho. Por isso, não é possível nem justo de um momento para o outro uniformizar os horários em grandes regiões. Dadas as grandes diferenças regionais, o que é bom para uns pode ser mau para outros.

Há situações criadas e há vantagens que os trabalhadores de certas localidades e regiões alcançaram através da sua luta e que muito justamente não estão dispostos a perder.

O Partido Comunista está firmemente ao lado dos operários agrícolas de Alpiarça na defesa do seu horário de trabalho que alcançaram através da luta de muitos anos. E se se aumenta o horário, então tem de haver garantia contra o desemprego, isto é, têm de ser tomadas medidas para assegurar trabalho na época em que escasseia.

As searas de melão asseguram em parte a solução deste problema, mas não resolvem tudo.

São necessárias outras medidas e algumas são fáceis e urgentes. Estamos inteiramente do lado dos trabalhadores de Alpiarça na sua reivindicação de que o Monchão do Inglês seja entregue aos camponeses, e podeis contar com o nosso apoio para que seja aprovada e satisfeita o mais prontamente possível.

Os operários rurais do Ribatejo são uma grande força da liberdade, da democracia e do progresso social. São uma força revolucionária que, organizada em volta do seu Partido de classe, o Partido Comunista Português, está dando e está chamada a dar no futuro uma contribuição do mais alto valor para a construção da nova sociedade democrática, no caminho para o socialismo e o comunismo.

A lei do arrendamento rural

feitas pelos agricultores nas suas assembleias e exposições. Designadamente:

— A obrigatoriedade de escritura e a facilidade de pagamento da renda em dinheiro deve ser extensiva a explorações com menos de 5 hectares.

— Que as rendas devem ser congeladas e devem ser finalmente interditas as expulsões de rendeiros.

— Que os prazos de arrendamento devem ser renováveis indefinidamente.

— Que aos rendeiros deve ser reconhecido o direito de ceder a posição de rendeiro à cooperativa agrícola a que pertencem ou venham a pertencer.

— Que o subarrendamento deve ser proibido como regra geral, para que não suceda, como sucede com os meloeiros desta região, que capitalistas arrendem à Companhia das Lezírias por 5/6 contos para depois subalugarem aos meloeiros por 10 ou 12. Intermediários deste tipo não são necessários para nada e é tempo de acabar com estas formas de especulação e parasitismo.

Lutamos e lutaremos para que as parcerias se convertam em que estas justas reclamações dos rendeiros sejam inteiramente satisfeitas.

Lutamos e lutaremos para que as parcerias se convertam em arrendamento sempre que os parceiros o desejem.

Lutaremos também para que sejam de uma vez para sempre abolidos os foros, vestígio da servidão e regime indigno de uma sociedade moderna, de forma a que aqueles que ao longo dos anos com o suor de pais e filhos, desbravaram, cultivaram, transformaram matos e charnecas em terra fértil, fiquem definitivamente ao abrigo de serem expulsos e passem a ser os seus únicos e legítimos proprietários.

A reforma agrária

rias da Carochinha. Mas, já que a questão é posta a sério, a sério temos de responder.

E respondemos que, se os comunistas tomassem conta do Poder, ou, se se quiser, se os comunistas decidissem dos destinos do País, não só não tirariam um metro que fosse de terra aos camponeses, como lhes entregariam mais terras do que aquelas que hoje possuem.

Há quem não acredite e pergunte onde iriam os comunistas buscar essa terra para entregar aos camponeses.

A resposta é também simples: através de uma reforma agrária,

iriam buscá-la onde estivesse inculta, ou iriam buscá-la aos grandes latifúndios que, propriedades de uma só família, abarcam mais terra que aquela de que dispõem muitos milhares de pequenos e médios agricultores.

Em todo o distrito de Santarém, existem cerca de 60 000 explorações agrícolas, mas, enquanto as 35 000 mais pequenas exploram, de menos de 1 hectare, ocupam apenas cerca de 16 mil hectares, as 500 maiores explorações cupam 160 mil hectares, isto é, dez vezes mais terra que as 35 000 mais pequenas. Poderá admitir-se que apenas meio milhão de grandes proprietários tenham 10 vezes mais terra do que os 35 000 mais pequenos? Nós dizemos: Não! É necessário e urgente que esta situação se modifique.

O progresso da agricultura, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores do campo e o progresso geral do processo revolucionário exigem que seja realizada a Reforma Agrária e que a terra dos latifúndios seja entregue àqueles que nela trabalham.

Isto parece ser muito no vago, mas, se ao povo de Alpiarça falamos por exemplo da Gouxia e Atela; no Vale da Lama da Atela e da Quinta da Logalva de Cima, eles certamente entendem o que queremos dizer com isto.

E o mesmo entenderá cada qual em relação às respectivas regiões.

Enquanto permanecer a actual estrutura agrária, não poderá realizar-se o progresso da agricultura indispensável ao desenvolvimento da economia nacional e ao melhoramento das condições de vida do povo português e, em primeiro lugar, da população trabalhadora dos campos.

Não poderá haver grande progresso agrícola enquanto a agricultura portuguesa estiver dominada por um pequeno número de famílias que têm nas suas mãos a maior parte das terras, enquanto meio milhão de trabalhadores do campo não têm um palmo de seu e outro meio milhão de pequenos agricultores, nas suas pequenas courelas, muitas vezes divididas em parcelas separadas, sufocam por escassez de terra, por falta de recursos, por falta de crédito, por falta de boas sementes, por falta de adubos, e ainda pelos impostos que num Portugal democrático têm de ser agravados para os ricos e aligeirados para os pobres.

A reforma agrária acabará por impor-se, em breve espaço de tempo, à opinião democrática mais esclarecida, como solução indispensável para o desenvolvimento da agricultura, para o progresso social do País, para o melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras dos campos.

Diz-se que uma tal reforma não poderá ter lugar antes que as próximas eleições indiquem a vontade do nosso povo. Pensamos que isso não seria indispensável. Mas, se, assim se considera, então lutaremos para que, votando em nós comunistas, o povo português vote por transformações radicais da situação nos campos, vote pela Reforma Agrária indicada pelo Partido.

Contra a sabotagem económica

crática e sabotem a economia portuguesa, procurando criar uma grave crise económica e um ambiente propício à contra-revolução.

O tempo acabou em que os monopólios e os grandes senhores da terra tinham um governo, uma Assembleia Nacional, uma Câmara Corporativa, uma PIDE, tinham as armas, os tribunais e as cadeias para cobrirem, protegerem e imporem a sua ignóbil exploração do povo trabalhador, para cobrirem, protegerem e imporem toda a espécie de traficâncias e ilegalidades em que assentava a rápida multiplicação dos seus capitais.

Esse tempo acabou.

E as recentes prisões dos grandes especuladores do BIP e da Torralta, recebidas com entusiasmo pelo povo português, devem ser entendidas como um sério aviso para aqueles que, sabotando a economia, pretendem criar dificuldades invencíveis à nossa jovem democracia em construção.

Não são porém só certos grupos monopolistas que procuram sabotar a economia. O mesmo têm feito e estão fazendo certos grandes agrários, que se julgam ainda reis e senhores de Portugal. Eles recusam-se a fazer a colheita de produtos. Fazem entrar o gado em searas. Destroem cereal, tomate, azeitonas. Mantêm cada os contratos colectivos de trabalho no dia seguinte a terem-no assinado, despedem trabalhadores, semelam o desemprego e a fome.

Trata-se de verdadeiros crimes contra o povo trabalhador e contra o nosso país, que importa milhões de contos de cereais, de carne, de laticínios que, em grande parte, se poderiam produzir em Portugal e que se produzirão no dia em que os destinos da agricultura estiverem entregues, não a umas escassas centenas de grandes agrários e grandes capitalistas, mas aos assalariados rurais e aos pequenos e médios agricultores, apoiados e defendidos pelo Estado democrático.

Tal como aos homens do BIP e da Torralta, impõe-se tomar

Álvaro Cunhal no comício da UEC

- Tem havido demasiadas condescendências e tolerâncias e é tempo de dar a resposta pronta e severa que a provocação e a desordem reacţionária há muito exigem
- Na situação política democrática, a frequência das Universidades e das escolas em geral legitimam-se pelo aproveitamento do estudo
- Aprovamos a ideia de um Serviço Cívico estudantil que apareça, pelo menos no início dos cursos, como pedra de toque de mérito para frequência das Universidades
- No Portugal fascista, levantar o povo contra o governo era uma forma de luta revolucionária. No Portugal democrático de hoje, levantar o povo contra o Governo é uma actividade de essência contra-revolucionária

Camaradas:
Nos sete meses decorridos desde o 25 de Abril, a União dos Estudantes Comunistas deu uma contribuição positiva e valiosa para a aceleração do processo revolucionário. Pela sua actividade e pela sua coragem, transmitiu à Comissão Central e a todos os militantes da UEC as fraternais saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

Causas de fundo e causas subjectivas

que estão ainda em estudo mas que, de qualquer forma, impedirão

severas medidas contra aqueles que, com fins contra-revolucionários, sabotam nos campos a economia nacional, impedem de o fazerem, entregar aos camponeses as terras que não cultivam, e, pelos seus crimes contra a economia nacional, dar-lhes o destino que foi dado aos sujeitos do BIP e da Torralta.

Sindicatos e Ligas Camponeses

para fazê-lo com eficiência, têm de estar organizados.

Os assalariados rurais podem organizar-se em sindicatos agrícolas, que já hoje desempenham importante papel na defesa dos seus interesses de classe.

Quanto aos pequenos e médios agricultores, se é correcta a informação que possuo, aqui em Alpiarça, como noutros lugares do distrito, muitos pequenos e médios agricultores estão organizados na ALA, fazendo mesmo parte dos seus corpos gerentes.

Segundo parece, nesta região, a ALA apresenta-se em palavras muito democrática e progressista. Mas é necessário não deixar criar ilusões. A ALA é dirigida pelos grandes proprietários agrícolas, pelos grandes latifundistas reacţionários, que querem servir-se de pequenos e médios agricultores para, no jogo dos contratos colectivos, serem um tampo entre os operários rurais e os grandes agrários. Mas não só isso. Os factos mostram que a ALA, pelo menos em certa altura, se meteu nas conspirações contra-revolucionárias.

Quando da operação da «maioria silenciosa», a ALA chegou a projectar e a anunciar a convergência sobre Lisboa de tractores para participarem na manifestação. E não foi por acaso que na barreira da ponte sobre o Tejo, um automobilista que fugiu ao «contrôle» e foi alvejado e abatido por soldados da barreira, era nem mais nem menos que um dos principais dirigentes da ALA.

A ALA não é pois a organização que pode garantir a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores.

A formação de ligas e associações de pequenos e médios produtores completamente independentes é o caminho justo para a defesa dos interesses da pequena e média lavoura, contra a exploração e a pressão dos agrários reacţionários, pelo desenvolvimento independente da agricultura e da economia portuguesa.

Unidade das forças populares e democráticas

rios industriais, dos empregados, dos artesãos, dos comerciantes, dos intelectuais, de todas as classes e camadas antimonopolistas, que estão interessados na construção de um Portugal democrático.

A unidade de todas estas forças sociais e a unidade das forças políticas que lhes correspondem é essencial para assegurar a vitória final da democracia no nosso país.

É imperioso manter e reforçar a unidade da classe operária, nas empresas e nos sindicatos, sendo de particular importância no momento, em que se discute a nova lei sindical, a defesa da unidade sindical.

O Partido Comunista Português não poupará esforços para que esta unidade e estas alianças se reforcem de forma a permitir resolver as dificuldades nos meses mais próximos, de forma a assegurar uma grande vitória das forças democráticas nas eleições e de forma a assegurar posteriormente a construção da nova sociedade portuguesa, segundo as aspirações e a vontade do próprio povo português.

É imperioso o reforço da aliança do proletariado com o campesinato.

É imperiosa a cooperação dos partidos democráticos na acção comum.

É imperioso o amplo desenvolvimento das iniciativas das massas populares participando de forma activa e criadora no processo democrático.

É finalmente imperioso, decisivo e determinante, o reforço da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas.

Viva o glorioso povo de Alpiarça!
Viva o povo trabalhadr do Ribatejo!
Viva o Partido Comunista Português!



AGRICULTURA, A UNIVERSIDADE E O PCP

pseudo-revolucionários são claras: paralisar as escolas e voltar as massas estudantis contra o Governo Provisório, contra o MFA, contra as forças democráticas; tornou a agitação na Universidade um novo ferro de lança da acção contra-revolucionária.

No nosso entender, tem havido demasiadas condescendências e tolerâncias e é tempo de dar a resposta pronta e severa que a provocação e a desordem reacçãoárias nas Universidades há muito exigem.

A UEC contra a reacção e as provocações

Nos acontecimentos recentes, de todas as organizações e correntes políticas existentes entre os estudantes, a UEC foi a única a manter-se numa firme posição de princípio, a apontar com verdade as reais dificuldades, a apoiar o processo democrático, o Governo Provisório e o MFA a fazer frente à ofensiva conjugada de reacçãoários, de esquerdistas, de oportunistas de todos os matizes, que, jogando na demagogia, se uniram numa santa aliança sem princípios, em que a mentira, a calúnia, a miséria moral, o ódio, os métodos antidemocráticos, a agressão física, mostraram bem o que é, o que vale e o que significa o anticomunismo.

Não deixaremos que se venha a esquecer que, nesta conjuntura, foram os comunistas (foi a UEC) os únicos que na Universidade tiveram a noção das responsabilidades e a coragem de erguer a bandeira da defesa do processo democrático em curso.

A provocação é por natureza covarde. Toda a gente sabe haver para aí pessoas que mostram mais coragem para interrogar, humilhar, maltratar jovens sequestrados à força, do que a coragem que mostraram noutras ocasiões e noutras circunstâncias em que por sua vez foram interrogados.

Tomar de assalto mesas de assembleias e microfones, não deixar falar os outros, procurar fechar as bocas com a violência e a desordem, vexar professores porque são professores, utilizar sem vergonha processos antidemocráticos, ter (como exemplo) por eleita a direcção de uma associação académica quando os votos obtidos foram 126 numa academia que tem 8000 estudantes —, são métodos que têm de ser combatidos até serem definitivamente banidos das escolas. E são-lo-ão.

A juventude rejeita tais processos, tais métodos e tais princípios e aprova os métodos democráticos, o respeito pelas opiniões, a disciplina democrática, que os comunistas defendem e praticam.

A construção, embora difícil e contraditória, do Portugal democrático, assim como a cooperação fraternal aos povos das antigas colónias portuguesas, exige e exigirá a formação de milhares de novos quadros, a formação de especialistas nos mais diversos domínios, mesmo em escolas cheias de insuficiências e defeitos, se pode adquirir uma formação profissional.

Contra a ociosidade e o parasitismo

Os filhos dos milionários, que brincam às revoluções, podem permitir-se andar nas escolas por pura distração. Mas para a grande massa dos estudantes a escola é o caminho para uma profissão a exercer e que permitirá ganhar a vida.

Na situação política democrática, a frequência das Universidades e das escolas em geral, legitimam-se pelo aproveitamento, pelo estudo.

As escolas custam ao Povo Português enormes meios financeiros. Não é de admitir que muitos milhares de jovens, filhos das classes trabalhadoras, queiram estudar e não possam, por falta de recursos e, ao mesmo tempo, existam numerosos estudantes que não queiram trabalhar nem estudar, que querem passar o ano a perturbar, desorganizar e paralisar a vida escolar, que querem passar o ano dando o permanente espectáculo da arruaça, dos golpes, da chantagem, das desordens, e ainda com a exigência de, no fim de tudo isso, obterem a passagem administrativa.

No novo Portugal democrático, não é de admitir que entre na escola quem pensa que na escola não interessa estudar. As escolas devem ser para aqueles que queiram estudar. Quem não quer estudar vá trabalhar para as oficinas, nos campos ou nos escritórios como fazem centenas de milhares de jovens.

Não se pode aceitar que o Povo Português, de cujo trabalho vêm afinal os recursos para pagar o funcionamento das escolas, esteja a alimentar a ociosidade e o parasitismo de pseudo-revolucionários que, nas escolas, nem estudam nem deixam estudar os outros.

O Serviço Cívico

Trata-se de uma medida contra crimes praticados, contra actos que caíram dentro da alçada da lei. Mas no tempo do fascismo, tais crimes, tais actos, teriam sido premiados pelo Tomaz com as comendas de mérito industrial, e agora levarão os seus autores (assim o esperamos) ao banco dos réus.

O reinado dos monopólios acabou e o nosso Partido, ombro com ombro com todas as forças antimonopolistas, tudo fará para que tenha acabado de vez.

A forma de ser revolucionário varia segundo as condições existentes. Um mesmo acto pode ser revolucionário ou contra-revolucionário segundo as circunstâncias históricas, as intenções e os objectivos com que é praticado.

No Portugal fascista, levantar o povo contra o governo era uma forma de luta revolucionária. No Portugal democrático de hoje, levantar o povo contra o Governo é uma actividade de essência contra-revolucionária.

Os que visam paralisar a vida escolar servem a reacção. E aqueles que, ao mesmo tempo que lutam pela Reforma do Ensino, lutam para que as escolas funcionem regularmente, aqueles que estudam tenazmente para aprender e poder melhor servir o povo e o País, mostram a sua consciência revolucionária.

Posições, atitudes e acções revolucionárias nada têm a ver com demagogia.

A demagogia aprova, incita e estimula os sentimentos mais primários, o egoísmo, o espírito de comodidade e de facilidade. A demagogia é a exploração mais indigna dos problemas e aspirações das massas.

Ante as dificuldades, é fácil dizer que tudo se pode resolver a contento de todos, que todas as aspirações podem ser imediatamente satisfeitas.

É mais difícil, mas a única atitude responsável, explicar a verdade, mesmo que desagradável, indicar as soluções correctas, mesmo que vão de momento contra esperanças de certa forma generalizadas.

É necessário ter força de convicção, firmeza, confiança, coragem, para remar por vezes contra a corrente e insistir sempre na verdade, no esclarecimento dos problemas, na indicação do justo caminho de luta.

Uma política justa nem sempre conduz ao sucesso imediato. Sucede mesmo, por vezes, que sujeita aqueles que a defendem a horas difíceis e perigosas. Mas uma política justa acaba sempre por ser confirmada pela vida, acaba por ser compreendida pelas massas e acaba por ser premiada com o sucesso.

Isso acontecerá também (estamos completamente seguros) com a orientação e a actividade da União dos Estudantes Comunistas. Viva a unidade de combate dos estudantes portugueses na construção do novo Portugal democrático!

Viva a União dos Estudantes Comunistas!

Viva o Partido Comunista Português!



Esta primeira medida é um sério aviso para todos.

Trata-se de uma medida contra crimes praticados, contra actos que caíram dentro da alçada da lei. Mas no tempo do fascismo, tais crimes, tais actos, teriam sido premiados pelo Tomaz com as comendas de mérito industrial, e agora levarão os seus autores (assim o esperamos) ao banco dos réus.

O reinado dos monopólios acabou e o nosso Partido, ombro com ombro com todas as forças antimonopolistas, tudo fará para que tenha acabado de vez.

A própria vida está mostrando e comprovando dia a dia que o prosseguimento do processo democrático esbarra com a resistência activa e passiva, política e económica, dos monopólios e latifundiários.

O prosseguimento do processo democrático exige que seja adoptada e aplicada com firmeza uma política antimonopolista e antilatifundista.

As leis do desenvolvimento do processo revolucionário tornam tal política uma necessidade objectiva.

A alternativa está posta e nela insistimos: para manter uma economia baseada no poder económico dos monopólios seria necessário a instauração de uma nova ditadura reacçãoária e terrorista.

Para assegurar o curso democrático será necessário controlar primeiro, conter e liquidar finalmente o poder económico dos monopólios.

Tem de sublinhar-se que nem um só dos grandes grupos do capital financeiro, isto é, da banca e da grande indústria, tomou posição cooperante com a nova situação democrática resultante do 25 de Abril. Todos eles se recusaram a aceitar as liberdades como um facto irreversível. Duma maneira ou doutra, directa ou indirectamente, todos ajudaram ou inspiraram conspirações tendentes à liquidação das liberdades e à instauração de uma nova ditadura.

Todos eles, pelos cortes de créditos e de encomendas, pela cessação de investimentos, pela exportação ilegal de divisas, pela redução da laboração de empresas, pelos despedimentos sem justa causa e por muitas variadas práticas ilegais lesivas da economia nacional, procuraram sabotar a economia, como procuram ainda hoje, criar dificuldades insuperáveis à nova situação democrática.

Os monopólios estavam de tal forma habituados a serem os senhores absolutos de Portugal que não acreditavam que o poder político lhes pudesse escapar.

Jogaram na esperança duma volta ao passado. Entraram no caminho da expectativa, da paralisação de negócios e da sabotagem económica. O resultado acabou por ser contrário ao que pretendiam. Querendo pela sabotagem enervar o processo revolucionário acabaram por o fortalecer.

O novo cenário que fizeram acerca da viabilidade da democracia em Portugal pode no fim de contas ser-lhes fatal. Se tivessem no 25 de Abril jogado na democracia poderiam talvez facilmente manter algumas das suas posições. Jogando contra a democracia correm a perdê-las. Alguns pretendem à pressa arrear caminho. Pode acontecer que seja demasiado tarde.

As medidas antimonopolistas não podem estar à espera de que sejam descobertos os grandes escândalos financeiros e os grandes crimes das empresas.

As medidas antimonopolistas impõem-se, não apenas como forma de luta contra abusos, ilegalidades, fraudes e burlas, mas como uma política económica de desenvolvimento independente da economia nacional, ao serviço da defesa dos interesses dos trabalhadores e de todo o Povo Português, ao serviço dos interesses da comunidade nacional.

Na banca também cada vez se põe com mais nitidez uma alternativa: ou o Estado consegue controlar eficazmente as actividades da banca privada de forma a pôr termo rápido às práticas lesivas da economia nacional, e a obrigar a banca a estimular em vez de reprimir as actividades económicas; ou então, se essas medidas não resultarem e se se quiser livrar a economia portuguesa de um gravíssimo colapso, não haverá outro caminho senão a nacionalização da banca privada.

No que respeita aos sectores da indústria de base alternativa semelhante se coloca.

O Estado tem já hoje um importante sector industrial. Tem posição dominante em muitas importantes empresas. Tem numerosas participações do capital de outras.

No tempo da ditadura fascista, quando o governo era um instrumento dos monopólios, estas posições do Estado existiam como forma de pôr os recursos da Nação ao serviço dos mesmos monopólios. Agora, com o Governo democrático, essas posições do Estado podem e devem servir como instrumentos duma política antimonopolista.

Um número muito elevado de empresas, algumas das quais de importância nos sectores respectivos, invocam graves dificuldades financeiras para justificarem atrasos consideráveis no pagamento de salários, recusa a pagarem o 13.º mês e as gratificações de Natal, para justificarem despedimentos, diminuição da laboração, ou mesmo encerramento de fábricas.

É necessário examinar atentamente a situação destas empresas e intervir para fazer cessar os prejuízos económicos e sociais da sua situação presente.

A primeira coisa a apurar é se as dificuldades serão tão grandes como dizem. Não se pode aceitar que a razão das dificuldades sejam (em todos os casos pelo menos) os aumentos dos preços das matérias-primas e os aumentos de salários, aliás em parte já anulados por aumentos de preços.

Não, em muitos casos pelo menos, tais explicações não são de aceitar.

Há muitas empresas, cuja invocada difícil situação resulta de manobras especulativas e fraudulentas das suas administrações. Há empresas que, em vez de aplicarem para as suas necessidades os recursos que obtêm por vendas ou créditos, desviam esses recursos para fins especulativos ou enviam-nos ilegalmente para o estrangeiro, onde ficam a bom recato.

Há empresas que compram no estrangeiro por 20, mas facturam por 10, que recebem, ao mesmo tempo que os outros 10, fraudulentamente, são depositados à ordem dos patrões em bancos estrangeiros.

Estas práticas criminosas, lesivas da economia nacional, em alguns casos autênticas sabotagens, devem ser descobertas, apuradas e severamente castigadas, fazendo-se o que se fez com o BIP e a Torralta.

Mas isso não basta. É necessário estudar o destino dessas empresas, assim como daquelas que, embora não tendo práticas irregulares, estão em dificuldades em virtude da incompetência, da excessiva ganância ou dos jogos especulativos das administrações.

É necessário estudar os seus problemas financeiros, a possibilidade de continuar a laborar para que não diminua a produção e para que não haja despedimentos.

Como é sabido, o Governo criou já por lei os mecanismos que

lhe permitem intervir na gestão das empresas nessas condições, controlar as suas actividades e eventualmente nacionalizá-las.

O problema necessita de um estudo rápido e aprofundado. Uma coisa porém é certa: na maior parte dessas empresas, não é o patronato, incompetente, corrompido ou sabotador, que poderá assegurar a sua regular actividade e a sua rentabilidade.

Para isso, será indispensável, por um lado a intervenção do Estado e, por outro lado, a intervenção dos trabalhadores no estudo do problema, da busca das soluções e ulteriormente na direcção e gestão das próprias empresas.

Eu creio, camaradas, que estamos todos de acordo — e desde o 25 de Abril isso tem sido bem mostrado — que ninguém mais do que os trabalhadores conhece a vida interna das empresas. Se os trabalhadores se reúnem, se trocam impressões sobre a vida da própria empresa, estão em condições de mostrar não apenas as falcatruas do patronato mas de verificar se

sim ou não essas empresas têm possibilidade de trabalhar de uma maneira rentável, ou seja de uma maneira que não cause prejuízo à empresa.

Sucede que muitas vezes hoje nós vemos empresários chegarem ao Governo ou ao Ministério do Trabalho, ou junto dos sindicatos que estão a trabalhar em contratos colectivos, dizendo: «Nós não temos possibilidades, estamos em falência». Mas vái-se ver, e muitas vezes os trabalhadores têm dado uma colaboração para isso, e essas empresas têm a possibilidade de viver, têm possibilidade de produzir, têm possibilidade de trabalhar sem prejuízo. Trata-se, segundo tudo indica, de uma grande manobra do patronato reacçãoário com vistas a criar dificuldades reais na economia nacional, a criar o descontentamento do povo contra o Governo que não resolve a sua situação económica, a levar a economia nacional a um verdadeiro colapso, a uma verdadeira crise onde a propaganda reacçãoária encontre terreno favorável para incitar seja a um golpe militar, seja a um golpe de Estado, seja a uma acção contra-revolucionária que então ponha um governo de direitos, um governo reacçãoário para xermetar as coisas na ordem».

Eu creio, camaradas, que vamos entrar numa fase em que a participação dos trabalhadores na decisão dos problemas das próprias empresas pode ser de capital importância. Quando empresas determinadas, que não estão falidas mas que o afirmam, vão ser sujeitas à tutela do Estado, não é o Governo só por si sem a participação dos trabalhadores, a sua participação interessada e a sua colaboração para o apuramento da situação nas empresas para buscarem as soluções e depois para a direcção e para a gestão — que pode assegurar o funcionamento dessas empresas hoje em crise, hoje com despedimentos, hoje com redução da laboração.

Isto para vos dizer que tudo indica que, se as forças que lutam pela democracia no nosso País, se as forças que lutam contra o poder dos monopólios, se essas forças conseguem continuar uma política antimonopolista, os trabalhadores, os operários, os empregados, têm junto com o Governo um papel determinante para resolver as questões dessas empresas, para assegurar o seu funcionamento, a sua rentabilidade em proveito do nosso País e da própria massa trabalhadora.

Camaradas: A vida política, económica e social nos dias de hoje é particularmente rica de acontecimentos.

A classe operária e as massas populares intervirão de forma crescente em toda a vida da Nação, em todo o processo democrático em curso.

Poderia ter abordado muitos outros problemas, mas julguei que aqui, terra industrial, onde a classe operária tem tantas tradições de luta e tão elevada consciência de classe, era o lugar apropriado para abordar um problema central do processo revolucionário, problema que ganha subitamente nova projecção nestes dias que vivemos, problema em cuja correcta solução a classe operária terá importante e indispensável papel a desempenhar.

O processo revolucionário não pode parar. Parar seria morrer. Se não segue adiante, entra na rotina, na degradação progressiva da situação política económica, abrindo fácil caminho à contra-revolução.

A política antimonopolista entrou com força na ordem do dia. Se, ao contrário do desejável, não forem tomadas sérias medidas antimonopolistas até às eleições, será necessário, que, pelo seu voto nas eleições, o Povo Português manifeste de forma indubitável a sua vontade pela abolição do poder económico dos monopólios e pela construção de uma economia independente ao serviço do povo e do País.

Eu creio, camaradas, que todos estaremos de acordo em afirmar que as batalhas que temos diante de nós é necessário que não percamos de vista que o inimigo tem ainda força — força política, força no aparelho de Estado, força económica. Nós, comunistas, temos a ideia de que somos combativos e temos uma grande parte do povo conosco. Mas pensamos que é bom que não nos subam à cabeça os nossos êxitos e as nossas vitórias. É necessário que pensemos que sozinhos não estamos em condições de transformar o nosso País no momento presente. É necessário reforçarmos por um lado a unidade da classe operária e termos em conta, uma vez que se está a discutir a nova lei sobre organização sindical, que a unidade da classe operária tem hoje como um dos aspectos fundamentais a unidade sindical. A unidade sindical, ou seja a existência de sindicatos únicos, não deixarmos dividir os sindicatos, mantermos se pudermos uma central sindical única. É necessário por outro lado reforçar a aliança do proletariado com o camponato — e chamo a atenção para Santa Iria, para aquilo que se passa em volta de Santa Iria, nos campos em volta de Santa Iria, chamando a atenção dos proletários de Santa Iria para ajudarem os camponeses a organizarem-se e a desenvolverem a sua acção revolucionária.

É necessário, fundamental, e decisivo no momento presente, reforçar as dificuldades que hoje temos. São conhecidas as dificuldades que temos com o Partido Socialista. Apesar dessas dificuldades, é necessário fazermos todo o esforço para que não se quebrem os laços, para que se encontrem formas de acção comum.

É necessário, e fundamental, e decisivo no momento presente reforçar a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, que é na verdade a garantia para nós de vencermos as batalhas que nos restam até às eleições, de vencermos as eleições — e quando digo nós não digo só os comunistas, digo as forças democráticas no seu conjunto — e depois estarmos em condições de construir o Portugal democrático decidido pelo nosso povo.

Eu quero, camaradas, dar um viva ao povo e aos trabalhadores de Santa Iria, à unidade da classe operária, à aliança da classe operária com o camponato, à unidade das forças democráticas, à aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas e ao Partido Comunista Português.

Viva o Partido Comunista Português!

Álvaro Cunhal em Santa Iria de Azóia

- No novo Portugal democrático a justiça tem de ser mais clemente para os delitos da miséria e implacavelmente rigorosa para os delitos das grandes fortunas
- Nem um só dos grandes grupos do capital financeiro, isto é, da banca e da grande indústria, tomou uma posição cooperante com a nova situação democrática resultante do 25 de Abril
- Há muitas empresas cuja invocada difícil situação resulta de manobras especulativas e fraudulentas das suas administrações
- Vamos entrar numa fase em que a participação dos trabalhadores na decisão dos problemas das próprias empresas pode ser de capital importância



Camaradas: O dia de hoje ficará como uma data histórica na vida da classe operária e da população trabalhadora de Santa Iria de Azóia.

Os comunistas, os operários, a população de Santa Iria — homens, mulheres, jovens — deram um exemplo notável de como o povo trabalhador pode (quando trabalha para si e para o interesse comum) resolver muitos dos seus problemas com o próprio esforço, a própria dedicação, o próprio trabalho.

Este exemplo não tem apenas o valor local. Tem um verdadeiro valor nacional e deve servir de estímulo e inspiração aos comunistas e aos trabalhadores de todo o nosso País.

É, pois, com profunda alegria que transmito à organização local do Partido, a todos os seus militantes, à classe operária e à população da vossa terra as calorosas felicitações e saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

Camaradas:

A semana que findou foi marcada por um acontecimento particularmente significativo do processo revolucionário em curso: grandes banqueiros e administradores de grandes empresas, representantes de grupos financeiros que movimentam milhões de contos, os homens do Banco Intercontinental Português e da Torralta, alguns deles grandes figuras do regime fascista, foram acusados de delitos de sabotagem contra a economia nacional, capturados e metidos na prisão.

O reinado dos monopólios acabou

• O déficit das Contas Gerais do Estado em 1973 foi de 2.470.000 contos.

• Francisco da Silveira Pinto, ex-legionário e homem de confiança de Henrique Tenreiro, foi acusado pela Secretaria de Estado das Pescas de um «desvio» de fundos de 1930 contos. Era, antes do 25 de Abril, administrador da empresa que editava a «Epoca» e da Gelmar, director do «Diário de Luanda» e da empresa gráfica Orbis.

• O embaixador italiano Girolamo Messeri não reassumirá as suas funções em Lisboa. Pediu exoneração. Messeri apoiou sempre o fascismo e o colonialismo, e a sua intervenção em Roma a favor do regime deposto em 25 de Abril deu origem a um escândalo que provocou debates no Senado Italiano.

• O ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, recebeu uma delegação de emigrantes do Canadá que lhe entregou 181 contos, obtidos durante uma campanha de apoio ao MFA e ao Governo Provisório realizada entre trabalhadores portugueses residentes naquele país.

• O Estado emitirá em 1975 obrigações do Tesouro no valor aproximado de três milhões de contos. O juro será de 10 por cento.

• O seguro contra acidentes de trabalho vai ser reestruturado de forma a ser integrado no sistema de Segurança Social.

• O presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhães, autarquia ainda não saneada, atingiu com um tiro de arma caçadeira um estudante de 16 anos quando esse jovem colava cartazes relativos ao comício do MDP no Pavilhão dos Desportos do Porto.

• Os mercados municipais de Lisboa permanecerão fechados nos dias de Natal e Ano Novo.

• O presidente Mobutu, do Zaire, fez-se representar no Congresso do Partido Socialista por Nguza Karl Bond, membro destacado do Partido Popular da Revolução, isto é o partido oficial daquele país africano.

• O Governo Provisório decidiu reconhecer a República Popular do Bangla Desh e estabelecer relações de amizade com o Governo e o povo daquela nação asiática.

• A descolonização atingiu o desporto angolano. O Benfica do Lubango e o Futebol Clube de Luanda deixaram de ser filiais do Benfica e do Futebol Clube do Porto.

• Contrariamente ao que fora anunciado, os trabalhadores portugueses residentes na Suíça continuam a precisar de vistos consulares.

• Foi reduzido para três anos o tempo normal de serviço das praças incorporadas na Armada.

• O MPLA, num comunicado distribuído em Luanda, anunciou a expulsão de Daniel Chipenda do Movimento, acusando-o de estar implicado em tentativas de assassinato do camarada Agostinho Neto. O comunicado condena a abertura na capital angolana de uma delegação do grupo de Chipenda, definindo a iniciativa como uma «pretensão fraudulenta».

• Sessenta emigrantes portugueses refugiaram-se numa igreja de Gijón, em Espanha, depois de terem sido expulsos do bairro de lata onde viviam, após um mandato de despejo da justiça espanhola.

• O director-geral da Cultura Popular e Espectáculos seguiu para Moscovo a fim de efectuar conversações sobre o intercâmbio cultural entre Portugal e a União Soviética.

• O camarada Samora Machel, presidente da Frelimo, esteve na Roménia e na Bulgária em visitas de amizade. Na Bulgária, foi recebido pelo presidente do Conselho de Estado e primeiro-secretário do Partido Comunista Búlgaro, camarada Jivkov. Foi assinado um acordo de cooperação entre o PCB e a Frelimo para o período 1975-76.

• Nos dias 21 do corrente e 4, 18 e 25 de Janeiro e 22 de Fevereiro haverá voos especiais para os trabalhadores portugueses e seus familiares residentes na República Federal da Alemanha.

• O «Tradu», órgão dos sindicatos soviéticos, publicou um artigo de Vladimir Bogatkov no qual o secretário do Conselho Central dos Sindicatos da URSS narra as impressões da sua visita a Portugal, fazendo as mais elogiosas referências à classe operária portuguesa.

• Foram suspensos preventivamente mais sete funcionários ligados à Direcção-Geral de Viação do Porto e Coimbra, em consequência de irregularidades que teriam cometido.

• O Governo atribuiu um subsídio de 1500 contos à Câmara Municipal de Oeiras para que possa fazer face a encargos resultantes da necessidade de alojar dignamente as vítimas do incêndio do bairro de barracas da Falagueira.

• O Serviço de Informação Pública das Forças Armadas esclareceu que, contrariamente ao que fora noticiado por certos jornais, «não se prevê ainda qualquer alteração à situação de Elmano Alves, Franco Nogueira e David Reis e Sousa» que continuam detidos.

• Por se ter provado que eram informadores da extinta PIDE/DGS foram demitidos sete funcionários da Universidade de Coimbra: Aníbal Cardoso, Manuel Seo Marques, António Salgado Alves, Manuel Pinto Batista, Augusto Rodrigues, João Custódio dos Santos e Eduardo dos Santos Duarte.

• A comissão promotora do encontro dos antigos militantes do Movimento da Unidade Democrática Juvenil organizará em breve um comício para o qual convida todos os elementos que estiveram ligados ao MUD Juvenil.

• Os oficiais, sargentos e praças do recrutamento dos três ramos das Forças Armadas, colocados ou a colocar em Moçambique, preenchem as vagas dos respectivos quadros metropolitanos, segundo um decreto publicado no «Diário do Governo».

• O comandante Pedro Pires, membro do Comité Executivo de Luta do PAIGC, foi recebido em S. Bento pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. A sua vinda a Portugal está relacionada com o processo de descolonização de Cabo Verde.

• O Presidente da República, general Costa Gomes, dirigirá uma alocução ao País, no dia 25, pela Rádio e Televisão.

• «A força mais poderosa que ataca a independência de Angola é, todavia, o capitalismo internacional», declarou, numa entrevista à agência ADN, o almirante Rosa Coutinho, alto-comissário português em Angola.

• O camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA, tornou-se membro do Conselho Assessor do Instituto do Terceiro Mundo, com sede na Universidade de Buenos Aires.

• Mediante aval da Comissão de Apoio às pequenas e médias empresas, estas poderão obter créditos até 1500 contos por operação, segundo despacho conjunto dos ministros da Economia e das Finanças.

• As aulas no Liceu de Beja foram suspensas por tempo indeterminado.

• Encontrar-se em curso um Inquérito ao Instituto de Reorganização Agrária (antiga Junta de Reorganização Agrária).

• Os alunos do Liceu Nacional de Oliveira de Azeméis exigem o saneamento do professor Matos Gomes, autor de uma série de livros em que faz o elogio de Salazar, de Caetano, do fascismo e do colonialismo.

• Os serviços públicos não essenciais não funcionarão na segunda-feira. Os bancos também permanecerão fechados, mas estarão abertos amanhã.

• José Maria Caetano, filho de Marcelo Caetano, foi suspenso do cargo de presidente do Instituto dos Têxteis. Outros dois directores foram também afastados.

informação

O MPLA e a UNITA assinaram um acordo de cooperação

O presidente do MPLA, camarada Agostinho Neto, e o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, chegaram a acordo, após um encontro efectuado na cidade do Lusó, em Angola, sobre importantes problemas ligados às relações entre os dois movimentos e à descolonização e independência daquele país. O documento divulgado no final da reunião é do seguinte teor:

«As conversações iniciadas em 10 de Dezembro de 1974 entre as delegações do MPLA e da UNITA, respectivamente chefiadas pelos presidentes dr. Agostinho Neto e dr. Jonas Savimbi, debruçaram-se minuciosamente sobre a situação reinante em Angola, dando ênfase a busca de uma situação dos problemas da fase actual de descolonização. Considerando que a unidade dos movimentos de libertação de Angola é essencial à luta contra o colonialismo e o imperialismo e o instrumento de salvaguarda da independência nacional, tendo bem presente as manobras imperialistas que põem em causa a paz e a integridade territorial do país; considerando que a ingerência de interesses estrangeiros na vida política e a existência de uma reacção interna em Angola constituem uma ameaça à independência e ao desenvolvimento harmonioso da sociedade angolana; preocupados com o agravamento constante da situação económica de Angola e suas incógnitas sociais, o MPLA e a UNITA decidem: 1.—Por termo a toda a espécie de hostilidades e de propaganda que dificultem a colaboração franca e sincera entre as duas organizações. 2.—Estabelecer um clima favorável à cooperação estreita entre as duas organizações, da base ao topo, e ao respeito mútuo entre elas. 3.—Defender constantemente e em comum os interesses das massas trabalhadoras e camponesas, e lutar pela extinção de todos os vestígios do colonialismo. 4.—Criar em comum organismos a todos os níveis da sociedade angolana, tendentes a solucionar «in loco» os problemas relacionados com a vida das populações; criar em particular um gabinete de questões económicas que permita desde já estudar com os diferentes sectores interessados as causas e os eventuais remédios para ultrapassar a actual recessão económica. 5.—Não se intrometer nos assuntos internos das organizações signatárias deste acordo. 6.—Ter como objectivo fundamental o benefício das camadas mais exploradas do povo na reconstrução nacional e em todos os domínios. 7.—Procurar estabelecer em conjunto com a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), neste momento crucial da história do nosso povo, uma plataforma política comum que sirva de base à discussão com o Governo Português sobre a formação de um Governo de Transição. 8.—Opor-se tenazmente às manobras da reacção interna que visam perpetuar as relações injustas herdadas do colonialismo, perturbando assim a paz duramente conquistada após inúmeros anos de sacrifício. 9.—Combater com vigor as manobras que atentem contra a unidade nacional e visem a secessão do país.»

Assim, o comunicado, pelo Comité Central da UNITA, o dr. Jonas Malheiro Savimbi, e pelo Comité Central do MPLA, o dr. António Agostinho Neto.

Durante breve encontro com os representantes dos órgãos de Informação nacionais e estrangeiros, o camarada Agostinho Neto informou, no final, que a conferência cimeira sobre Angola não se realizará antes do dia 27 e não será em território angolano.

Bem-vindos sejam, irmãos emigrantes!

Milhares de emigrantes começaram a chegar a Portugal, a fim de passarem as festas com as famílias. Vêm também descobrir o novo Portugal, um país livre de que ouviram falar, sobre o qual receberam cartas, mas cuja verdadeira imagem ainda desconhecem. Contrariamente ao que a reacção interna procura espalhar e certa imprensa estrangeira tem afirmado, a maioria não reagiu contra o processo de democratização nem contra a descolonização. Pelo contrário. O Ministério da Comunicação Social já desmentira o fundamento dos boatos, segundo os quais os emigrantes estariam adoptando uma posição crítica em relação ao novo regime. Por uma análise de 3000 cartas enviadas às famílias, verificou-se que apenas 50 deixavam transparecer preocupação quanto ao futuro do País. Agora, na retomada de um contacto directo com Portugal, na descoberta de uma realidade que desconheciam, confirma-se que os emigrantes não estão com a reacção, não se deixaram enganar pela propaganda da reacção, não criticam as Forças Armadas e o MFA.

Os órgãos mais responsáveis da própria imprensa burguesa europeia vinham reconhecendo aquilo que o povo português compreve agora. Os nossos emigrantes nunca condenaram o 25 de Abril. O que sentiam sobretudo era uma curiosidade intensa em conhecer o significado, as características e o rumo de um processo revolucionário cujo dia-a-dia é deformado, quase sempre intencionalmente, pela maioria dos jornais europeus. Numa reportagem sobre o encontro de uma delegação de oficiais do MFA, na região de Paris, com trabalhadores portugueses, o «diário «Le Monde» reconhece essa evidência e comenta-a, elogiando as «brigadas» do Movimento das Forças Armadas.

Os emigrantes compareceram em massa, ouviram, fizeram perguntas, dialogaram amigavelmente com os visitantes e confraternizaram com eles. Falou-se de reforma agrária, da situação dos desertores, da resistência militar ao fascismo, da guerra colonial, do 25 de Abril. No final, a atmosfera era de fraternidade, de entusiasmo. Após a representação de uma peça teatral, os emigrantes invadiram o palco e, misturando-se com os artistas e os oficiais do MFA, entoaram cânticos da resistência antifascista, dando vivas ao Movimento e à sua unidade com o povo. «Le Monde» fecha a reportagem com palavras de um oficial: «Não fizemos uma revolução para o povo, preparamos uma revolução com o povo.»

São os emigrantes que aplaudem esses oficiais que estão a chegar a Portugal. Sejam bem-vindos!

Intercâmbio comercial e turístico entre Portugal e a União Soviética

Em Moscovo prosseguiram nos últimos dias as negociações relacionadas com a conclusão do anunciado acordo comercial entre Portugal e a União Soviética e outros aspectos do intercâmbio económico e cultural entre ambos os países.

Enquanto o ministro soviético do Comércio Externo, Nikolai Patolichev recebia o secretário de Estado para o Comércio Externo e o Turismo de Portugal, Vera Jardim, os especialistas portugueses de transportes iniciavam no Ministério da Fronteira Marítima da URSS conversações tendentes à assinatura de um acordo de navegação marítima. Simultaneamente, a questão das relações turísticas era debatido num encontro realizado na sede do Intourist.

A imprensa soviética deu especial relevo ao acordo sobre o tráfego aéreo, publicando declarações do ministro da Aviação Civil, Boris Bugayev. «A linha directa — afirmou — não só aproximará os nossos países como oferecerá melhores possibilidades para o desenvolvimento de relações comerciais, culturais e turísticas. Promoverá — acrescentou — o desenvolvimento da amizade e da cooperação entre os nossos povos.» A linha Moscovo-Lisboa será assegurada conjuntamente por voos da Aeroflot e da TAP. A Aeroflot planeia realizar dois voos semanais, utilizando o novo jacto «IL-62M» que ligará as duas cidades em cinco horas.

Clarínadas de estupidez

O anticomunismo continua por esse país fora a ser cultivado amorosamente pela reacção mais obscurantista. Para certos jornais da província é o tema favorito, para outros o único. Entre eles figura «O Clarim», editado em Braga pelo padre Fernando Leite e que se intitula «o jornal mensal da cruzada e das crianças de Portugal». Não sabemos de que cruzada se trata — até porque as cruzadas acabaram há sete séculos — nem que crianças são capazes de o ler. É uma estranha folha que se diria feita para gente de outro planeta. Dedica-se a amontoar citações falsas de Lenine, a elogiar o escritor apátrida Solzhenitsyn, a insultar a União Soviética — sempre designada como Rússia — e a contar histórias de horror sobre um mundo onde os adultos devoram crianças. O jornalão destila pegonha anticomunista em cada uma das suas clarínadas. Mas a sua «cruzada», pelo seu próprio fanatismo, acaba por desatar o riso.

Um dos números que chegou à nossa redacção pública, uma história — além das habituais «citações» de Lenine, da carta de uma freira chicoteada, e de tudo o resto — que merece ser conhecida. É o drama vivido por uma comunista italiana que, na maternidade, não queria um crucifixo à cabeceira da cama. As enfermeiras, o médico, o director recusaram-se a retirar o crucifixo. «O Clarim», que inventou o nome da mãe, o diálogo e o estranho parto, inventou também um desfecho de tragédia: o menino nasceu cego.

Clarínada final: «Que terrível castigo! A mãe não queria que o filho, ao nascer, visse o crucifixo, e não o viu porque nasceu cego. Os comunistas são assim.»

O anticomunismo é sempre primário e irracional. Mas em certas regiões de Portugal, alimentado por figuras que sonham com autos de fé e tribunais da Inquisição, bate todos os recordes de primarismo. Vai tão longe que desperta o riso.

Mais Pides em Caxias: um chefe de brigada e cinco informadores

Em Caxias aumentou o número de pides. Segundo uma nota do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa, deram entrada naquele forte:

Em 18 de Novembro, António Sousa, residente na Rua Luís de Camões, 112, 2.º, dt.º, em Lisboa, o qual, usando o pseudónimo de «A. Sousa», prestava à PIDE-DGS informações sobre actividades do pessoal da Carris; em 27 do mesmo mês, Romeu Viegas Pereira, de 65 anos, natural de Olhão, soldado da Guarda Fiscal, e residente na Rua Garrett, 32, 1.º, em Peniche, que usava o pseudónimo de «António Gonçalves» e recebia inicialmente 350 escudos e passou mais tarde a receber 500 escudos mensais; em 9 de Dezembro do corrente, Jorge Dias Pereira, de 70 anos, casado, natural



de Lisboa (Lapa) e residente na Rua 9 de Abril, 38, rés-do-chão dt.º, na Amadora, reformado da CP e que prestava informações sobre o pessoal desta Companhia, subreptivamente com o pseudónimo de «Z9» e auferindo 500 escudos mensais; em 10 também deste mês, Zália Gomes do Rosário, de 55 anos, natural de Torres Vedras, onde reside, no Largo do Terreirinho, 27, a qual dava amplas informações sobre o meio local usando o pseudónimo de «Luís Perdigão» e recebendo 400 escudos; e no dia 11, Joaquim Lopes Farinha Júnior, chefe de brigada de Moçambique, e Carlos Alberto Correia dos Santos, Industrial, de 36 anos, natural e residente em Torres Vedras, que era informador com o pseudónimo de «Pedro Fernandes» e recebia 350 escudos mensais.

A notícia sobre a entrada no Forte de Caxias de novos elementos da ex-PIDE vale por uma resposta dada a certos democratas que, ingenuamente, acreditam que os membros do antigo aparelho de terror policial foram todos presos. Não é verdade. Há ainda milhares de informadores em liberdade. Até chefes de brigada estão a chegar a Caxias.

A ajuda externa e as regras do jogo

Os governos dos Estados Unidos e de Portugal divulgaram no dia 13 o texto de um comunicado conjunto que é o resultado da «continuação dos contactos entre o Presidente Costa Gomes e o presidente Gerald Ford e o secretário de Estado Henry Kissinger». O documento esclarece que os EUA se prontificam a iniciar um programa de assistência económica e cooperação nos sectores definidos como prioritários pelo Governo Português: «construção civil, agricultura, transportes, educação, saúde, administração pública e nas áreas de cooperação económica e financeira». Concretamente, o Governo norte-americano assegurará um empréstimo de 20 milhões de dólares (500.000 contos) destinado a apoiar as actividades no sector da construção civil; e o Import-Export Bank (Eximbank) apoiará o financiamento de pedidos portugueses relativos à importação de bens e serviços norte-americanos. Os EUA oferecem também cooperação tecnológica gratuita e facilidades a estudantes e técnicos portugueses que queiram especializar-se em universidades e instituições americanas.

O Governo Português, directamente, ou através de missões oficiais que têm visitado vários países, tem manifestado repetidamente o desejo de obter ajuda económica e financeira de países em condições de a prestar. Essa ajuda é necessária e bem-vinda desde que as suas intenções e modalidades sejam compatíveis com o «espírito do Programa do MFA. A «ajuda» espoliativa, comum nos tempos de Salazar e Marcelo Caetano, só prejudicava o povo português na medida em que apenas correspondia aos interesses colonizadores das grandes empresas monopolistas e aos fins do fascismo. Como as regras do jogo mudaram, os países desenvolvidos do Ocidente manifestaram, após o 25 de Abril, um reduzido interesse em cooperar economicamente com Portugal, precisamente no momento em que o nosso povo mais necessita da solidariedade e da ajuda dos membros da comunidade internacional.

Segundo a agência France Press, o valor total da ajuda dos EUA prevista nos entendimentos a que alude o comunicado conjunto agora divulgado seria de 75 milhões de dólares (11 milhão e 875 mil contos). É muito dinheiro. Por isso mesmo, até porque o documento vindo a público é apenas uma mera declaração de intenções, convém desde já estudar atentamente todas as iniciativas previstas e as modalidades da futura cooperação económica. O que primeiro chama a atenção nos telegramas é o facto de os financiamentos encardos na área da construção civil serem privados. O empréstimo contará com a garantia do Governo americano, mas não será concedido por instituições oficiais. Ora o sector da construção civil é um sector nevrálgico. Na Venezuela houve recentemente um escândalo de proporções nacionais ligado à emissão de títulos decorrente de empréstimos semelhantes. É uma advertência. Mais atenção ainda deverá merecer da parte do Governo o projectado financiamento pelo Eximbank de importações de «bens e serviços norte-americanos». Trata-se, segundo se depreende, da fórmula clássica dos tradicionais empréstimos vinculados que criaram os maiores problemas ao Governo de Nixon. Quando, em Viña del Mar, no Chile, durante o Governo conservador de Eduardo Frei e por proposta de Gabriel Valdés, então ministro dos Negócios Estrangeiros, as nações latino-americanas condenaram esse tipo de «ajuda» por unanimidade, a imprensa americana reconheceu que não se lhes podia negar razão. É preciso recordar que esses empréstimos não têm nada de comum com o intercâmbio dos acordos comerciais bilaterais, benéficos para os exportadores e importadores dos países signatários quando os interesses respectivos são acatados. No caso dos empréstimos do Eximbank, Portugal terá de pagá-los e esse dinheiro terá de ser exclusivamente utilizado na importação de «bens e serviços norte-americanos». Os precedentes são de tal modo negativos que até Nelson Rockefeller condenou a política dos empréstimos vinculados no seu famoso relatório de 1969 a Nixon reconheceu a procedência das críticas feitas pelo seu auxiliar. Esperemos que aquilo que é rejeitado até pela América Latina dominada pelo imperialismo não nos seja agora impingido pelos Estados Unidos como uma generosa forma de ajuda.

A campanha de calúnias prossegue

A campanha «e calúnias contra o Portugal Livre está a ser intensificada por determinados órgãos da imprensa estrangeira. Na sua ânsia em apresentar o nosso país como uma terra sem lei, onde o caos e a violência se teriam implantado definitivamente, não há mentira que não ocorra a esses porta-vozes externos da reacção.

Dois exemplos: o «Alcazar», de Madrid, e o «Estado de S. Paulo», do Brasil. O primeiro acaba de publicar um artigo incrível, assinado por um tal Fernando Ayres, inteiramente desconhecido nos meios da imprensa espanhola. Trata-se certamente de um militante da «maioria silenciosa». Esse cavaleiro não hesita em escrever que «nos cárceres de Lisboa e arredores estão presas cerca de 6500 pessoas». Um centenas mais teriam sido detidas «nos últimos dias, no Porto e no Norte». E quase todos seriam mantidos «em rigorosa incommunicabilidade». O homem descobriu também que «desde 25 de Abril a 28 de Setembro foram ocultadas 150 mortes, apesar de terem ocorrido nos arredores de Lisboa e na própria capital portuguesa». Fala de estrangulamentos, realizados por milícias populares, de bandos que metralham gente pacífica, das «torturas e brutalidades das novas checas». As Forças Armadas seriam responsáveis pela onda de barbárie que estaria invadindo Portugal. E a imprensa, que «segue o seu caminho, mentindo, ocultando, desvirtuando a verdade que mostra aos seus leitores».

O «Estado de S. Paulo», em artigos do seu correspondente em Lisboa, Santana Mota, não fica atrás do «Alcazar». A raiva desse senhor dirige-se sobretudo para as Forças Armadas. Afirma que as Forças Armadas estão comprometendo desastrosamente a confiança que a Nação nelas depositara na manhã de 25 de Abril. Este facto —acrescenta — de imprevisíveis consequências para o País, ninguém se aventura a denunciar publicamente, mas a maioria comenta no recessos de seus lares ou em conversas com amigos». O senhor Santana Mota fala em nome de opi-

não publica, anuncia ao Brasil que para ela «os únicos responsáveis» da catástrofe portuguesa «são os militares». «E a eles e só a eles — escreve com a fúria de um juiz de Tribunal Plenário fascista — que o País, se lhe deixassem, pediria contas por toda esta situação para que o empurraram».

São apenas dois exemplos entre muitos. As transcrições são breves, mas dão uma ideia clara sobre a imagem de Portugal que o sr. Ayres e o sr. Mota oferecem aos leitores dos seus jornais. A verdade desses inimigos do povo português é, aliás, a verdade dos seus jornais. O «Alcazar» e o «Estado de S. Paulo» — 200 páginas de publicidade aos domingos — ficam retratados, como órgãos de informação, nas «crónicas» dos seus correspondentes. Não vale a pena comentá-las. Basta recordar que «El Alcazar» e «O Estado de S. Paulo» ainda há poucos meses dispensavam o mais respeitoso tratamento a Marcelo Caetano e a ditadura derrubada a 25 de Abril pelas Forças Armadas e pelo povo. Apoiavam o fascismo e o colonialismo. Contra o Portugal Livre vomitam fel.

Acordo entre os três Movimentos e o MFA resolveu a greve de Benguela

A greve dos trabalhadores do Caminho de Ferro de Benguela terminou no sábado. Só foi possível encontrar uma solução após uma reunião de sete horas em que participaram representantes do MPLA, da FNLA e da UNITA. Muito embora outras autoridades tivessem intervenido na discussão, o comunicado final ressaltava significativamente a posição comum do MFA e dos três movimentos. Foi a primeira vez que isso se verificou, facto que conferiu ao documento uma significação muito especial. O comunicado, que, por tal motivo, se tornou histórico, transcendendo o conflito de Benguela, é do seguinte teor:

«1.—Com a finalidade de ultrapassar a situação de impasse a que se chegou na actual greve dos trabalhadores do Caminho de Ferro de Benguela, o Movimento das Forças Armadas, a FNLA, o MPLA e a UNITA trazem ao conhecimento público a sua posição comum.

«2.—O MFA, a FNLA, o MPLA e a UNITA definem como posição de princípios o apoio e defesa das justas reivindicações de trabalhadores sem, contudo, nunca deixarem de ter em consideração os limites comportáveis pela economia de Angola.

«3.—O MFA, a FNLA, o MPLA e a UNITA verificam que a paralisação do CFB acarreta graves consequências para a economia de Angola, o que prejudica o povo angolano, nomeadamente as classes mais desfavorecidas.

«4.—Consideram que, a manter-se a actual paralisação do CFB, poderá ser também afectada a economia de países vizinhos e amigos, e nisso não está de forma alguma o povo angolano interessado.

«5.—O MFA, a FNLA, o MPLA e a UNITA concordam e acham justo que desde já seja estabelecida a igualdade de salários e subsídios dentro das diversas categorias dos trabalhadores ao longo da linha: um aumento de salário de 500 escudos mensais às categorias mais baixas, e um aumento de 50 escudos de subsídio de família, sem prejuízo de negociações subsequentes, a efectuar dentro das normas legais e num quadro de justiça social, entre as organizações sindicais e a entidade patronal.»

Logo que tomou conhecimento do acordo firmado, o pessoal em greve retomou o trabalho e procedeu à montagem de duas secções da linha férrea que haviam sido levantadas no início do movimento.

Senhorios vão a tribunal

O grave problema da habitação foi amplamente debatido no dia 16 durante uma reunião efectuada na Câmara Municipal de Lisboa.

Os delegados das 56 freguesias do concelho de Lisboa citaram numerosos casos em que a lei do arrendamento está a ser desrespeitada pelos senhorios, mas criticaram também o Decreto-Lei 475/74 contra o qual aumentam as queixas. Os prazos dados aos senhorios são demasiado longos mas, apesar disso, eles não os respeitam. Por outro lado, as autarquias locais acham-se marginalizadas, não tendo possibilidades reais de participação. Muitas casas continuam, de resto, a ser alugadas sem um mínimo de condições de habitabilidade.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Caldeira Rodrigues, reconheceu o fundamento das críticas feitas, afirmou que a situação, no tocante ao problema habitacional, «está a tornar-se explosiva» e pediu ao Governo, através do secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas —presente na reunião—, providências para que a lei seja cumprida e melhorada.

As críticas ao Decreto-Lei 475/74 foram comentadas pelo secretário da Habitação que chamou a atenção para o facto de esse diploma ter sido elaborado e aprovado antes do 28 de Setembro, num contexto diferente do



actual, quando a reacção se achava na ofensiva contra o avanço do processo democrático. O decreto em causa, entretanto, será em breve revisto, segundo informou, tendo em vista o encurtamento dos prazos concedidos aos senhorios tanto para alugarem casas como para obras de beneficiação. Aludiu ainda à possibilidade de uma maior participação popular no processo e à eventual requisição de casas devolutas quando os senhorios violarem a lei.

Durante a reunião, informou-se que cerca de mil senhorios que desrespeitaram o Decreto-Lei 575/74 vão ser enviados a tribunal.

O problema habitacional, em Lisboa, como aliás, em muitos outros centros urbanos, está efectivamente a «tornar-se explosivo». Não são apenas mil os senhorios que se recusaram a cumprir um decreto que, final, os favorece, pois os prazos são excessivamente longos e muitas das suas disposições pouco claras. Somente em Lisboa, há, no momento, mais de 7000 casas por arrendar, não obstante dezenas de milhares de famílias não disporem de residências com um mínimo de condições. A atitude desses senhorios constitui um crime contra o povo e integra-se na conspiração reaccionária contra o processo de democratização. Impõe-se, portanto, a adopção de medidas urgentes no sentido de que o decreto vigente — enquanto se aguarda a sua substituição por um diploma mais favorável aos inquilinos — seja cumprido. E impõe-se, igualmente, a punição de todos aqueles que, valendo-se dos mais variados pretextos, se negam a arrendar as próprias casas que afirmam desejar alugar.

O Congresso do Partido Socialista

O Congresso do Partido Socialista aprovou os Estatutos, a Declaração de Princípios e o Programa que lhe foram submetidos, bem como o relatório apresentado pelo secretário-geral.

Mário Soares foi reeleito para o cargo de secretário-geral. Procedeu-se também à eleição dos membros de uma Comissão Nacional e de uma Comissão Nacional de Conflitos. Foram apresentadas duas listas, A e B, para ambas as Comissões, tendo a primeira recebido respectivamente 466 e 417 votos contra 261 e 323 atribuídos à segunda.

O Partido Comunista fez-se representar no Congresso por uma delegação composta pelos camaradas Ângelo Vêloso, Raimundo Narciso e Manuel Pedro, do Comité Central.

Os parágrafos que abaixo reproduzimos foram extraídos do relatório do secretário-geral.

As eleições, quando livres, constituem a manifestação directa da vontade do povo e, para os democratas, a única forma de legitimação do poder político. Assim, não se vê que a Assembleia Constituinte possa ser composta por deputados não eleitos cujo processo de designação escape ao controlo do sufrágio popular.

Tem-se argumentado, contra esta tese, que há necessidade de que o MFA continue associado ao processo de democratização da sociedade portuguesa, mesmo para além das eleições constituintes. O PS — cujo projecto constitucional será um dos pontos do programa a discutir neste Congresso — concorda com tal necessidade — mas nem por isso admite que elementos designados pelo MFA, não eleitos pelo sufrágio popular, possam por direito próprio ter assento na Assembleia Nacional. Trata-se de uma ideia aberrante, constitucionalmente falando, que transformaria o MFA, contra o seu programa, numa espécie de partido, em concorrência com os outros partidos, e que teria como inevitável consequência a divisão do MFA — com todos os riscos que daí adviriam para o futuro da democracia portuguesa.

- Em Cuba, mais de 750 000 trabalhadores frequentarão em 1975 faculdades operário-camponesas.
- O general Pinochet, depois de proibir Cervantes, proibiu Bee thoven. A Nona Sinfonia não poderá mais ser executada no Chile, por ordem da Junta Militar fascista.
- Dale Rush será candidato às eleições presidenciais americanas de 1976, pelo Partido Americano pela América. Trata-se de um partido fundado pela organização terrorista e racista Ku-Klux-Klan, cuja plataforma política prevê a deportação para África do maior número possível de negros.

- Segundo José Gonzalez Navarro, dirigente sindical venezuelano, companhias petrolíferas e mineiros norte-americanos estão a preparar a sabotagem das medidas tomadas pelo Governo da Venezuela para nacionalizar os recursos naturais do país.

- O secretário-geral da NATO, Joseph Luns, confessou estar «profundamente inquieto» pelo facto de a Grã-Bretanha ter reduzido as suas despesas militares. Luns é um adversário ferrenho do desarmamento.

- Nos termos de um acordo assinado entre Cuba e a Espanha, as trocas comerciais entre os dois países deverão atingir em 1975 mais de 22 milhões de contos.

- A aviação israelita voltou a bombardear território libanês. Foram abatidos dois dos oito aviões atacantes.

- A Justiça boliviana, recusou a extradição de Klaus Altmann, criminoso de guerra, responsável, como chefe da Gestapo em Lyon, pela morte de centenas de patriotas franceses.

- A Assembleia Geral das Nações Unidas pediu novamente à Grã-Bretanha que adopte as medidas necessárias para pôr termo ao regime ilegal e racista da Rodésia.

- As repetidas violações dos Acordos de Paris pelo Governo fantoche de Saigão criaram uma situação grave no Sul do Vietnam. Nos últimos dias travaram-se violentas batalhas na região de Tay Minh, onde as tropas de Van Thieu atacaram a aldeia de Phuoc Hai, defendida por forças do Governo Revolucionário do Vietnam do Sul.

- As principais nações exportadoras de petróleo aumentaram o preço das ramas em 38 centavos de dólar por barril. A medida entrará em vigor a partir de 1 de Janeiro.

- O presidente do Soviote Supremo da URSS, camarada Nikolai Podgorny, convidou a presidente da Argentina, Maria Estela de Peron, a visitar a União Soviética.

- Numa entrevista ao diário «Abend Zeitung», da República Federal da Alemanha, o arcebispo de Recife, D. Hélder Câmara, declarou que o Governo brasileiro continua a submeter à tortura os presos políticos.

- Segundo as estatísticas da OCDE, o número de desempregados nos 9 países da Comunidade Económica Europeia, atingiu recentemente 4 milhões, isto é 4 por cento da população trabalhadora.

- Em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, uma Igreja católica foi invadida pela Polícia que revistou também a residência do bispo local.

- No Peru, foi criada uma Junta de Vigilância cinematográfica. Objectivo: permitir apenas a exibição de filmes que valorizem culturalmente as massas. As fitas pornográficas e as que exaltam a violência serão eliminadas dos programas.

- Em Boston, os liceus e escolas da minoria negra, foram encerrados, em consequência de graves conflitos raciais, provocados pelos estudantes brancos e pelas suas famílias.

- Chegou a Bissau uma equipa de médicos búlgaros e iugoslavos para trabalhar na jovem República africana.

- Seguiu para Argel uma delegação bancária da República da Guiné-Bissau, presidida por Vítor Monteiro, governador do Banco Nacional. A iniciativa está relacionada com a futura substituição no país do escudo português pela moeda nacional, o «peso». As normas que regulam a compra e venda de moeda estrangeira continuam em vigor, mas a importação e exportação de notas da Guiné, emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino, foram proibidas.

- A embaixatriz da RDA em Bissau, Eleanora Schmidt, fez entrega ao Governo da Guiné-Bissau, de 11 toneladas de géneros alimentícios oferecidos pelo seu país.

- Visitou Bissau uma delegação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, presidida pelo administrador adjunto e director para África, Michel Dookkingan. O PNUD vai abrir uma delegação em Bissau para coordenar a ajuda à jovem República e a Cabo Verde.

- Soldados australianos foram utilizados como cobaias durante a Segunda guerra Mundial, em experiências secretas com gases tóxicos, segundo revelou o ministro dos Antigos Combatentes, John Wheelodon. Dos 1000 homens submetidos a essas experiências muitos ficaram com a saúde arruinada.

- Na opinião do senador Edward Kennedy, o desemprego poderá atingir em 1975, nos Estados Unidos, a taxa de 9%.

- Na Tailândia, em 1972, morreram de fome 50 000 crianças.

- O presidente do Zaire, general Mobutu Sese, está em Pequim, em visita oficial à China. O «Diário do Povo», comentando a presença da Mobutu, salientou que nos últimos tempos as relações entre os dois países «se desenvolveram e reforçaram de modo satisfatório».

- A provável valorização das reservas de ouro proposta pela França aos Estados Unidos, provocou alegria na África do Sul. O valor das reservas sul-africanas quadruplicará se a medida se concretizar.

- Segundo o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, o défice da balança de pagamentos norte-americanos atingirá este ano 125 milhões de contos.

- Nos Estados Unidos, o Pentágono reconhece que «a conjuntura actual é boa para os fabricantes de armas». As encomendas de países estrangeiros às grandes fábricas de material de guerra — principalmente de países pobres e atrasados — ascendem a bilhões de dólares.

- O Secretário-Geral do PAIGC na Cidade da Praia, informa que foram presas, na capital de Cabo Verde, dez pessoas «implicadas num plano que visava à liquidação física dos dirigentes do Partido».

- A taxa de inflação no Canadá, atingiu em Novembro 12 por cento, o índice mais alto desde o final da Segunda Guerra Mundial.

- A Arábia Saudita deixou de aceitar a libra esterlina como moeda de pagamento de compras de petróleo. Uma medida idêntica fora tomada pouco antes pelo Kuwait.

- O Conselho de Segurança, aprovou uma resolução que prolonga por mais seis meses a permanência de força de paz das Nações Unidas em Chipre.

- A Assembleia Geral das Nações Unidas pediu aos governos da Grã-Bretanha e da Espanha que recomecem as negociações sobre o estatuto de Gibraltar.

- Jimmy Carter, governador do Estado racista de Geórgia, candidatou-se à investidura pelo Partido Democrático para as eleições presidenciais americanas de 1976.

- O camarada Charilaos Florakis, falando no Parlamento de Atenas em nome do Partido Comunista Grego, declarou que o programa apresentado pelo primeiro-ministro Karamanlis não corresponde de maneira alguma às aspirações do povo.

- O Governo da Birmânia, instaurou o estado de emergência e o recolher obrigatório.

- A organização terrorista Aliança Anticomunista Argentina AAA dirigiu ameaças de morte a vários membros do Comité Central do Partido Comunista Argentino: os camaradas Oreses Ghioldi, Rubens Iscaro, Florindo Moretti, Fernando Nadra, Ricardo Clementi e Tulio Santos. Os deputados comunistas Jusus Mira e Juan Cominguez receberam idênticas ameaças.

- O Governo da Costa Rica determinou a abertura de um inquérito para apuramento das responsabilidades que cabem à junta fascista chilena numa conspiração montada por elementos direitistas que teriam cometido crimes com a ajuda financeira do adido militar de Pinochet.

informação

O poderio da Marinha Soviética e os caixeiros-viajantes da morte

Reunidos em Bruxelas, os ministros da Defesa da NATO discutiram longamente a capacidade militar da União Soviética e, particularmente, da sua Marinha que acusam estar «presente e em força em quase todos os mares do Mundo». Um documento divulgado na capital belga salienta que os países da NATO registam que a URSS e os seus aliados dispõem hoje de um poderio militar que excede em muito os requisitos da autodefesa. Os ministros da Defesa manifestam a sua preocupação por esse facto e são de opinião de que as forças da NATO na Europa não deverão ser reduzidas nos tempos mais próximos.

O secretário norte-americano da Defesa, James Schlesinger, significativamente, aconselhou as nações europeias a utilizarem de preferência aviões de combate fabricados nos Estados Unidos para reforçarem os seus dispositivos militares, em vez de adquirirem um «equipamento mais dispendioso e menos eficiente» produzido na Europa.

Os debates que se travam nas «uniões da NATO precisam sempre ser traduzidos em linguagem comum para que o o povo possa entender o seu significado. As acusações feitas à União Soviética pelos ministros da Defesa, em Bruxelas, por exemplo, pecam por um cinismo evidente. É verdade que a Marinha soviética está hoje presente em quase todos os mares do mundo e que o seu poderio é uma realidade. Mas nunca os chefes militares da OTAN estranharam que a Armada dos Estados Unidos esteja presente em quase todos os mares com idêntico poderio. A alusão à «autodefesa» é simplesmente ridícula. Nunca a Marinha soviética foi utilizada em actos de agressão contra qualquer povo. A sua presença nos oceanos constitui justamente uma garantia para as pequenas nações do Terceiro Mundo ameaçadas ou agredidas por potências imperialistas. Os marinheiros e os fuzileiros soviéticos nunca desembarcaram como inimigos em qualquer país, a aviação naval soviética nunca descarregou bombas sobre as cidades e, os campos da nação alguma desde a segunda guerra mundial. Outro tanto não se pode dizer dos «marinheiros» americanos, dos pilotos da US Navy. No último quarto de século a Marinha norte-americana foi protagonista de uma infinidade de intervenções militares em países estrangeiros que caracterizaram uma série de agressões contra povos pacíficos. Porventura foram operações de autodefesa os bombardeamentos das duas Coreias, do Vietnam, do Laos, do Camboja, ou os desembarques de fuzileiros no Líbano e na República Dominicana? Que significado têm para a «autodefesa» dos Estados Unidos as manobras constantes das esquadras americanas nas costas da América Latina, que significado têm para a «autodefesa» da grande República anglo-saxónica a presença insolente dos seus fuzileiros em território cubano, na base de Guantanamo?

A verdade incómoda para Washington é outra. Para o imperialismo americano, a escalada militar e os negócios formam um todo único. O apelo de James Schlesinger para que os seus aliados na NATO adquiram aviões americanos é muito esclarecedor. E que gato escondido com o rabo de fora, como diz o povo. Os EUA querem vender 350 aviões moderníssimos à Noruega, à Bélgica, à Holanda e à Dinamarca. E enfrentam, no momento, a competição da França. É uma luta de mercadores da morte na disputa de um negócio de 50 milhões de contos. Um negócio que nos anos seguintes renderá, com os contratos futuros, a astronómica quantia de 500 milhões de contos ao país que levar a melhor. Os EUA e a França são aliados na NATO. Mas rivais no mundo dos negócios. Vender aviões a pequenos países que não precisam desses instrumentos de destruição e morte é, agora, o seu objectivo.

Nas solenes reuniões da NATO, os ministros da Defesa preferem, porém, falar do poderio da Marinha soviética. É hipocrisia de mais.

A Guiné-Bissau precisa de professores portugueses

No ano lectivo de 1974-75 matricularam-se nas escolas primárias da Guiné-Bissau 60 000 alunos. No ciclo preparatório, o número de matriculados foi da 4211, no ensino liceal de 2040 e no ensino técnico de 564.

Os serviços de Educação da jovem nação africana contam actualmente com 1505 docentes para atender as necessidades do ensino primário. Para o ciclo preparatório as disponibilidades são de 94 professores, para o liceal de 60 e para o técnico de 30.

A independência e a paz abriram ao povo da Guiné-Bissau grandes possibilidades no terreno da educação e da cultura. Aquilo que o colonialismo não fez em quatro séculos de opressão está a ser feito agora pelos dirigentes do Estado guineense e pelo PAIGC. A obra realizada durante a guerra nas zonas libertadas pelo PAIGC constitui uma experiência muito valiosa no campo educacional. Mas os problemas são hoje outros e só poderão ser resolvidos satisfatoriamente se a Guiné-Bissau contar com a necessária ajuda externa. No que diz respeito a instalações, a transformação de antigas casernas do exército português em escolas permitirá aos responsáveis pela Educação encontrar soluções para as dificuldades decorrentes da grande expansão do ensino. Mas a carência de professores, particularmente liceais, cria problemas muito complexos. Para mais de 2000 alunos há apenas 60 professores, muitos dos quais não podem ser utilizados em tarefas docentes, pois deverão ocupar-se de aspectos ligados à reforma de um ensino que deixou de corresponder às exigências da jovem República. É nesse sentido que a cooperação portuguesa assume uma grande importância. A Guiné precisa de professores portugueses. Os primeiros são esperados em breve em Bissau no âmbito do acordo assinado recentemente em Lisboa durante a visita do Comissário da Educação e Cultura da Guiné-Bissau, Mário Cabral, ao nosso país.

Derrota dos racistas da Rodésia vitória dos povos africanos

O governo ilegal da Rodésia mudou de tática. Num discurso definido como dramático pela Imprensa burguesa do Ocidente, o primeiro-ministro Ian Smith enunciou, no dia 11, que chegara a acordo com os movimentos nacionalistas sobre a abertura de negociações e o cessar-fogo. Afirmou então que as actividades dos combatentes africanos do ZANU e do ZAPU — os dois principais movimentos que se batem pela independência do povo Zimbábue — haviam sido suspensas, que cerca de uma centena de presos políticos seriam libertados e que, em data a fixar, se realizará uma conferência para solução do problema rodésiano.

Ndabangini Sithole e Joshua Komo, os dois destacados dirigentes do ZANU e do ZAPU foram resmamente libertados. Mas, logo que recuperaram a liberdade, rectificaram as declarações enganosas de Ian Smith. Sithole, levado em ombros pelo povo entre cânticos, esclareceu que a aceitação de negociações sem condições prévias não significava o cessar-fogo. «Antes dos guerrilheiros deixarem de lutar — disse — precisamos de receber de Ian Smith alguma indicação de que está pronto a iniciar negociações razoáveis.» Ora, Smith não esperou muito para abrir o seu jogo. «Se chegarmos ao ponto de ter um governo negro — afirmou — a nossa política terá felhado.» E revelou ainda com mais clareza a fidelidade à ideologia do colonialismo quando sublinhou: «Acredito no Governo da maioria, mas com uma condição: a do direito do voto ser exercido apenas por pessoas conscientes. Mas, se por Governo da maioria se entende contar cabeças com quem conta cabeças de gado, então sou contra.» Por outro lado, o Governo da minoria branca já advertiu que a libertação dos presos políticos será gradual e que os africanos continuarão proibidos de efectuar comícios enquanto o cessar-fogo não se concretizar.

A ambiguidade do comportamento e das palavras de Ian Smith contribuiu para que a atmosfera inicial de optimismo se desfizesse em Salsbúria e em todo o país. Comentando as manobras do primeiro-ministro do governo ilegal, Sithole foi categorico: «É impossível chegarmos a acordo com o Governo rodésiano porque é partidário de um regime minoritário e enquanto não mudar de posição não vemos como poderemos entendernos.»

Foi a luta do povo Zimbábue — vome africano do país, antes que os ingleses o mudassem para Rodésia) que persuadiu um racista como Ian Smith da necessidade urgente de adoptar uma tática mais flexível, mostrando-se aberto ao diálogo. Mas nem ele nem os dirigentes racistas da chamada Frente Rodésiana aceitaram um jogo limpo. Estão decididos a fazer concessões, mas procuram a fórmula que lhes permita manter o domínio de 240 000 brancos sobre os 5 milhões de africanos de Zimbábue. Os negros, para Smith e comparsas, são, como ele próprio insinuou, «gado».

As divergências de base, portanto, persistem. Mas o recuo dos racistas rodésianos tem o significado de uma derrota histórica do colonialismo e de uma consequente vitória dos movimentos nacionalistas, do povo de Zimbábue, da África inteira, das forças progressistas de todo o Mundo. É oportuno salientar que a mudança de posição de Ian Smith — e também a nova linguagem do primeiro-ministro Vorster, da África do Sul — não se teria produzido sem o derubramento do fascismo em Portugal e o consequente avanço do processo da descolonização em Moçambique e Angola. O colonialismo português foi durante muitos anos o aliado natural dos regimes racistas da África Austral; o Portugal Livre é hoje o aliado natural dos povos africanos oprimidos de Zimbábue e da África do Sul.

Educação e analfabetismo no Brasil

A ditadura brasileira preocupa-se muito com a sua imagem externa. O regime gosta de se apresentar como democrático e humanista e investe grandes quantias na propaganda do seu «modelo de desenvolvimentos», apontado como exemplo que os países do Terceiro Mundo deveriam seguir. Isso, apesar de uma dívida externa de 20 milhões de dólares (cerca de 500 milhões de contos). Mas não é apenas no terreno da economia que o governo do general Ernesto Geisel deseja ver as suas «soluções» imitadas por outros países. No campo educacional também se julga em condições de oferecer os seus préstimos. É muito significativo que o comunicado conjunto divulgado no final da visita do chanceler Azeredo Silveira a Portugal incluía uma referência às «técnicas de alfabetização de adultos, utilizadas actualmente no Brasil».

As técnicas de alfabetização de adultos utilizadas no Brasil são, infelizmente para o povo brasileiro, tão pouco recomendáveis que, em 1973, durante uma conferência internacional sobre temas educacionais, foram vivamente criticadas pela maioria dos delegados estrangeiros e rejeitadas na totalidade, como retrógradas e ineficazes, pelo representante do Peru. Como a reunião se realizou no Brasil, a Imprensa de São Paulo e do Rio publicou essas críticas e reconheceu o seu fundamento. O jornal conservador «O Estado de S. Paulo» denunciou, então, uma série de fraudes, citando casos em que, durante cerimónias oficiais, os adultos recebiam diplomas — entre aplausos —, que comprovavam que não tinham concluído os seus cursos, isto é, de que «continuavam a ser analfabetos». Não parece pois aconselhável que o MEC se inspire na experiência brasileira.

Na realidade, o Brasil é o país latino-americano que menos recursos destina à Educação. Em 1968 gastou apenas 7,7% do orçamento com o ensino; em 1972, 5,62%; em 1973, 5,21%; e este ano, 5%. Em 1975 essa percentagem cairá para 3,5%, de acordo com o projecto orçamental. Em termos práticos isso quer dizer que o maior e mais rico país da América Latina destina menos de 190 escudos por capita à educação. Com uma agravante: mais de 60% são investidos no ensino superior.

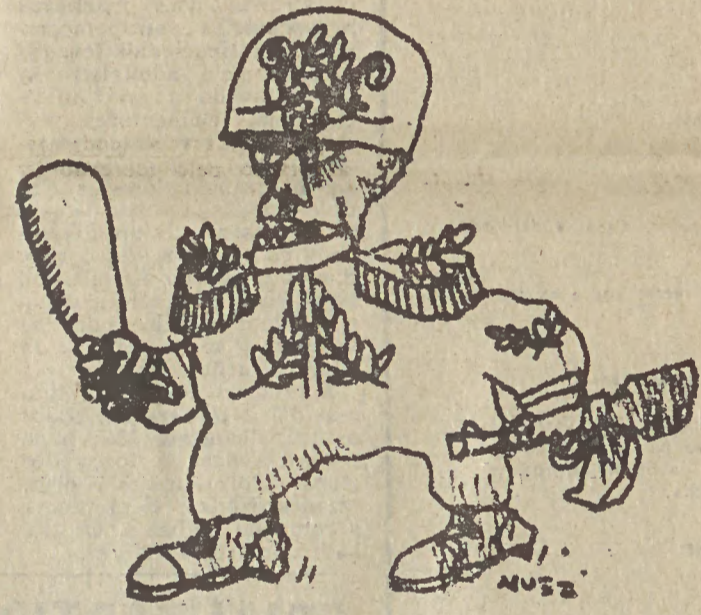
No Nordeste e no Norte, o número de professores primários sem habilitações atinge 70%. Muitos deles ganham menos do que o salário mínimo local, que, em certos casos, é inferior a 1200 escudos mensais. E esses salários de miséria são pagos, frequentemente, com meses de atraso. Oficialmente, a percentagem de analfabetos é inferior a 40%. Mas, na realidade, muito mais de metade da população é analfabeta.

O Brasil, como se verifica, não é um país cujo governo possa dar aos outros lições em matéria de educação. E, contudo, é brasileiro um dos maiores especialistas mundiais em técnicas de alfabetização de adultos: o prof. Paulo Freire. O seu método é aplicado em vários países do Terceiro Mundo. Mas foi proibido no Brasil. O autor é hoje um exilado. Não pode leccionar, nem sequer entrar, no seu próprio país.

No Uruguai, o povo desafia a ditadura

A ditadura uruguaia está alarmada com o desafio das massas populares. Em Montevideo, a Convenção Nacional dos Trabalhadores-CNT convocou os trabalhadores a uma greve geral que está a ser preparada activamente nos sindicatos, nas fábricas, nas escolas e nos frigoríficos. Apesar da violência da repressão, as paredes da capital apareceram cobertas de cartazes e circulam nas ruas milhares de panfletos e tarjetas a favor da greve.

«A luta popular — afirma a CNT num manifesto —, que começou com a greve histórica de Junho-Julho de 1973, acentuou o isolamento e a fra-



güidade da ditadura e criou agora as condições para a sua queda. Se o povo se unir, tomar consciência que são enormes, a ditadura tem os dias contados».

O Governo e as forças da repressão responderam com uma vaga de terror policial. Militantes sindicais foram despedidos e os operários são ameaçados pela polícia. O Estado Municipal está cheio de prisioneiros.

A iniciativa da greve geral partiu da CNT e do Partido Comunista do Uruguai e encontrou a mais ampla receptividade entre as massas, muito embora os partidos e grupos da ultra-esquerda e os partidos conservadores tenham recusado o seu apoio ao movimento, comportando-se como aliados táticos da reacção fascista.

Tudo indica que o Uruguai será, nas próximas semanas, talvez dias, cenário de importantes acontecimentos que terão ampla repercussão em toda a América Latina e particularmente na Argentina e no Brasil. Os Estados Unidos mostram-se especialmente preocupados, pois a visível desagregação da ditadura uruguaia compromete todos os seus planos no Sul do Continente.

É oportuno recordar que as Forças Armadas não têm no Uruguai nem tradição, nem prestígio. Antes da escalada repressiva desencadeada pelo ex-presidente Pacheco Areco em 1971, o Exército tinha pouco mais de 4000 homens e a Marinha e a Aeronáutica eram armas simbólicas. Hoje, as Forças Armadas do Uruguai contam com mais de 25 000 homens e dispõem de um moderníssimo armamento. São forças equipadas e treinadas com um único objectivo: a repressão interna. Os membros desse exército antinacional foram agora magistralmente retratados, em poucas palavras, pela revista argentina «Crisis»: «Por aí andam esses militares disfarçados. Sim, com esses trajes verdes, beje e castanho, todos com desenhos e ramos no capacete. Como se Montevideo fosse uma cidade na selva. Disfarçados com alguns uniformes oferecidos pelos americanos. Sobras da guerra do Vietnam. Em Montevideo, que é uma cidade cinzenta, no meio daqueles tons pastel, esses tipos destacam-se como se fossem fogueirinhas.»

É contra a ditadura fascista, contra o imperialismo, contra esse exército estrangeiro que o povo do Uruguai luta.

Fim do «milagre» japonês

O novo primeiro-ministro japonês, Tekeo Miki, anunciou no Parlamento que o Japão decidiu renunciar à política de alto crescimento económico que foi a meta de todos os governos desde 1960.

Tekeo Miki reconheceu que o grande aumento do custo do petróleo assinalou o fim das ilusões de que tudo no mundo podia ser comprado a baixo preço desde que se usasse como moeda o dólar. Para o Japão o problema consistia apenas em transformar matérias-primas baratas em produtos manufacturados de alto preço e desenvolver depois uma agressiva política de exportações.

Foi necessária a chamada «crise do petróleo» para que o Japão abrisse os olhos à realidade. O «milagre japonês», que, era apontado como exemplo nos países capitalistas do Ocidente, desfz-se em fumo. Os economistas que tanto o alaguiavam verificam que a expansão japonesa tinha pé de barro. O Japão é hoje a potência industrial mais afectada pela inflação. As taxas de crescimento do seu rendimento nacional bruto foram durante 14 anos as mais altas do mundo. Mas esse desenvolvimento artificial, baseado na compra por preços baixíssimos de recursos naturais de outros povos, criou hoje uma situação crítica. O país não construiu equipamentos sociais colectivos. Tóquio é a cidade mais poluída do mundo, as condições de habitação são péssimas, o trabalho mal remunerado, os direitos da classe operária desrespeitados. O dólar, a antiga moeda mágica, não inspira mais confiança, e o Japão tem de pagar agora as matérias-primas por preços mais próximos do seu valor real. Por isso, até os próprios liberais japoneses falam hoje de um crescimento estável que leve em conta os recursos naturais da nação. As grandes empresas e bancos japoneses figuram entre os maiores do mundo. Mas o povo continua pobre, explorado e infeliz. E uma crise grave ameaça o país. A inflação é galopante e o desemprego aumenta. São os resultados do «milagre» capitalista japonês.

A Jamaica defende as riquezas nacionais

O Governo da Jamaica assumiu o controlo da Bauxita Kaiser Aluminium Corporation, ao adquirir 51% das acções daquela empresa americana. Ao anunciar na Câmara dos Deputados a decisão do povo jamaicano, o primeiro-ministro, Michael Manley, definiu o capitalismo como um sistema fracassado, esclarecendo que «os seus dias estão contados na Jamaica». Antes — disse — havia no país 13% de desempregados, mas agora há 24%, apesar do sensível aumento da produção de bauxite. Atribuindo a crise do desemprego às manobras dos monopólios norte-americanos, Manley sublinhou que as massas jamaicanas têm manifestado rapidamente o desejo de ver a Jamaica transformada numa sociedade socialista. Os parlamentares da oposição não gostaram e abandonaram a sala, alegando que Manley estava violando a Constituição.

A Jamaica foi durante séculos um feudo do imperialismo britânico. Depois, conquistada a independência política, tornou-se uma quinta do imperialismo americano. Quatro grandes empresas dominam a economia nacional: a Kaiser, a Alcan, a Alcoa (canadiana) e a Reynolds. Em 1973 o lucro da primeira foi de 775 000 contos; no ano corrente já ganhou 2 170 000 contos. Quatro à Alcan, os lucros subiram de 1 350 000 contos para 3 250 000 contos (em nove meses). Para a Alcoa, os números, no mesmo período, foram de 1 850 000 contos e 3 450 000 contos.

É essa festa de milhões acumulados à custa do trabalho e das riquezas do povo da Jamaica que começou a terminar com o controlo da Kaiser. Washington não gostou e a reacção local também não. A Jamaica tem agora um Governo de tendências progressistas. Vai associar-se ao México e à Venezuela para fundar com esses países uma empresa destinada a explorar a bauxite nacional.

Giscard d'Estaing descobriu o colonialismo...

A visita do presidente Valéry Giscard d'Estaing às Antilhas foi apresentada como um êxito pela Imprensa americana e por muitos jornais franceses. O êxito alcançado, contudo, é muito discutível. Na Martinica, Giscard d'Estaing encontrou-se com o presidente dos Estados Unidos, Gerald Ford. Discutiram as políticas energéticas dos dois países e fixaram para Março do próximo ano os preparativos de uma cimeira mundial sobre energia. Discutiram também a valorização das reservas nacionais de ouro. Esse assunto, aliás, foi sobretudo tratado pelo secretário do Tesouro americano e pelo ministro das Finanças francês, que acompanharam os dois presidentes.

Na prática, Giscard d'Estaing limitou-se a aprovar o que fora previamente combinado. Quem propôs foi a França, mas as teses são da autoria da Agência Internacional de Energia, controlada pelos Estados Unidos. Mas a visita não proporcionou apenas alegrias ao presidente francês. O povo da Martinica e da Guadalupe não o recebeu como esperava. A recepção não foi fria: foi hostil. O presidente Giscard foi levado em Pointe à Pitre, capital da Guadalupe, e não compareceu à recepção prevista na Câmara Municipal de Fort-de-France, capital da Martinica. Segundo as agências, Giscard esperava outro tipo de acolhimento.

A surpresa do presidente da França é um tanto ingénua. O povo das chamadas Antilhas Francesas tem manifestado, através de uma luta permanente, que rejeita o colonialismo, que reivindica o direito à autodeterminação e à independência, embora deixando também claro que deseja manter laços especiais com a França. Mas todos os governos franceses têm ignorado esses sentimentos. A Martinica, a Guadalupe, e a Guiana eram colónias tradicionais. Depois tornaram-se departamentos franceses. Como a Argélia. A nomenclatura administrativa muda. Mas a situação colonial permanece. Como pode agora Giscard estranhar que esses povos oprimidos o tenham recebido com gritos como «Lembre-se da Argélia, lembre-se da Indochina!» ou «queiram ou não queiram conquistarmos a independência».

Oficialmente, o presidente francês decidiu de entrar na Câmara Municipal de Fort-de-France porque «havia muita gente na rua». Mas a verdade é outra. A Martinica não é uma província francesa. Tal como a Guiné-Bissau nunca foi uma província portuguesa.

Giscard não foi agredido. Teve medo. Como disse o poeta Aimé Césaire, velho lutador e presidente da Câmara Municipal: «Esta noite alguém não apareceu, mas não foi o povo da Martinica.»

O colonialismo é sempre o mesmo em toda a parte. Os governos da França, após lições tão duras, ainda não perceberam que a violência e a repressão não bastam para sufocar os anseios de independência dos povos colonizados.

A África do Sul intimidada a deixar a Namíbia

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por unanimidade, no dia 17, uma moção que pede a renúncia imediata da África do Sul à administração ilegal da Namíbia e o reconhecimento pelo Governo de Pretória da integridade territorial e da unidade daquela ex-colónia alemã como nação.

A Assembleia Geral da ONU, pelo seu lado, decidiu prestar ajuda económica à Namíbia. Nesse sentido será fundada em Lusaka, capital da Zâmbia, uma universidade provisória para proporcionar uma formação adequada aos quadros do movimento de resistências namibiano. A Assembleia Geral pediu também à Comissão Especial contra o «apartheid» que prosiga os esforços a favor de uma campanha internacional para o embargo total de fornecimentos de armas à África do Sul, o corte de todas as relações culturais, universitárias, científicas e desportivas, bem como a cessação da emigração para aquele país. O Governo sul-africano foi igualmente convidado a pôr termo a todas as formas de discriminação racial e a admitir todos os presos políticos e as pessoas submetidas ao regime de «liberdade vigiada».

A moção do dia 17 contra o Governo racista de Pretória foi uma das poucas aprovadas por unanimidade, nos últimos tempos, pelo Conselho de Segurança. É um facto positivo. Mas não deve gerar ilusões. Os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha somente aprovaram o texto sobre a Namíbia porque os países, que o apresentaram desistiram da exigência inicial de medidas adequadas que fossem à África do Sul a retirar-se daquele país, ilegalmente administrado e ocupado. De qualquer forma, a África do Sul mudou de atitude. Agora aceita discutir o futuro de Namíbia, faz promessas de independência, afirma desejar o diálogo, embora todos os seus compromissos sejam vagos. Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro Vorster procura mudar a sua imagem e dá conselhos de moderação ao Governo ilegal da Rodésia. Esboçou mesmo um plano que, em teoria, poderia permitir a instalação, dentro de cinco anos, de um governo rodésiano de maioria negra.

Não se pode confiar nas promessas de dirigentes racistas como Vorster. Mas deve-se registar que a velha política sul-africana não é mais possível. A descolonização portuguesa abalou os alicerces da antiga Santa Aliança da África Austral.

Os trabalhadores espanhóis na ofensiva contra o franquismo

A situação social em Espanha tornou-se ainda mais explosiva. No dia 11, cerca de 200 000 trabalhadores do país basco e da Navarra seguiram a ordem da greve geral lançada por organizações sindicais clandestinas e pelo movimento separatista ETA para apoiar a campanha pró-amnistia aos presos políticos (presentemente mais de 140). O movimento não teve amplitude nacional, mas tanto na Catalunha, como em Madrid continuam a registar-se greves totais ou parciais, ocupação de empresas e despedimentos maciços de trabalhadores. Na capital, 6000 operários da empresa automobilística SEAT largaram o trabalho também no dia 11 para protestar contra a transferência de camaradas que tinham sido alvo de perseguições patronais. Simultaneamente, os bancários rejeitaram mais uma vez as propostas dos patrões, mantendo as suas reivindicações. Oito mil bancários, em Barcelona, 5 mil em Madrid, 3 mil em Saragoça, e vários milhares em Bilbao e Sevilha fizeram greves parciais ou reduziram o ritmo do trabalho para apoiar o movimento.

Na maior parte das cidades atingidas pelas greves, as universidades, os liceus e as escolas fecharam as portas. Em alguns centros urbanos, como Tolosa e Hernani, a polícia interveio, registando-se choques violentos.

Comentando a situação, em Paris, Alvarez del Vayo, ex-ministro do Governo da República espanhola, definiu a conjuntura como pré-revolucionária, e declarou que nas greves das últimas semanas participaram 500 000 pessoas e que mais de 100 000 tomaram parte em manifestações de ruas.

As informações de que dispomos não permitem ainda fazer um balanço do movimento grevista e avaliar todas as suas implicações políticas. Mas pode-se desde já afirmar que o Governo franquista foi surpreendido pela amplitude assumida pelas greves no país basco e na Navarra. Tanto o Governo como os sindicatos oficiais por ele criados demonstraram mais uma vez a sua incapacidade para resolver os conflitos decorrentes da sua própria política e das manobras patronais. O facto de as greves deflagradas estarem ligadas à campanha da amnistia contribuiu poderosamente para a simpatia e o apoio que encontraram em todas as camadas da população trabalhadora. A Ordem dos Advogados de Barcelona, fazendo-se intérprete do sentimento unânime de repulsa ante a política repressiva do regime, dirigiu a Franco um apelo, reclamando a amnistia geral para todos os presos e exilados políticos.

Acossado pelas massas populares, o franquismo não consegue mais ocultar a sua fraqueza real.

QUÍMICOS E PLÁSTICOS

ASSEGURAR A LIVRE
DECISÃO DOS TRABALHADORES

No próximo dia 22, pelas 9 horas da manhã, na Voz do Operário, realizou-se uma assembleia do Sindicato dos Operários das Indústrias Plásticas e Similares do Distrito de Lisboa, com um único ponto na ordem de trabalhos: **deliberar sobre a integração ou não no Sindicato dos Químicos.**

A realização da assembleia, a que presidiram elementos das Forças Armadas, com a assistência de dois representantes do Ministério do Trabalho, foi determinada, em 12 do corrente, por despacho do titular daquela pasta, cap. Costa Martins, depois de se terem verificado, nos últimos meses, situações confusas, criadas sobretudo por corpos gerentes do Sindicato dos Químicos, que não cumpriram com o que ficara estipulado num comunicado que assinaram livremente com a direcção do Sindicato dos Plásticos, nomeadamente no sentido de a fusão ou integração dos dois sindicatos ser decidida em assembleias gerais, realizadas, separadamente, para cada uma das massas associativas.

Em fins de Outubro, uma assembleia realizada pelo Sindicato dos Plásticos, decorreu tumultuosamente, com trinta trabalhadores feridos. Apurou-se que, para os incidentes, muito contribuiu a ingerência de elementos do Sindicato dos Químicos (interesses e simples) que perturbaram os trabalhos, pelo que a assem-

bleia acabou por não decorrer em moldes democráticos invalidando qualquer decisão tomada.

Desta vez, as entradas para a assembleia serão controladas por elementos das Forças Armadas e o trabalhador deve ir munido do talão do último vencimento e do bilhete de identidade ou, na sua falta, de outro elemento válido de identificação — como determina um segundo despacho do Ministério do Trabalho, datado de 16 do corrente.

Um dos elementos da mesa da assembleia explicará o que é a integração e quais os seus efeitos.



METALÚRGICA DUARTE FERREIRA (TRAMAGAL)

SITUAÇÃO AFLITIVA DOS TRABALHADORES

• O GOVERNO NOMEOU UMA COMISSÃO DE INQUÉRITO

REFORÇA-SE A SOLIDARIEDADE
NA CLASSE DOS MOTORISTAS

Após o 25 de Abril, podemos dizer que entre a movimentação dos trabalhadores se destaca pela unidade e organização demonstradas a classe dos motoristas, adormecida sob a repressão fascista e sob a exploração de um patronato que, com exclusão de alguns pequenos e médios empresários, persiste na violação dos direitos alcançados pelos trabalhadores.

Dos últimos passos por uma classe que, de Norte a Sul do País, abrange milhares de trabalhadores passamos a dar notícia.

Horário movimentado
vinte mil motoristas

Cerca de vinte mil motoristas dos sindicatos do Porto, Viseu, Vila Real, Braga, Miranda, Viana do Castelo e Aveiro iniciaram um movimento de protesto pelo facto das empresas (e curiosamente só as grandes empresas...) se recusarem a aceitar as reivindicações de um horário de trabalho de 8 horas diárias. O patronato recusa entrar em acordo contrapondo o esquema seguido até agora, pelo qual os motoristas podem trabalhar num dia, 6 horas, e no outro, 10 horas. Paralelamente a esta intransigência não compartilhada pelas pequenas empresas o grande patronato da indústria de táxis tem violado os contratos colectivos, nomeadamente no relativo à questão salarial e efeitos retroactivos e no pagamento do décimo terceiro mês, que tem de verificar-se até ao dia de hoje.

Os sindicatos, face a este boicote, diligenciam junto do Ministério do Trabalho para a criação imediata de um corpo de fiscalização que faça cumprir os contratos e manifestam a disposição de empreender uma greve até que as entidades patronais respeitem o horário das 8 horas. De salientar que esta greve, a ser necessária, a sua realização não se verificará durante as horas de ponta, de modo a não prejudicar a população trabalhadora e conquistar a sua solidariedade.

De imediato os motoristas do norte, segundo orientação sindical, devem cumprir integralmente o horário de trabalho, mencionando as horas extraordinárias com as percentagens previstas na lei.

Mil e quinhentos motoristas aprovam sindicato vertical

No plenário realizado na Voz do Operário, no passado dia 13 cerca de 1500 motoristas aprovaram uma proposta no sentido da verticalização do sindicato, que passará a denominar-se Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, passando a reunir também cobradores e ajudantes de motoristas. Será estabelecido contacto com a organização sindical destas classes, a fim de elas decidirem da aprovação ou rejeição da proposta aplaudida pelos motoristas.

Entretanto, a mesma assembleia decidiu unanimemente o afastamento do sindicato dos elementos Agostinho Pereira (membro da defunta ANP) e Vital José Gonçalves que, através de uma

A Imprensa tem noticiado largamente a situação angustiosa com que se debatem cerca de dois mil trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira (secção do Tramagal), e que se presume, em termos imediatos, no facto destes não terem recebido os salários correspondentes

«comissão de saneamento» fantasma, procurando dividir a classe.

Como conclusão mais uma vez, a prática demonstrou que a classe dos motoristas se mantém unida e apoia firmemente a direcção do seu sindicato.

Motoristas unidos impedem despedimentos

Tentando impedir que o desemprego, que atinge actualmente mais de catorze mil trabalhadores, alastre na classe, na qual se verificaram já 450 despedimentos sem justa causa, o Sindicato dos Motoristas tem lutado, com êxito, contra os despedimentos. Desta luta registamos dois casos pela forma original de que se revestiram e pela eficácia da acção desenvolvida. Trata-se de dois motoristas, um empregado na empresa Táxis Bom Guia, Lda., e outro de uma empresa de táxis de S. Pedro do Estoril. O primeiro foi despedido na 6.ª feira, em virtude de no dia anterior ter tido um acidente, no qual ficaram danificados o táxi que conduzia e dois carros particulares. Alertado, o sindicato entrou em contacto com a entidade patronal, procurando estabelecer uma plataforma de entendimento com base na aceitação da readmissão do colega despedido ou, a manter-se o despedimento, o pagamento de indemnizações a que o trabalhador tinha direito. Paralelamente a este contacto, um grupo de motoristas apoderou-se de dois veículos da empresa, como forma de pressão no sentido de solucionar uma situação declaradamente injusta. Após demoradas conversações entre a entidade patronal e o sindicato o trabalhador foi readmitido, comprometendo-se a pagar os estragos ocasionados nos veículos particulares, ficando a reparação da viatura da empresa a cargo da entidade patronal.

A entidade patronal financeira, de momento, o custo das reparações nos veículos particulares descontando este custo no salário do trabalhador em moldes que não provocam o desequilíbrio do seu orçamento familiar. É de salientar o acordo satisfatório alcançado através das negociações, após as quais as duas viaturas foram devolvidas à empresa.

Motoristas e entidade patronal, na sequência deste caso, chamam insistentemente a atenção para o facto de as companhias de seguros tentarem afastar as empresas de táxis da sua carteira seguradora, quando perante a carência manifesta de transportes colectivos os táxis constituem um serviço de utilidade pública.

O apoio do sindicato revelou-se, também, positivo relativamente ao despedimento do trabalhador da empresa de táxis de S. Pedro do Estoril, o qual, recusando-se a aceitar o despedimento sem justa causa colocou a viatura na qual presta serviço, à guarda do sindicato. Estabelecidas negociações entre este e a entidade patronal, o incidente foi sanado com a readmissão do trabalhador sendo a viatura devolvida.

ao mês de Novembro, O Governo, através do Ministério do Trabalho, distribuiu mil e seiscentos contos para acudir às necessidades prementes dos trabalhadores, particularmente dos operários. No entanto, coube apenas a cada um cerca de 950 escudos, o que é uma gota no oceano de faltas que atingem milhares de famílias. O comércio do Tramagal, entretanto, tem negado o crédito a estas famílias, o que revela incompreensão por parte dos comerciantes que correm o risco de serem acusados de, consciente ou inconscientemente, estarem a fazer o jogo da reacção cujos lances são sempre contra as camadas trabalhadoras.

Por sua vez, também o comércio local é atingido pelo problema que atinge os trabalhadores, pois estes reconhecem que o equilíbrio económico-social da vasta região do Tramagal depende, em muito, da laboração da MDF.

Refrear a impaciência, manter a unidade

Em contacto com os trabalhadores tivemos a dimensão da sua angústia, da sua impaciência e da sua esperança. O lamentável é que aproveitando o clima legítimo de impaciência, outros trabalhadores isolados tentam dividir os colegas. Isto num momento em que o Governo nomeou uma comissão de inquérito à administração da empresa e que a comissão de trabalhadores, órgão unitário livremente eleito por todos, se não tem poupado a esforços para resolução do problema. Acreditamos que estas atitudes divisionistas nascam num clima de emotividade sem intenções premeditadas.

Porém o resultado objectivo destas atitudes é o lançar da confusão e da divisão entre os trabalhadores pelo que estes se devem manter particularmente atentos e firmes. Nesta fase de desenvolvimento do processo da MDF, processo que, é justo dizer-se, muito deve ao trabalho da comissão de trabalhadores, estes devem continuar a apoiar a sua comissão, dialogando com os seus membros sempre que tenham dúvidas ou críticas a expor. Esta, aliás, a opinião de operários com quem falámos.

Por outro lado, é necessário esclarecer mais uma vez que não pode ser o Governo a arcar com as más administrações das empresas, com as golpadas de ordem económica dos fascistas. É evidente que muito menos podem ser os trabalhadores a sofrerem o efeito destas sabotagens económicas. Outras vias há e têm-las apontado com insistência: correspondem a uma efectiva estratégia anti-monopolista definida como princípio do Programa do MFA. Esperamos que a acção desencadeada contra os sabotadores da Torralta, do BIP e outros, na passada semana inicie, de facto, o reforço desta estratégia essencial à defesa dos interesses do Povo Português.

Uma reconversão urgente e necessária

A situação da empresa é, efectivamente, alarmante. A comissão de inquérito, nomeada pelo Governo, não deixará de revelar aspectos interessantes. Quem e porquê conduziu a empresa a este estado? O porquê é evidente. Os trabalhadores sabem-no: desvios de dinheiro que vêm de longe, remunerações de 100 contos (é o ordenado líquido do eng. Martins Simões) e de 37 contos e quinhentos para os restantes corpos administrativos. A diferenciação salarial entre

o pessoal de quadros e operariado é escandalosa: 98 elementos do pessoal de quadros recebem, mensalmente, 2.109.500\$000, tanto quanto 504 operários, não incluindo nestes as categorias menos qualificadas. Esta política salarial comum no sistema capitalista, ainda mais acentuada quando a este se soma de suporte político o fascismo.

A MDF, que até 1962 produzia equipamento para a agricultura, com as guerras coloniais reconverteu, em grande parte, a sua produção para material de guerra, com a montagem de camiões para o Exército. A custa de uma guerra de opressão se enriqueceram administradores e outros oportunistas. Com o fim da guerra, impõe-se uma rápida reconversão no sentido de se voltar à produção de tractores-debulhadoras, ceifeiras e outro material de maquinaria agrícola de que o País necessita, e que, portanto, pode ser absorvido pelo mercado interno. Só para exemplificar-mos as perspectivas de mercado relativamente a este tipo de produção, recordemos que o número de tractores no País demonstra o subdesenvolvimento da nossa agricultura: os tractores situam-se, nomeadamente, no Sul e na região de Lisboa; no entanto, mesmo Évora, que possui o número mais elevado de tractores, tem apenas cerca de 155 tractores por 1000 explorações; no Norte e Centro esta proporção é ainda mais baixa, atingindo um tractor por 1000 explorações no distrito de Viseu.

Impõem-se soluções rápidas e permanentes

A produção ao serviço da guerra beneficiou o fascismo e os capitalistas. Em 1970, a MDF contava-se entre as seis sociedades de construção de máquinas a que correspondiam 42 por cento do capital, 48 por cento das receitas e 37 por cento do pessoal deste ramo, no qual existiam 335 sociedades. Entre as ligações desta empresa à indústria metalomecânica encontravam-se a Hidroeléctrica do Alentejo (com um capital social de 484.000 contos) e a Berliet (França) (Citroën).

Desta «prosperidade» a custa da guerra, o que resta? Um passivo de 800 mil contos que a administração tenta colmatar recorrendo a um empréstimo de 150 mil contos, com o qual os trabalhadores não concordam pois apenas beneficia a própria administração. Esta tentou ainda fazer descontar 124 mil contos de letras em carteira à banca privada que sempre a apoiou durante o fascismo, mas que agora recusa créditos, atingindo, com esta política, pequenos e médios empresários ou impedindo a resolução de situações aflitivas para os trabalhadores. Quanto à reconversão, a actual administração nada adianta relativamente aos interesses dos trabalhadores e do País. Note-se que, a não se tomarem medidas rápidas, se corre o risco de paralisar a laboração. Isto porque os fornecedores deixaram de colocar a matéria-prima a crédito, exigindo a amortização dos débitos em aberto. Encontram-se, também, encomendas por levantar na Alfândega, devido a falta de verba ou a negligência.

Como se chegou a esta situação económica que os trabalhadores sofrem é o que a comissão de inquérito vem averiguar. Os resultados deste inquérito não podem tardar, sob perigo de não se poder conter a impaciência dos trabalhadores, quotidiana-

namente enfrentando a fome das suas famílias. Das conclusões deste inquérito terão de resultar não só as vias para a solução do problema económico imediato dos trabalhadores como soluções permanentes: garantia de trabalho e de remuneração, reconversão da empresa e saneamento das anomalias a nível administrativo.

Estes resultados serão atingidos tanto mais rapidamente quanto maior for a unidade dos trabalhadores entre si, o apoio à comissão de trabalhadores, a organização, calma e firmeza de todos os trabalhadores perante manobras divisionistas, quer por parte da administração quer por parte de trabalhadores menos esclarecidos.

TRABALHADORES DE TODOS OS RAMOS
CONTINUAM A MANIFESTAR
O SEU APOIO À UNIDADE SINDICAL

A necessidade imperiosa da unidade sindical a todos os níveis continua a merecer dos trabalhadores, em nome individual, ou através dos sindicatos e comissões, as mais consequentes manifestações de apoio.

Em assembleias e reuniões nas empresas e nos organismos sindicais continuam a ser discutidas e aprovadas as conclusões do Plenário da Intersindical Nacional, realizada no Porto, em 12 e 13 de Outubro findo, onde ficou bem expresso que os trabalhadores portugueses sempre lutaram e lutarão pela unidade sindical a todos os níveis da organização sindical.

Recusando o pluralismo desagregador, farsa ao serviço dos seus mais perigosos inimigos de classe, os trabalhadores e os seus representantes democraticamente eleitos têm vindo a dar conhecimento desse apoio sem reticências às entidades governamentais que mais de perto podem actuar no sentido de o princípio da unidade sindical ficar claramente definido — e defendido — na lei das associações sindicais.

O apoio de mais de 2 milhões de trabalhadores continua, assim, a manter-se vivo e actuante, depois de terminado o prazo para discussão do projecto daquele diploma legal.

Foi o que sucedeu recentemente com os tripulantes e outros trabalhadores dos navios «Uije» e «Sofala» que, em assembleias gerais, aprovaram moções de inteiro apoio às tomadas de posição da Intersindical na defesa da unidade de todos os trabalhadores portugueses.

Também, no último fim-de-semana, a Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros aprovou uma «declaração de princípios» que nomeadamente afirma: «Deve ser reconhecida a unidade real dos trabalhadores, impedindo-se a constituição de organizações sindicais paralelas a qualquer nível. Sendo os sindicatos instrumentos dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses frente ao patronato, é do interesse dos trabalhadores estes serem unidos, enquanto é do interesse do patronato que estejam divididos.

Defendendo a organização dos trabalhadores como tal e não subordinada a particularismos políticos, aquele documento acrescenta: «isto não poderá impedir que os sindicatos tomem posições de carácter político, sempre que os seus interesses de

A QUESTÃO DO VINHO AMERICANO
PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES
DA REGIÃO DE VIEIRA DO MINHO
ENVIAM EXPOSIÇÃO AO GOVERNO

Na Casa do Povo de Vieira do Minho, no passado dia 14 (data da inauguração do Centro de Trabalho local do nosso Partido), realizou-se uma sessão de esclarecimento, a que compareceu grande número de pequenos e médios agricultores de todo o concelho.

Depois de se ter abordado o problema da situação política actual, nomeadamente no que se refere à situação económica de luta contra os monopólios, foi apresentada a posição do nosso Partido em relação à questão agrária. A propósito, houve referências concretas aos interesses dos pequenos e médios camponeses na luta contra os grandes industriais, exemplificadas com o roubo de grandes baldios para a indústria de celulose.

O corte das videiras americanas por parte do regime fascista, porque havia interesses de grandes produtores ribatejanos e armazenistas a defender, foi ainda ponto de discussão e análise por parte dos presentes. Assim, e depois da assistência ter levantado grande número de questões foi aprovado um documento que traduz uma tomada de posição colectiva e consciente em torno de um problema que já tem sido razão para grandes lutas — que custaram mesmo algumas vidas — em todo o País.

É o seguinte o documento aprovado por aclamação e enviado aos secretários de Estado da Agricultura, primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, ministro sem pasta Álvaro Cunhal, Comissão Coordenadora do MFA e Secretária de Estado de Abastecimentos e Precos:

Pequenos e médios agricultores do concelho de Vieira do Minho, reunidos em 14 de Dezembro na Casa do Povo de Vieira do Minho, vêm junto de V. Ex.ª expor o seguinte:

— É a venda do vinho ame-

ricano uma ajuda nos nossos fracos rendimentos dada a miserável situação a que a política agrícola do fascismo nos conduziu.

— No esmagamento dos pequenos, o Governo fascista, além de nos ter roubado as terras baldias para proteger os monopólios de celulose, sempre impediu a plantação da videira americana. A sua justificação era a defesa das castas regionais. Na realidade defendiam os interesses dos grandes produtores ribatejanos e grandes armazenistas.

— Contra essa política e contra as tentativas de corte das videiras e proibição da venda do vinho americano, sempre se manifestaram os pequenos produtores.

— Com o 25 de Abril a política do Governo face ao vinho americano não pode ser a mesma. Os pequenos e médios agricultores têm o direito de ver a sua vida melhorada.

Nesse sentido apontamos algumas soluções para a resolução deste problema.

— Revogação de toda a legislação fascista sobre o corte das videiras americanas.

— Que sejam definidas as zonas, onde por mau rendimento ou improdutividade das castas regionais (no nosso caso, as castas de vinho

verde) fosse possível o plantio da videira americana e a comercialização do respectivo produto.

— Essas zonas seriam delimitadas por técnicos dessa Secretaria de Estado e por representantes dos agricultores da região.

— Que em defesa das castas regionais de vinho verde, a reconversão dos produtos directos existentes nas outras zonas, seja feita dentro de um plano oficial, de tal forma que os pequenos produtores não sejam prejudicados. Para fazer essa reconversão é necessário estabelecer, desde já, medidas que garantam o preço e o escoamento do vinho verde.

— Que, enquanto a reconversão não for feita, seja permitida a comercialização desse vinho aos pequenos e médios produtores.

Foi ainda aprovado enviar ao governador civil de Braga a seguinte tomada de posição:

A população de Vieira do Minho, reunida em 14 de Dezembro de 1974 na Casa do Povo de Vieira do Minho, exige que sejam tomadas as seguintes medidas:

— Seja feito um inquérito à distribuição de subsídios e bolsas de estudo aos estudantes desta terra.

— Seja resolvido o problema da assistência médica à população desta terra pela nomeação de um médico, em serviço permanente na Casa do Povo e hospital desta vila.

TRABALHADORES DA SOCORTEX
DISCUTEM PROBLEMAS

Com a presença de 90 trabalhadores corticeiros da Socortex e 2 membros do

Sindicato daquela indústria, realizou-se, no final de Novembro, uma reunião, na qual se abordaram problemas relativos à empresa. Como primeiro ponto, os trabalhadores discutiram a crise de trabalho na empresa que os levou a aceitar a redução da semana de trabalho para 5 dias a fim de impedir o despedimento de 24 operários.

Como segundo ponto da ordem de trabalhos foi informado das diligências efectuadas pelos trabalhadores quanto à readmissão do camarada de trabalho Júlio Brúel Russo que, fugindo à PIDE se refugiou em França, tendo regressado após o 25 de Abril. A entidade patronal aceita esta reivindicação dos trabalhadores se estes concordarem com a reintegração do encarregado José da Silva, saneado pelos operários. Estes repudiaram com firmeza tal proposta continuando a luta até à readmissão deste camarada.

Foram ainda abordadas questões da vida sindical e as categorias dos operários, decidindo-se a revisão de salários, subsídios de Natal de 15 dias, subsídio de férias de 24 dias a 100 por cento.

No final, a comissão de trabalhadores apelou para a unidade da classe e para a vigilância dos trabalhadores perante as manobras do patronato e da reacção fascista.

OS ESTIVADORES DO PORTO
EXIGEM TRABALHO E JUSTIÇA

A divisão foi feita para reinar. E pelos fascistas. Exemplo disso, nos portos do Douro e de Leixões, é a situação em que se encontram os estivadores auxiliares, vítimas de uma lei fascista que os relegou à condição de trabalhadores eventuais, sujeitos a toda a sorte de manobras, vítimas de privilégios que não dignificam quem vive do fruto do trabalho.

Os trabalhadores do porto de Leixões, dispostos a uma luta unitária, já se manifestaram resolutamente para que seja resolvida a situação injusta em que se encontram, exigindo, com a firmeza que lhes dá a união e a força da razão, que seja feita uma sindicância às actividades do Sindicato de Carregadores e Estivadores do Porto, para que, com a máxima urgência, seja solucionada a sua grave situação.

Foi há vários anos que o governo fascista emanou uma lei a todos os títulos injusta e que permitia, a par de infracções do sindicato, a toda a autonomia, exercendo um autêntico abuso de poder, uma divisão dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses frente ao patronato, é do interesse dos trabalhadores estes serem unidos, enquanto é do interesse do patronato que estejam divididos.

Defendendo a organização dos trabalhadores como tal e não subordinada a particularismos políticos, aquele documento acrescenta: «isto não poderá impedir que os sindicatos tomem posições de carácter político, sempre que os seus interesses de

minação de classes dentro da mesma profissão e, consequentemente, uma discriminação de tarefas, era o seu objectivo. A desigualdade foi patenteada ao longo dos anos e era absolutamente impossível formular qualquer género de queixas, uma vez que eram as próprias direcções sindicais, em conluio com os Grémios, que praticavam todo o género de anomalias. Para manter a discriminação de classe e de tarefas, alegaram o mil e uma desculpas para impedir a atenção dos delegados do INTP, que tudo aceitavam.

A par disto, e com os mesmos anos de existência da lei, vem a luta contra essa lei por parte dos trabalhadores auxiliares que, conscientes da sua situação de explorados que vivem pior assustadoramente a sua situação, sem possibilidade de minorar os seus problemas, resolveram nomear uma comissão e, junto do INTP, procurar resolver o problema. Este terrível estado de coisas foi-se arrastando ao longo de todos estes anos, desde 1961. Fome, ameaças, represálias de toda a ordem e, sobretudo, vozes amordacadas pela PIDE, que era a arma predilecta, usada pelas direcções fascistas, é a melhor caracterização da situação dos estivadores auxiliares durante largos anos.

Depois de uma longa luta que o governo fascista sempre reprimiu — em 11 de Abril, quando os estivadores pediam justiça junto do INTP, onde já tinham estado a 11, 16, 23 e 28 de Janeiro, 11 de Fevereiro e 3 de Abril, — lhes enviava a polícia de choque!... — e a que o 25 de Abril abriu novas perspectivas, os estivadores auxiliares do Porto de Leixões esperam ver resolvida a sua situação. Após o 25 de Abril os estivadores auxiliares dirigiram-se ao Ministério do Trabalho que prometeu encarregar uma comissão de estudar o caso. Agora esperam ver resolvida a situação da única forma possível e justa: abolição das duas escalas.

Reunidos para estudar a continuação da sua luta, agora na última fase, estes homens preocupam-se com a possível reacção dos seus companheiros de trabalho, os estivadores efectivos, para cuja compreensão resolveram apelar. «Avante!» faz-se eco deste apelo, lembrando que após a unificação das escalas a classe dos estivadores, agora dividida por privilégios e injustiças, ficará mais unida e mais forte para conseguir novas vitórias.

O «AVANTE!» COM OS EMIGRANTES



Emigrantes vendendo o «Avante!» nas ruas de Paris

CONT. DA PÁG. 1

quem contactámos, reservando para os nossos próximos números outros aspectos da reportagem do «Avante!».

O saneamento nos consulados — problema número um

O saneamento nos consulados, em França, não está ainda feito, praticamente — começamos por dizer por exemplo, o nosso camarada

sem as tendências das associações presentes, e estavam presentes dezenas de associações de portugueses — desde comunistas, socialistas, gente sem filiação partidária, etc. — todos pediram aos representantes do MFA que transmitisse em Lisboa esta exigência.

Por vezes, tem sido respondido aos emigrados que não existem provas de que determinados indivíduos dos con-

o mesmo princípio. Dado, porém, que o consul é de há muito tempo conhecido pelos trabalhadores como um grande reaccionário e, que ainda recentemente, nos mercados, foram recolhidas centenas de assinaturas para uma exposição pedindo a sua expulsão daquele consulado, o PCP sentiu-se no direito de, aceitando esse mesmo princípio, informar a população portuguesa de Versailes de que tal não significava de maneira nenhuma qualquer colaboração entre o PCP e o consul fascista.

Conversando com os trabalhadores portugueses que estão na Bélgica e na Alemanha não foi difícil constatar idêntica situação nos respectivos consulados, nem chegar à conclusão de que o rápido saneamento do corpo consular, neste momento, a exigência número um dos portugueses emigrados. Nisso vêm eles a garantia da continuação, com êxito, do processo democrático que se desenvolve em Portugal.

Continuar a enviar dinheiro? E para onde?

Esta a pergunta que neste momento continua a fazer grande parte da emigração portuguesa, face aos boatos lançados pela reacção nos diversos países, no sentido de impedir que os dinheiros, que até ao 25 de Abril lhes alimentaram a ganância, possam agora ser encaminhados pelo Governo Provisório para o desenvolvimento da economia.

Tudo o que se tem dito em relação à origem dos boatos para que não se envie o dinheiro é absolutamente válido — disseram-nos, por exemplo, os trabalhadores portugueses da Renault, em Billancourt. Simplesmente, tememos esquecido de um problema: do papel dos grandes capitalistas de outros países nesse mesmo sentido. Temos provas, aqui em França — disseram-nos eles —, de que bancos franceses dizem aos portugueses para não mandarem o dinheiro para Portugal e para o guardarem nos bancos franceses, permitindo-lhes, assim, a eles, um desenvolvimento que devia ser dado ao nosso país. E, agora, começam também a falar com o problema do câmbio. Se tivermos dinheiro nos bancos franceses e precisarmos de escudos, por exemplo, os franceses são valorizados. Se, nós, portugueses (não tivermos dinheiro em bancos franceses e precisarmos de escudos, vendemos francos e temos uma quantidade menor do que se tivéssemos o nosso dinheiro nos bancos franceses. Isto é um facto concreto e é uma medida concreta dos grandes capitalistas franceses. O mesmo se passa noutros países,

problema que o «Avante!» deve focar, dizem-nos os trabalhadores portugueses da Renault.

Sabemos que há uma aliança grande entre o capitalista e reaccionário português e o capitalista e reaccionário estrangeiro, e que há neste momento uma frente unida da reacção para impedir e dificultar o desenvolvimento económico de Portugal. Os trabalhadores portugueses da Renault citam um exemplo: em virtude dos problemas do recenseamento, os consules foram obrigados, por lei, a enviar para os jornais franceses mais lidos (embora não se saiba bem ao certo quais os mais lidos pelos trabalhadores portugueses) um anúncio para o início das operações de recenseamento. Foi escolhido entre eles o «Figaro», que aceitou publicar o anúncio. Passadas, porém, umas horas, recusava a sua publicação. E que, traduzido o anúncio, haviam verificado que as operações de recenseamento estavam ligadas às próximas eleições. Em face disso, recusaram-no. Quer dizer, não estavam interessados em anunciar aos trabalhadores portugueses que eles tinham a possibilidade de exercer o seu direito de voto. Ora, isto, dá bem a ideia até que ponto vai a unidade da reacção em relação ao nosso país.

Em conclusão, em relação às remessas dos emigrantes, os trabalhadores portugueses emigrados mais esclarecidos têm procurado, por todo o lado, mostrar a todos os trabalhadores as vantagens da Caixa Geral de Depósitos. Simplesmente, há um problema que se coloca e que deve

no francês. No entanto, tudo ainda está longe de ser resolvido de modo a atender as profundas e justas aspirações dos emigrantes portugueses. Isso só será possível com a revisão dos acordos que estão em vigor, que são ainda acordos de cozinheiros e assinados pelo governo fascista de Marcello Caetano. Acordos que mais não visavam senão servir os interesses do patronato francês e a política de guerra colonial e de exportação de mão-de-obra, para a entrada de divisas, do governo fascista português. Esses acordos não podem servir para o Portugal democrático e livre que nós queremos construir. Entretanto, e até à revisão desses acordos, há que insistir na aplicação dos que existem, naquilo em que eles são favoráveis aos trabalhadores. Por vezes, acontecia que os fascistas tinham que ceder, até mesmo porque não lhes custava muito escrever uma medida no papel que sabiam de antemão não ir aplicar.

Da conversa que tivemos com os trabalhadores, em Paris, algumas medidas apareceram urgentes na aplicação: o problema dos abonos de família. Em relação a isso, dizem os acordos em vigor, que os trabalhadores portugueses, que têm filhos em Portugal, receberão abonos iguais aos dos trabalhadores portugueses, em Portugal. Isto não passa de uma manobra dos capitalistas baseada numa possível «igualdade». Segundo os acordos, se houver portugueses a trabalhar em França, os seus filhos receberão lá, como os filhos dos franceses, e os filhos dos portugueses lá, receberão como os

aplicação dos acordos que estão em vigor enquanto não forem negociados e assinados outros mais justos entre os governos português e francês.

Outro dos graves problemas dos trabalhadores emigrados é o da segurança social. Este ano, por exemplo, foram numerosos trabalhadores a Portugal passar as férias, mais do que o habitual, para verem o seu país libertado do fascismo.

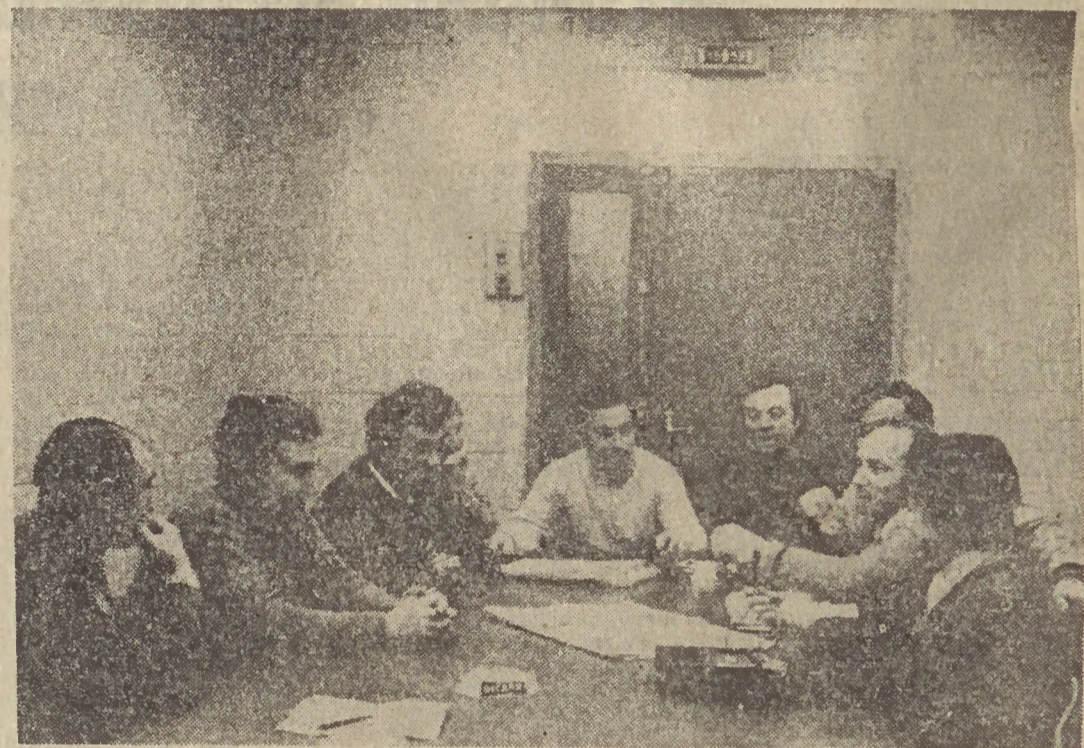
Diz a lei que um trabalhador, ao partir para o seu país, deve ser munido de um papel que lhe é dado no centro de segurança social, e no qual devem ser inscritas todas as despesas que fizer em questões de assistência médica em Portugal: consultas médicas, receitas, tratamentos, etc. Todos os portugueses que se dirigiram aos centros de segurança social franceses não receberam esse papel, sendo-lhes respondido que essa parte da lei não estava em aplicação. Isto quer dizer que houve centenas e centenas de trabalhadores (e por onde esteve o «Avante!» ouviu o bas-

para despedir os emigrantes desses países africanos, que poderão agora trabalhar nos respectivos países, ganhando, evidentemente, menos de metade daquilo que estão a ganhar cá porque a mão-de-obra é paga nesses países a preços inferiores. Quer isto dizer que o capitalismo francês está a procurar aumentar a exploração dos trabalhadores do chamado Tercer Mundo nos seus próprios países. Isso traz-lhes a vantagem de um preço mais baixo para a mão-de-obra assim como a vantagem de não terem problemas de alojamento, problemas com a educação dos filhos dos emigrados, problemas de escolas enfim, todos os problemas que se colocam quando os trabalhadores estão aqui e exigem os mesmos direitos que os trabalhadores franceses. Trata-se de uma medida geral do patronato francês que é preciso denunciar e levar em conta.

Grandes discriminações acabam de atingir os trabalhadores emigrados com as

grados na Bélgica e, na Alemanha, com a Associação Portuguesa em Hamburgo.

Voltando ao caso da França e segundo a opinião dos trabalhadores portugueses a existência de tanta associação tinha um certo significado de vida colectivo quando em Portugal se vivia em fascismo. Passando Portugal a um regime democrático, dizem os trabalhadores —, esta dispersão este número reduzido de pessoas à volta de pequenos clubes deixa de ter o mesmo interesse. Até porque não faz sentido que no momento em que os portugueses se devem unir todos em torno do Governo Provisório e do MFA para construir um país novo, nos estejamos todos por aqui dispersos. Devíamos, sim, dar passos e receber ajuda para nos associarmos todos, tendo em conta os maneios da reacção. Sabese que dirigentes de bancos, que têm sucursais em França, se reuniram com o fim de criar uma associação de trabalhadores portugueses em França. Essa asso-



O «Avante!» com operários portugueses da Renault

PORTUGUESES! PORTUGUESAS!

Vamos a Portugal pelo Natal. Iremos encontrar o PORTUGAL NOVO saído do 25 de Abril. Um Portugal que, apesar de grandes dificuldades, está empenhado na construção de um País democrático e livre, na construção de uma Pátria para todos os portugueses.

Vocês podem e devem informar-se da situação actual, da política do Partido Comunista Português e do que ele faz pelos trabalhadores e pelo progresso do País.

Visitem os Centros de Trabalho do Partido Comunista Português nas vossas terras.

Participem nos comícios e sessões de esclarecimento organizadas pelo Partido. Isso ajudará-vos a compreender o que se passa. Informem-se e não são um dever como também uma necessidade e um direito para quem como todos os portugueses aspira a uma vida digna.

Todos aqueles que agora vão a Portugal têm a oportunidade de sentirem mais de perto o presente e o futuro — O SEU, DOS SEUS FILHOS E DA SUA PÁTRIA — isto é, de PORTUGAL DEMOCRÁTICO.

Boa Viagem! Boas Festas! Bom Ano!

Suplemento de «O IMIGRADO PORTUGUÊS»
84, R. du Moulin-Vert — Paris 14

ser tomado em conta: a Caixa Geral de Depósitos, no estrangeiro é pequena, com mais instalações e sem os serviços de que dispõem os bancos para ir recolher o dinheiro aos bairros mais afastados das cidades, o que obriga os trabalhadores a terem de se deslocar a perder horas de trabalho, etc. Esta situação devia ser tomada em conta no sentido de melhorar o funcionamento da Caixa Geral de Depósitos, a qual os trabalhadores emigrados estão a acorrer cada vez com mais frequência e com confiança.

Melhoria da situação social dos emigrados, revisão urgente dos acordos sobre a emigração

Duas reivindicações que não é possível separar uma da outra, duas reivindicações levantadas por toda a parte onde o «Avante!» esteve a falar com os trabalhadores portugueses — em França, na Bélgica, na Alemanha. Duas reivindicações que aparecem entre as fundamentais da emigração portuguesa, e que foram colocadas com força no Encontro Nacional da Emigração, que se realizou o Ve-

dos portugueses cá. A verdade, é que um país é exportador de mão-de-obra e o outro é importador. Enquanto que, aqui, em França, estão cerca de um milhão de portugueses, no nosso país não há mais do que umas dezenas de franceses a trabalhar. Esta «igualdade» de direitos defendida pelos capitalistas não passa, no fundo, de uma farsa.

Acontece agora que, depois do 25 de Abril, o abono de família foi aumentado em Portugal e os filhos dos trabalhadores portugueses emigrados nem sequer já recebem como os filhos dos outros trabalhadores em Portugal. Apesar de ter havido por parte dos sindicatos franceses — CGT, CFDT — um pedido para a actualização dos abonos de família, não houve até agora qualquer resolução a esse respeito. A um deputado comunista francês que colocou o problema em plena assembleia nacional foi respondido que se estavam a aplicar os acordos tal como eles eram e não havia alterações. Passados que já são tantos meses, os abonos de família continuam a não ser pagos, nem como são pagos em Portugal, nem como são pagos em França. Isto é uma

tante), que adoececeram no País, que foram ao médico, gastaram dinheiro em medicamentos e que ao apresentarem a conta em França não receberam da segurança social nem um tostão! Para lhes pagarem é preciso estar de acordo com a lei, mas para estar de acordo com a lei é preciso levar o papel passado pelos centros de segurança social, papel esse que não lhes é passado. A exigência do cumprimento ao menos do que está escrito na lei é, como não pode deixar de ser, uma justa reclamação dos trabalhadores portugueses emigrados.

Nos temos uma arma extraordinariamente poderosa que são os sindicatos franceses, principalmente a CGT, embora de há tempo para cá, na medida em que houve acordos entre a CGT e a CFDT em relação aos problemas da emigração, as duas grandes centrais sindicais estão unidas na reivindicação desses problemas da emigração — dizem os trabalhadores da Renault. A arma dos sindicatos é uma arma válida, uma arma poderosa, com a qual temos conseguido conquistar certos direitos que não tínhamos. Uma coisa são os acordos gerais, outra coisa é aquilo que se passa no interior de cada empresa. Tal como em Portugal, em que o contrato colectivo fixava por vezes salários e havia empresas em que os trabalhadores pela luta já estavam a ganhar muito mais nalgumas empresas, também aqui acontece que a lei nos dá determinadas regalias, mas, que, depois, dentro das fábricas, quando a luta é acesa, como na Renault, nós conseguimos obter vitórias.

Garantia do trabalho

Problema não menos grave do que os acabados de referir é o problema do trabalho, o problema da garantia de trabalho aos trabalhadores emigrados.

Neste momento, entre a emigração, há grande preocupação com o aumento do desemprego e a tendência dos patrões para por em primeiro na rua os emigrantes. Mas isto, na opinião dos trabalhadores portugueses com quem falámos na Renault, não corresponde tanto a uma crise aqui, em França, como corresponde a novas medidas do patronato francês. Por exemplo, a fábrica Citroën despediu quase dois mil operários. O Governo, imediatamente, entrou com dinheiro para ajudar o patrão dessa fábrica. Esse dinheiro, está agora a ser utilizado para uma ponte aérea de transporte de peças de automóvel para fabricar automóveis em países africanos que não necessitam deles. Simplesmente, o patronato vai estar à vontade, em França,

medidas de limitação da emigração, medidas que dizem fundamentalmente respeito, na prática, às mulheres e às crianças. Tais medidas, tal como constatámos estão a causar já situações gravíssimas: maridos que não podem mandar ir as mulheres, pais que estão fora e não podem mandar ir os filhos. Por exemplo: um francês se tem um filho desempregado em casa não tem qualquer problema. Um português, se tiver um filho menor de 18 anos, desempregado que não consiga arranjar emprego, nesse filho ser expulso de França, porque só podem lá viver os que trabalham. É uma grande discriminação face à emigração familiar e que mostra a verdadeira cara do capitalismo francês em relação à sua pretensa «humanização» da vida. No fundo o que eles fazem é a desagregação da família: as mulheres não podem ir para junto dos maridos, os filhos não podem estar junto dos pais. Cada vez mais, pretendem a emigração de pessoas

ciacão vai contar, portanto, com milhares de contos que os bancos não regatearão, até porque esperam que os resultados os façam ganhar não só esses milhares, mas mais ainda, ou seja, os façam ganhar a emigração para votar massivamente pelo retorno ao passado e pelo regresso dos homens que o 25 de Abril apenou do Poder. Temos de ter em conta a necessidade de fazer frente à reacção que procura organizar-se no estrangeiro, através do Movimento dos Emigrados Portugueses, na Alemanha, através da Associação dos Trabalhadores Portugueses, em França.

Começa-se, entretanto, a discutir entre os portugueses as possibilidades da Associação dos Originários de Portugal, que é a mais numerosa e mais forte da França, aglutinar à sua volta os milhares de trabalhadores portugueses, de modo que eles possam opor a sua unidade às investidas da reacção. Discute-se, ao mesmo tempo, a necessidade de auxílio de que

«Na batalha pela liquidação da ruína herança deixada pelo fascismo, pelo progresso económico e social do País — os trabalhadores portugueses, dentro ou fora de Portugal têm interesses comuns. Por isso devem dar-se firmemente as mãos e lutar unidos pelos mesmos objectivos.»

(Comício dos emigrantes portugueses, 11/8/74 — Sérgio Vilarigues)

sós para não terem de se preocupar com o alojamento das famílias, a educação dos filhos dos trabalhadores emigrados etc. Todos estes problemas, estes dias, são uma dura realidade em numerosas famílias portuguesas que estão a passar umas curtas férias de Natal no país.

A Associação dos Emigrados — um passo para a unidade

Problema muito importante para a emigração é o problema da associação dos portugueses no estrangeiro. A criação, em cada país, das mais variadas associações de espírito que ditou a sua formação — são disso a prova. Com a nova situação criada em Portugal, com o 25 de Abril, novas perspectivas se abrem, porém, a associação dos emigrados portugueses, associação que tem de passar a ser vista por outro prisma. Neste momento, em França, por exemplo, existem dezenas de associações de portugueses das mais diversas: associações de tipo filantrópico, de tipo folclórico de tipo esportista (outra espécie de folclore), associações das mais variadas. «Avante!» teve em Paris contactos com algumas delas — a Associação dos Originários de Portugal, Clube Juvenil Português. Contactos, na Bélgica com a Associação dos Portugueses Emi-

dispõem ainda neste momento os emigrantes para desenvolverem uma acção associativa eficaz, válida, capaz de unir numa única torrente todos os que estão interessados, ainda que fora do país, em contribuir para o processo democrático que está em curso em Portugal.

As brigadas do MFA que passaram por França — disseram-nos os trabalhadores —, contribuíram para o desenvolvimento dessa vida associativa, pois isso é a melhor forma de «quebrar as cadeias que estão no cérebro das pessoas, para além do quebrar das cadeias verdadeiramente físicas». Mas para isso, há que criar e fortalecer associações que unam os milhares de portugueses espalhados pelos diversos países, e há que ajudá-las materialmente também. Esta é, ainda, uma reivindicação a juntar a todas as outras que tem a emigração portuguesa, cujo contacto, que opm ela teve o «Avante!» em seis escassos dias, deixou a indiscutível impressão de um firme e consequente empenhamento na construção de um Portugal democrático, livre e independente.

DA NOSSA ENVIADA ESPECIAL MARIA PIEDADE MORGADINHO

Alexandre Castanheira, com quem conversamos a propósito desse problema, e que representa o PCP na comissão dos Partidos — PCP, PS e MDP — que controla o recenseamento no consulado em Paris.

As únicas medidas de saneamento tomadas em França, de que temos conhecimento, diz ele, correspondem à colocação do consul-geral de Paris, vindo de Madagáscar, para onde havia sido mais ou menos exilado pelo governo fascista, em virtude dos seus contactos com os democratas portugueses no Canadá, onde exercia as suas funções. Ao chegar, o novo consul depurou com um ambiente de grande animosidade entre o pessoal. Formouse imediatamente uma Comissão, chamada Comissão Sindical dos Trabalhadores do Consulado que, como primeira acção, declarou greve na altura mais dura da passagem de passaportes aos trabalhadores que iam de férias a Portugal — em fins de Julho, princípios de Agosto. Recentemente, chegou o consul-adjunto. E é tudo quanto a Paris.

No Consulado de Nogent-sur-Marne, aqui é beira de Paris, foi substituído o consul. A primeira coisa que aconteceu suspeita aos trabalhadores portugueses foi que o novo consul viesse do consulado de Portugal em Madrid. Resolveram perguntar a esse senhor como é que ele explicava que, tendo sido representante do Portugal fascista na Espanha fascista, aparecesse agora como um homem do 25 de Abril, em França. O senhor explicou que era apenas secretário nos serviços do consulado em Madrid onde, praticamente, como se sabe, não há serviços de emigração a tratar, e, portanto, não se levantam problemas em relação à defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses emigrados como, por exemplo os que se levantam, aqui em França. Conhecidas que eram as suas opiniões democráticas, fora promovido e colocado em França.

Estas são as únicas alterações no corpo consular em França, que tem consulados em Paris, Versailes, Nogent-sur-Marne, Lille, Havre, Clermont-Ferrand, Bordéus, Lyon, Tours, Marseille, Toulouse, Strasbourg, Nancy, etc. Em todo este corpo consular registaram-se apenas três modificações, das quais só apenas uma os trabalhadores portugueses consideram correcta — a do consul de Paris.

O saneamento tem sido levantado em todas as reuniões de trabalhadores portugueses emigração que se tem realizado em França, quer sejam organizadas por comunistas, organizadas pela Associação dos Originários de Portugal ou por qualquer outra associação de portugueses aqui em França, ou até mesmo na embaixada, como aconteceu a propósito da visita do ministro Vítor Alves ou da Brigada do MFA. Em todo o lado a opinião geral, unânime, a exigência que aparece alto e bom som é a do imediato saneamento, não se compreendendo que ele não esteja ainda feito.

Uma das últimas reuniões, feita precisamente com a Brigada do MFA, na Embaixada, foi a mais vibrante nesse aspecto. Toda a gente, unanimemente, quaisquer que fos-

Sobre o recenseamento, o estrangeiro, a lei diz que são os consules que nomeiam as comissões de recenseamento. Uma vez que a lei diz isso, sem qualquer outra interpretação possível, são portanto os consules que não foram ainda saneados, os que serviram durante anos e anos o fascismo, que vão nomear os três elementos que devem pertencer, de eles tem a possibilidade de escolher para a primeira fase das eleições, que vão ser as primeiras eleições democráticas no nosso país, indivíduos da sua confiança, indivíduos que com eles colaboraram durante toda a vida. Se há casos em que isso não acontece, e Paris é um exemplo, outros há em que tal já assim não é.

Na maior parte dos casos — e o de Tours é um deles, segundo a conversa que tivemos com trabalhadores portugueses que aí vivem — as coisas passaram-se assim: os consules mandaram por anúncio nos jornais convocando as pessoas para uma reunião. Se aparecessem só três, essas constituiriam a comissão de recenseamento. Se aparecessem vinte, por exemplo, então tirat-seiam três a sorte!

Tirar a sorte! Saber que o primeiro acto democrático da vida nacional, que é a inscrição nas listas eleitorais, vai ser, com uma tiragem a sorte no meio de indivíduos que vão aparecer nos consulados e que ninguém sabe quem são.

Em Paris e em Nogent-sur-Marne — relatam-nos os trabalhadores — foi possível uma positiva cooperação com os consules. Foram eles que, de acordo com a lei, nomearam a comissão, mas na base de consultas aos partidos políticos.

Em Versailes, foi seguido



Reunião de emigrantes em Bruxelas, a que esteve presente a nossa enviada especial

a fim de impedir que o nosso dinheiro seja enviado para Portugal. Na mira de ganharem uns escudos mais há trabalhadores portugueses que caem na esparrelha. Este é um

rão passado em Lisboa na Secretaria de Estado.

O secretário de Estado da Emigração teve uma entrevista com o secretário de Estado da Emigração do Gover-

daquelas injustiças que mais atingem neste momento os trabalhadores portugueses emigrados. Daí a razão por que os trabalhadores consideram justa a sua reivindicação de